

CADERNOS IPPUR

Publicação semestral do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Editor

Henri Acselrad

Conselho Editorial

Ana Clara Torres Ribeiro
Henri Acselrad
Pedro Abramo
Rosélia Perissé Piquet

Conselho Científico

Aldo Paviani (UNB)
Bertha Becker (UFRJ)
Celso Lamparelli (USP)
Inaiá Carvalho (UFBA)
Leonardo Guimarães (FIJN)
Lícia do Prado Valladares (IUPERJ)
Maria Brandão (UFBA)
Maurício de Almeida Abreu (UFRJ)
Milton Santos (USP)
Neide Patarra (UNICAMP)
Roberto Smith (UFCE)
Tânia Bacelar de Araújo (UFPE)
Wrana Maria Panizzi (UFRGS)

O **CADERNOS IPPUR** é um periódico semestral, editado desde 1986 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Dirige-se ao público acadêmico interdisciplinar formado por professores, pesquisadores e estudantes interessados na compreensão dos objetos, escalas, atores e práticas da intervenção pública nas dimensões espaciais, territoriais e ambientais do desenvolvimento econômico-social. É dirigido por um Conselho Editorial composto por professores do IPPUR e tem como instância de consulta um Conselho Científico integrado por destacadas personalidades da pesquisa urbana e regional do Brasil. Acolhe e seleciona artigos escritos por membros da comunidade científica em geral, baseando-se em pareceres solicitados a dois consultores, um deles obrigatoriamente externo ao corpo docente do IPPUR. Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não expressando necessariamente a opinião do corpo de professores do IPPUR.

IPPUR / UFRJ

Prédio da Reitoria, Sala 543
Cidade Universitária / Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 598-1676
Fax: (21) 564-4046
E-mail: cadernos@ippur.ufrj.br
<http://www.ippur.ufrj.br>

CADERNOS IPPUR

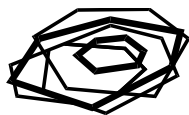
Ano XIII, N° 2
Ago-Dez 1999

Indexado na Library of Congress (E.U.A.)
e no Índice de Ciências Sociais do IUPERJ.

Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planeja-
mento Urbano e Regional da Universidade Federal
do Rio de Janeiro. – ano 1, n.1 (jan./abr. 1986) –
Rio de Janeiro : UFRJ/IPPUR, 1986 –

Irregular.
Continuação de: Cadernos PUR/UFRJ
ISSN 0103-1988

1. Planejamento urbano – Periódicos. 2. Planejamen-
to regional – Periódicos. I. Universidade Federal do Rio
de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
e Regional.



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal
do Rio de Janeiro

Apoio CAPES / PROAP

CADERNOS IPPUR

Ano XIII, Nº 2
Ago-Dez 1999

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Ana Lúcia N. P. Brito
Barbara Deutsch-Lynch
Brent Millikan
Carlos B. Vainer
Luciana C. do Lago
Ricardo Salles
Robert Pechman

ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO

Dulce Portilho Maciel

SECRETÁRIA

Jussara Bernardes

REVISÃO DE PORTUGUÊS

Claudio Cesar Santoro

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Claudio Cesar Santoro

PROJETO GRÁFICO DA CAPA

André Dorigo
Lícia Rubinstein

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Ricardo Azoury / Postais Digitais

SUMÁRIO

Resumos e Abstracts, 7

Atualidade Analítica, 13

Milton Santos, 15

O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise

Artigos, 27

Michael Storper, 29

Las Economías Regionales como Activos Relacionales

Pedro Abramo, 69

A Ordem Urbana Walraso-Thüneniana e suas Fissuras: o papel da interdependência nas escolhas de localização

Pesquisas, 93

Fernanda Sánchez,

Rosa Moura, 95

Cidades-modelo: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo?

Sérgio Costa,

Angela Alonso,

Sérgio Tomioka, 115

A Re-significação das Tradições: o Acre entre o rodoviarismo e o socioambientalismo

Teresa Cristina Faria, 133

Estratégias de Localização Residencial e Dinâmica Imobiliária na Cidade do Rio de Janeiro

Resenhas, 157

Fania Fridman, 159

Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro
(por Murillo Marx)

Saskia Sassen, 161

As cidades na economia mundial
(por Rose Compans)

Resumos

Abstracts

Milton Santos

O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise

Determinadas categorias de análise requerem reelaboração para compreender o território no contexto da globalização. A categoria evento une o mundo e o lugar, o tempo e o espaço. O tempo empírico encarna nos trabalhos científico e político a possibilidade de futuros realizáveis. A idéia de forma-conteúdo traduz a "inércia dinâmica" que explica as sociedades particularizadas. O "acontecer solidário" constitui o território por meio da produção histórico-geográfica dos eventos. O território usado, de relações, conteúdos e processos – que permitiria que a política fosse elaborada de baixo para cima – é um campo de forças, lugar da dialética entre Estado e Mercado, entre uso econômico e usos sociais dos recursos, lugar do conflito entre localidades, velocidades e classes. A "universalidade empírica" faz a ponte entre a produção teórica da Geografia e os lugares de realização do mundo, construindo a coerência e a solidariedade entre os eventos. Para tanto, o saber da região tem de ser

Territory and Local Knowledge: some analytical categories

The territorial planning has been failing to plan the space as it doesn't recognize space as a totality, that comprehends flows and communication and not only economic processes. The prevailing norms imposed by corporations over political regulations indicates the crisis of the Nation and the ungovernability of the territory. Some analytical categories need to be reelaborated in order to favor the understanding of territory in a globalized context. The idea of event unites the world and the place, time and space. The empirical time introduces the different possible futures into the scientific and political works. The idea of form-content explains the particular societies and that of "solidary happening" constitutes the territory through the historical-geographical production of events. The "used territory" of relations, processes and contents is a field for conflicting velocities and localities. The "empirical universality" makes the links between the theoretical production of Geography and the places

devidamente considerado produtor dos discursos do cotidiano e da política.

Palavras-chave: saber local, eventos territorializados, tempo empírico

where the world is built, establishing coherence and solidarity between the events.

Keywords: local knowledge, territorialized events, empirical time.

Michael Storper

As Economias Regionais como Ativos Relacionais

Nos últimos anos, a economia regional experimentou o surgimento de um paradigma heterodoxo, que implica o que poderíamos chamar de uma nova “santíssima trindade”: tecnologias-organizações-territórios. O autor sustenta que é preciso encher de conteúdo a análise desses três componentes. Para isso, é necessário superar a metáfora dos sistemas econômicos como máquinas com insumos e *outputs* sólidos, cujas física e geometria podem compreender-se de forma total e determinada. Essa ênfase na mecânica do desenvolvimento regional deve agora complementar-se com outro enfoque, em que as metáforas dominantes sejam a da economia como relações, a do processo econômico como conversação e coordenação, a dos agentes do processo não como fatores mas como atores humanos reflexivos e a da natureza da acumulação econômica não só como ativos materiais mas como ativos relacionais. Assim, a economia regional, em particular, e as economias territoriais integradas, em geral, são redefinidas como estoques de ativos relacionais.

Palavras-chave: economia regional, coordenação territorial, reflexividade

Regional Economies as Relational Assets

Over the last few years, regional economics has seen a heterodox paradigm emerge in its midst which involves what we might call a new “holy trinity”: technologies-organizations –territories. The author proposes that it is accurate to give content to the analysis of these three components. In order to do so, it is necessary to overcome the metaphor of economic systems as machines, with hard inputs and outputs, the physics and geometry of which may be understood in a complete and determinate way. The focus on the mechanics of regional development must now be complemented by another focus, where the guiding metaphor is the economy as relations, the economic process as conversation and co-ordination, the subjects of the process not as factors but as reflexive human actors, and the nature of economic accumulation as not only material assets, but as relational assets. In this sense, regional economies in particular and integrated territorial economies in general are redefined here as stocks of relational assets.

Keywords: regional economies, territorial coordination, reflexivity

Pedro Abramo

A Ordem Urbana Walraso-Thüneniana e suas Fissuras: o papel da interdependência nas escolhas de localização

As crises da política urbana intervencionista tendem a rejeitar a cultura do plano, conduzindo a uma revalorização do mercado como mecanismo por excelência de coordenação das decisões de localização urbana. O presente texto desenvolve um exercício crítico da economia urbana ortodoxa no próprio campo de argumentação neoclássico, propondo uma leitura da estrutura urbana a partir da problemática da incerteza. Nessa perspectiva, a ruptura da relação auto-referencial entre as hipóteses de Von Thünen sobre a representação do espaço e a racionalidade paramétrica proposta pela síntese walraso-thüneniana é vista como um primeiro passo para a constituição de uma economia heterodoxa pós-keynesiana das antecipações urbanas.

Palavras-chave: ordem urbana, escolhas de localização, economia regional das antecipações

The Walrasian-Thünenian Urban Order and its inconsistency: the role of interdependence in location choices

The crisis of interventionist urban policies stresses the rejection of the planning culture, leading to a restatement of the market as a main coordinating mechanism of urban location decisions. The present text develops a critical assessment of the urban orthodox economics at the same neoclassical arguing domain, presenting an analysis of the urban structure from the point of view of the uncertainty problematics. In this perspective, the dissociation between the auto-referential relation of Von Thünen's hypothesis about space representation and the parametrical rationality suggested by the walrasian-thunenian synthesis is seen as a first step to the constitution of an heterodox post-keynesian economics of urban expectations.

Keywords: urban order, location choices, regional economics of expectations

Fernanda Sánchez e Rosa Moura

Cidades-Modelo: espelho de virtude ou reprodução do mesmo?

Algumas cidades são eleitas como referências-modelo, e seus programas e projetos são incorporados na agenda urbana hegemônica. Expressiva da fase

Model Cities: mirror of virtues or reproduction of the same?

Some cities has been defined as models and its basic projects are integrated into the hegemonic urban agenda. Reflecting the contemporary stage of capitalis-

contemporânea do capitalismo, essa agenda difunde um ideário sintonizado com os impulsos globais, apoiando-se na codificação de ações desejáveis de governos locais que procuram a inserção competitiva no novo mapa do mundo. Os governos que sucumbem aos encantos da cidade-mercadoria a transformam em produto destinado a atrair cidadãos-consumidores e investidores. O presente trabalho procura desvendar e desnaturalizar certos nexos e estratégias presentes nos discursos e imagens que têm traduzido as noções características das cidades-modelo. Um padrão homogeneizador parece revelar-se nas confluências de políticas urbanas que, entretanto, destinam-se a cidades profundamente diferentes, como Curitiba e Cingapura, enfocadas na presente reflexão.

Palavras-chave: cidades-modelo, *city marketing*, agenda urbana hegemônica

tic development, this agenda disseminate the ideas compatibles with the global tendencies, based on the actions envisioned by local governments in search for competitive insertion in the world market. The governments that conceive the city as a commodity treat it as a means to attract consumers and investors. The present text tries to identify the strategies and discourses that characterize the model-cities. An homogeneous pattern of urban policy seems to be applied to very different cities as Curitiba and Cingapura, the two cases examined in the present discussion.

Keywords: model cities, city marketing, hegemonic urban agenda

Sérgio Costa, Angela Alonso e Sérgio Tomioka

A Resignificação das Tradições: o Acre entre o rodoviarismo e o socioambientalismo

O artigo tem por objeto os conflitos em torno de projetos de expansão viária no Acre, nos anos 90. O argumento é que os constrangimentos jurídico-políticos e morais advindos da redemocratização geram a regulação pública de conflitos ambientais e a reconfiguração dos projetos e linhas de ação dos agentes. O processo inclui a resignificação das tradições rodoviarista e socioambientalista

Giving new Meanings to Tradition: the state of Acre between road building ideology and socioenvironmentalism

The text discusses the conflicts over road building expansion in the Amazonian state of Acre. It argues that the moral and juridical-political constraints derived from the redemocratization process created conditions to a public regulation of the environmental conflicts and to the redesigning of social actors projects and guidelines for action. This process comprehended both the road building ideol-

locais e a explicitação de suas ambigüidades.

Palavras-chave: conflitos ambientais, rodoviarismo, espaço público

ogy and socioenvironmentalist traditions as well as the clarification of its ambiguities.

Keywords: environmental conflicts, road building ideology, public space

Teresa Cristina Faria

Estratégias de Localização Residencial e Dinâmica Imobiliária na Cidade do Rio de Janeiro

O texto analisa as tendências migratórias intra-urbanas na Cidade do Rio de Janeiro a partir das suas relações com a estruturação da cidade quanto às mudanças no padrão de ocupação do solo. Nesse sentido, tenta contribuir para um maior entendimento das relações entre o mercado imobiliário e a estruturação intra-urbana, via análise da mobilidade residencial. Os dados analisados são resultado de pesquisa realizada em 1995/96 na Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, com os indivíduos que compareciam ao balcão do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) *intervivos*. Além dessa fonte, foram utilizados os dados do arquivo ITBI/IPTU/IPPUR, que contém informações das guias de recolhimento do referido imposto. O texto apresenta, na primeira parte, a descrição do perfil do migrante intra-urbano e os fluxos de deslocamento residencial, relacionando-os, na segunda, com a dinâmica imobiliária na cidade e as transformações ocorridas na estrutura intra-urbana, através dos dados das transações imobiliárias com

Strategies of Residential Location and Real Estate Dynamics in Rio de Janeiro

This work analyzes the intra-urban migratory tendencies in the city of Rio de Janeiro, from their relationships with the structuring process of the city and the changes in the land use pattern. So, it tries to contribute for a larger understanding of the relationships between the real estate market and the intra-urban structuring process, through an analysis of the residential mobility. The data used comes from a specific survey carried out in 1995/96, in the Rio de Janeiro local authority, with costumers in the counter of ITBI (Municipal Tax for Real Estate Transactions). Another source was the data from the ITBI/IPTU/IPPUR files, that contain information from all the sheets of the referred tax. This work presents, in the first part, the description of the intra-urban migrant's characteristics and the flows of residential displacement, relating them in another part of the text, with the real estate dynamics in the city and the changes verified in the intra-urban structure, through the data of the real estate transactions with apartments between 1975 and 1995. Finally, there

apartamentos entre 1975 e 1995, para finalmente analisar as diferentes dimensões das estratégias de localização residencial dos indivíduos e/ou famílias.

Palavras-chave: mobilidade residencial, mercado imobiliário, estrutura urbana

is an analysis of the different dimensions of individuals and/or families strategies for residential location.

Keywords: residential mobility, real estate market, urban structure

Atualidade Analítica

O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise *

Milton Santos

Retomarei aqui algumas categorias de análise que vêm norteando minha reflexão ao longo dos últimos anos em suas implicações para uma melhor compreensão da problemática do território nesta era de globalização.

O evento

A primeira dessas categorias é a noção de evento. Ela tem entrada recente no meu vocabulário e imagino que seja talvez a minha contribuição pessoal mais importante, na medida em que é a forma de resolver uma série de problemas de método. Isso porque permite unir o mundo ao lugar; a História que se faz e a História já feita; o futuro e o

passado que aparece como presente. O presente é fugaz e sua análise se realiza sempre a partir dos dois pólos: o futuro como projeto e o passado como realização já produzida. O evento aparece como essa grande chave para unir também as noções de tempo e espaço, que até recentemente não apareciam como um todo único. Mesmo os que avançam

* Texto apresentado em seminário organizado pelo Laboratório de Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO/IPPUR) e pelo Núcleo de Cidadania e Políticas Públicas da FASE. Ricardo Salles, doutorando em História na UFF, colaborou na edição, e Cristiane Calheiros Falcão, Laura Maul de Carvalho e Alice Lourenço, na transcrição.

ram mais na questão do “tempoespaço” eram obrigados a pôr um travessão entre essas duas palavras. A minha proposta é que só é possível falar em tempo-espaço a partir da idéia de evento, que reúne tempo e espaço numa categoria única.

Nesse sentido, temos a noção de tempo empírico como solução a ser encontrada. Como unir tempo e espaço, este sempre contendo um componente empírico, se o tempo não for considerado na sua empiricidade, na sua historicidade, que está atrás da sua realização histórica e geográfica? Realização entendida no sentido de tornar-se realidade, de fazer-se atualidade. Um tempo empírico que vai ser buscado numa definição muito simples do que existe, em que o que existe é um conjunto de possibilidades a tomar ou a deixar de tomar. Possibilidades que apenas alguns atores são capazes de exercer e que são exercidas apenas em certos lugares. Esse tempo empírico que flui da existência de possibilidades concretas, que permite uma história já feita ou uma história por fazer,

recuperando, por conseguinte, a noção de futuro e atribuindo à idéia de utopia um conteúdo – diriam os céticos – realista, trabalhado a partir de possibilidades que são reais, as que são conhecidas pela história a cada momento. Dessa forma, a noção de evento, de tempo empírico, do mundo como possibilidade de um futuro realizável (logo, a negação da idéia dos impossíveis) é uma ameaça à queda na depressão. Essa foi a busca que fiz para justificar o meu permanente otimismo quanto à realização da história.

Esse tempo empírico é trabalhável apenas com base na noção de *periodização*. Essa noção é fundamental porque não vamos poder trabalhar no nosso cotidiano ou no trabalho científico, tampouco no trabalho político, com momentos fugazes; trabalhamos com pedaços de tempo. Assim, ela encarna a realidade de tempo empírico. Do tempo empiricizado, como conjunto de possibilidades, tanto as utilizadas quanto as que serão utilizadas, sem o qual a idéia de projeto também se torna impossível.

A forma-conteúdo

Nesse caso não se trata de trabalhar a forma em si, nem o conteúdo em si. Essa seria a contribuição dos “territoriólogos”, geógrafos à frente, evidentemente, para o entendimento da sociedade. A sociedade em si pode ser uma categoria, mas quem jamais trabalhou o país com essa idéia de sociedade em si, dessa sociedade total? Onde está ela? Será que o país se

realiza através sobretudo de formas-conteúdo? Estas seriam as dotadas do que chamei também de inércia dinâmica, enquanto não havia ainda inventado essa idéia de forma-conteúdo. Uma forma que, por ter um conteúdo, realiza a sociedade de uma maneira particularizada, que se deve à forma. Isto é, aquela concha na qual a sociedade deposita

fração do seu dinamismo e que se torna dinâmica por isso. Um dinamismo que não é explicado pela sociedade sozinha, mas pelo fato de ela, naquele momento, naquele período – para retomar a idéia de periodização – se realizar e, a partir desse ponto, rever a noção de região, a noção de cidade e, quem sabe, também a de bairro ou de sub-região.

Além de suas quatro dimensões, o espaço teria uma quinta dimensão, a do cotidiano, que permitiria exatamente chegar à idéia de ação comunicacional a partir do nosso trabalho como “territoriólogos”. E outra idéia, então, que me pareceu importante trabalhar foi a do “acontecer solidário”, que vem da minha inconformidade com a maneira como trabalhamos a noção de escala na geografia. Essa noção, a meu ver, é insuficiente para permitir uma análise dinâmica dos fatos sociogeográficos; por isso, andei propondo – e nisso também estou balbuciando – a noção de “acontecer solidário”. Resta o grande problema da definição dos níveis da solidariedade ou, na expressão consagrada, das escalas da solidariedade. O que possibilitaria reconstituir um território a partir de mosaicos – porque o território é sempre dado como mosaico – seria este “acontecer solidário”. Haveria algo que levaria à realização concreta, à produção histórica e geográfica de eventos solidários. E é isso que dá o limite da área. Quer dizer, a idéia de escala (já que é também uma idéia de limite) ganharia em dinamismo a partir dessa noção de “acontecer solidário”, embora não a tenha desenvolvido suficientemente.

O meio geográfico tem um conteúdo

em técnica, um conteúdo em ciência e um conteúdo em informação que permitem formas de ação diferentes, segundo as densidades respectivas. A racionalidade, nesse fim de século, chega ao território; ou seja, ela não é apenas uma categoria da sociedade, da economia, da política. O próprio território, em certos lugares, acaba por tornar-se racional. Racional dessa racionalidade sem razão. Haveria uma produtividade espacial. Dentro de um certo tipo de economia hegemônica há espaços que são mais produtivos do que outros, e assim ter-se-ia que medir, ou ao menos considerar, produtividades espaciais diferentes segundo os lugares, o que tornaria possíveis participações diferentes no processo global.

Há quarenta anos, quando distingui a noção de espaço econômico do que chamava de espaço banal, François Perroux dizia que o espaço econômico era a reunião de pontos para possibilitar o exercício da economia. Essa idéia de espaço de fluxos ele contrapunha à de espaço geográfico. Haveria um espaço do geógrafo, que não seria o espaço do fluxo, e haveria o espaço dos fluxos, que seria o dos economistas. A idéia de horizontalidade e verticalidade tem, de alguma maneira, essa filiação. Não no sentido literal, porque o momento histórico é diverso. Nos espaços da globalização haveria relações verticais e relações horizontais que resultariam na produção desses espaços banais – que são o espaço da comunhão, da comunicação, o espaço de todos –, não apenas em contraposição ao espaço dos fluxos econômicos, mas por serem também considerados o lugar

de todos, sem excluir quem quer que seja, sem excluir qualquer que seja a instituição ou a empresa. Dessa forma, haveria uma volta à noção de totalidade dos atores agindo no espaço. Coisa que os "territoriólogos", mas sobretudo os planejadores, deixaram para trás, porque a pesquisa e o ensino do planejamento são realizados, na maior parte dos casos, sobre algo que não é o espaço. O planejamento espacial, o planejamento territorial, o planejamento regional não são planejamentos do espaço. Não o são na prática, na pesquisa e no ensino, o que é

muito grave, porque não são consideradas a totalidade dos atores, a das instituições, a das pessoas e a das empresas. Procura-se explicar aos empresários o que eles fazem, dedica-se muito aos fluxos dominantes e abandonam-se os outros. Ou, pelo contrário, estuda-se a pobreza como se ela fosse independente do conjunto de circunstâncias. O que se produz não é uma interpretação da pobreza, pois falta essa idéia de totalidade, que só poderá ser alcançada pela noção de horizontalidade.

O território usado

O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado. Ou seja, para que o território se torne uma categoria de análise dentro das ciências sociais e com vistas à produção de projetos, isto é, com vistas à política, com "P" maiúsculo, deve-se tomá-lo como território usado. Por que essa insistência? O marxismo vendeu, e vendeu bem, algumas idéias que eu próprio escrevi na minha maturidade, também repetindo o *mainstream* marxista. Uma delas é a relação sociedade-natureza que abunda na literatura que nos concerne como "territoriólogos". Mas onde é que se encontra essa relação sociedade-natureza? Será que há realmente essa dialética sociedade-natureza? Eu creio que não. A dialética somente se realiza a partir da natureza valorada pela sociedade; é aí que começa a dia-

lética. A sociedade não atua sobre a natureza em si. O entendimento dessa ação é o nosso trabalho e parte do valor que é dado àquele pedaço de natureza – valor atual ou valor futuro.

É o caso da Amazônia. A ação presente, os interesses sobre parte do território, a cobiça, e mesmo as representações atribuídas a essa parte do território têm uma relação com o valor que é dado ao que está ali presente. O que há na realidade é relação sociedade e sociedade enquanto território, sociedade enquanto espaço. O território não pode ser uma categoria de análise, tem de ser considerado território usado. Na realidade, quando uma empresa, uma instituição, um grupo, agem sobre uma fração do território, num momento "T" do tempo, não desconsideram o que ali já existe,

ou seja, não só as coisas mas também os homens e as relações. Dessa maneira é que talvez possamos ajudar os cientistas políticos a avançar um pouco mais na sua reflexão, inclusive a propósito da produção de idéias políticas sobre o país e, de maneira mais prática, nos conselhos que lhes serão solicitados numa próxima reforma constitucional. Porque há uma reforma constitucional “de cima para baixo” e haverá a nossa, a reforma constitucional de “baixo para cima”, que vai levar em conta o território usado. A ciência política de modo geral ignora o território – dá conta da divisão dos estados, dos municípios, mas não dos conteúdos –, como se ele não tivesse um conteúdo social. Este aparece apenas como estatísticas, que são caixinhas que vamos abrindo à medida que necessitamos produzir o discurso. Mas está excluído o conteúdo – o dinamismo socioterritorial, socioespacial, essas formas-conteúdo que têm a ver com a existência. Talvez por culpa nossa, já que não elaboramos de maneira conveniente os conceitos capazes de dialogar com as outras ciências sociais.

Acho que esse é um drama dos “territoriólogos”. Num mundo simples, como foi de modo geral até os anos 50, a enumeração das categorias não exigia um refinamento muito maior. Desde então tudo mudou e temos de reelaborar as categorias de análise. O nosso trabalho é apreciado academicamente quando bem feito, mas o que é apreciação acadêmica? Para que serve, se a compreensão da dinâmica da sociedade escapa? Em um país como o Brasil, onde o planejamento regional nunca foi feito, é possível

deixar os governantes fazerem o que querem. A realização do planejamento regional não dependeu do que nós queríamos, exceto em casos muito específicos, isolados do conjunto. Nunca houve um esforço para pensar a idéia de território como um todo, território da nação, território do país, território como totalidade. Os planejadores eram irresponsáveis do ponto de vista do que escreviam. Mas creio que chegará o dia em que não poderemos continuar falando irresponsavelmente, quando será indispensável que afinemos nossos conceitos para que sejam realmente representativos não de uma sociedade estática, mas do dinamismo social.

Essa idéia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto – e a expressão de novo é de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos. Esta última questão, hoje fundamental, refere-se à dissonância entre os usos econômicos e os usos sociais dos mesmos recursos, ou

à possibilidade de produzir recursos. O que estou chamando de “país de cima” e “país de baixo” é algo que vai ser importante, não obrigatoriamente com as mesmas palavras, como forma de entender o território. Não se fala mais em entreguista, mas pode-se falar em “país de cima”, o que pode ser entendido através do exame dos conflitos de atribuição de competência, de possibilidades. Estou pensando muito seriamente no nosso papel numa reforma da Constituição. Acho que o discurso dos “territoriólogos” e dos que a nós se associam pode ser fundamental no debate da Constituição, se forjarmos instrumentos que nos auxiliem a reinterpretar dados empíricos e produzir uma idéia de país visto a partir do território. Evidentemente, no nosso caso, a contribuição, que não vai ser toda assimilada à Constituição, será sobretudo a produção de uma consciência territorial da Nação. O conflito entre níveis de governo, por exemplo, merece um capítulo na análise, assim como o conflito entre os ramos de mercado.

O mercado não é categoria de análise. O mercado é uma grande palavra que, para ser transformada em categoria de análise, tem que ser muito esmiuçada. Cada ramo do mercado, para não usar outra palavra, tem um comportamento diferente, produz uma topologia própria. Isto é, uma distribuição no território, mas também o uso do território e demandas relacionadas a esse uso. Devem ser considerados os conflitos entre classes, os conflitos entre localidades e áreas e os conflitos entre velocidades, dentro do território. Como sabemos, a velocidade não

é um dado da técnica, é um dado da política. Assim, podemos incluir a noção de velocidade como uma das características de análise do território. Se tomo ainda o território como território usado, estudando-o a partir das normas, eu tenho dois partidos a levar em conta. Se tomo o partido do “país de cima”, o que vejo é que as próprias técnicas são normas. Uma das características da técnica é ser ela mesma norma. A técnica normativa é normatizada no seu uso e é normativa na sua repercussão sobre os agentes. Repito: ela é normatizada na sua constituição íntima, porque é uma forma particular de uso; e ela é normativa quanto ao seu uso. E essas normas procuram arrastar a existência de outros agentes – as normas das técnicas. Alguns adaptam, segundo diversos graus, as suas próprias normas. Ou seja, os agentes adaptam suas normas para que haja compatibilidade com as normas dos agentes hegemônicos. E essa adaptação rompe com equilíbrios externos e internos, condenando os equilíbrios preexistentes.

É nesse sentido que o território hoje é nervoso, instável... E é por isso que, a partir do território, se verifica no Brasil a crise da Nação. Não há melhor indicador da crise por que passa a Nação que o território; pela sua nervosidade, pela sua instabilidade, pela sua ingovernabilidade, como território usado. Trata-se dessas mudanças rápidas de normas que reconhecemos como luta global pela mais-valia maior, essa competitividade que está na raiz mesma da posição ocupada na economia global e exige uma adaptabilidade permanente das normas das grandes empresas, o que aumenta

a instabilidade do território “de cima” para “baixo”. Isto é, a produção da ordem para as empresas e da desordem para todos os outros agentes, e para o próprio território, incapaz de se ordenar porque ideologicamente decidimos que essas grandes empresas são indispensáveis. Assim, aceitamos a idéia de que o território tem que ser desorganizado. É o que nós estamos fazendo. Aqui faço um parêntese para sugerir que a noção de poder não seja estudada somente a partir do Estado, porque, na realidade, o poder maior sobre o território deixa de ser do Estado e passa a ser das grandes empresas. A gestão do território, a regulação do território são cada vez menos possíveis pelas instâncias ditas políticas e passam a ser exercidas pelas instâncias econômicas.

O que acontece é que hoje a economia se realiza pela política. Não é a economia que ocupa hoje a posição central; é a política exercida pelos agentes econômicos hegemônicos. Sobre o território, o resultado é o que estamos apreciando, embora não estejamos analisando ainda por que o nosso meio de análise está de certa maneira atrasado em relação à nova realidade. Somos prisioneiros da Universidade, porque supomos que ela contém os anéis de mudança intelectual. Mas o sistema reprodutivo que garante à Universidade a sua permanência também é aquele que impede o progresso do pensamento. O que é grave é que as necessidades das empresas globais, e isso o território mostra, arrastam os governos – nacional, estaduais, no caso do Brasil, e locais.

O saber local

A territorialidade é um atributo do território ou dos seus ocupantes? Vivo o meu cotidiano no território nacional ou no lugar? Essas perguntas me parecem importantes porque estão ligadas ao que eu chamaria de saber da região em contraposição a saber do *expert* internacional. Este, cada vez mais, é chamado a falar sobre o lugar, quando no máximo deveria fazer uma palestra de dois dias e ir embora. Porque o saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política – é resultado de sábios locais. O sábio local não é aquele que somente sabe sobre o local

propriamente dito; tem de saber, mais e mais, sobre o mundo, mas tem de respirar o lugar em si para poder produzir o discurso do cotidiano, que é o discurso da política. Por conseguinte, o *expert* de fora vem como aquele que atíça a brasa como um fole. E tem que ir embora. Tenho cada vez mais consciência de que há necessidade de se fortalecer a produção desse saber local e, no caso brasileiro, de apoiar a multiplicação da Universidade, sobretudo de mestrados, para a geografia brasileira. Essa é a nossa garantia de que a disciplina vai continuar viva. E isso é central: que os monopólios

sejam quebrados. Essa produção do saber local é o que vai permitir que os estudos sejam menos dirigidos aos colegas, já que o que hoje produzimos não é para mais ninguém senão para nós mesmos. Trata-se do que os franceses chamariam hoje uma produção fechada. Os colegas lêem, os colegas citam e ficamos felizes. Felizes *interni corporis*, mas se desejarmos que o nosso trabalho realmente seja uma produção que apresse o desenvolvimento social, será outra a forma de produção do saber.

Neste ponto, podemos introduzir a idéia de *universalidade empírica*, que venho trabalhando desde 1985 e creio ser muito importante porque é uma idéia que somente pode ser gestada a partir da globalização. A idéia da totalidade, que os filósofos nos legaram como produto da sua cosmovisão, como produto da sua formidável penetração no entendimento do mundo, agora, com a planetarização da técnica hegemônica, é trabalhável empiricamente. Acho que essa é a grande novidade, a grande ponte entre a produção de uma geografia teórica, isto é, o estudo dos conceitos, e os lugares. Por essa razão atribuímos tanta importância ao fenômeno da técnica na interpretação de lugares. Nesse sentido, o lugar é o lugar de uma escolha. O mundo está aí e o lugar colhe no mundo atributos que o realizam histórica e geograficamente. É o mundo que se dá seletivamente no lugar. O fenômeno técnico, na sua abrangência telúrica atual, permite entender a *totalidade-mundo* a partir dessa empiricidade. Por conseguinte, a possibilidade de uma teorização que abranja o todo e a parte no

campo do espaço se tornou possível também através, creio eu, e digo com toda a timidez, do cotidiano. Porque o cotidiano é a realização das pessoas e, quem sabe, também das instituições e das empresas nos lugares.

Essa união de espaço e tempo, através do que antes chamávamos igualmente de espaço, pode-nos dar a consciência da permanente mudança. As formas só têm significado apenas a partir do que contêm. Qual foi o filósofo que falou que o mistério da forma é mais complicado que o mistério da ciência? Isso porque a forma se dá como coisa e impõe uma imagem que dura. Como penetrar a forma e descobrir a sua verdadeira significação? Por exemplo, a questão da habitação. Se estudássemos a questão da habitação no Brasil nos anos 1980, 1970, constataríamos o envelhecimento rápido das cidades. Acho que ainda não houve uma tese sobre isso. As cidades brasileiras envelheceram rapidamente nos anos 1970 porque o BNH facilitava às classes médias a mudança de lugar. Às classes médias era concedido, com facilidade, dinheiro para comprar casas, o que Marx chamou de envelhecimento moral da forma. A idéia que eu quis trazer com essa noção de "espaço-tempo", que é uma outra versão da idéia de "forma-conteúdo", é sugerir que desconfiemos do significado que a forma nos oferece pelo seu corpo. Que duvidemos do nosso corpo. E que enfrentemos a forma a partir de seu conteúdo permanentemente renovado. E aí também vem a esperança de que se use de outra forma a cidade.

Aqui retomo a noção de tempo empírico. O que buscar para tornar o evento analítico analiticamente utilizável? Vou, se o que está em questão é a ação do fato financeiro, tentar encontrar o que o caracteriza em geral, em seguida o que o caracteriza em particular e, a partir daí, verificar como incide sobre uma sociedade e um lugar. O mesmo procedimento se aplicaria para o fato industrial, o fato informacional, aquela notícia, aquele rumor. Acho que isso é que permitiria datar os eventos. Essa seria a metodologia a utilizar. Escolheria ainda um número de variáveis significativas e acompanharia sua historicização e geografização. Faria esse caminho para trás, reconhecendo presentes sucessivos, porque se trata de (re)encontrar presentes sucessivos.

Quando se lê um relatório da Associação dos Geógrafos Brasileiros dos anos 1940 ou 1950, vê-se uma tentativa de reconstituição do passado. A intenção era descrever o presente; mas, lido *a posteriori*, torna-se uma oferta de interpretação do que passou, que pode ser canhestra, que pode ser insuficiente, que pode ser pobre, mas que pode também ser rica se escolhermos bem as categorias. E é por isso que a Geografia é cada vez mais uma disciplina que só é praticada a partir de uma teoria. Para evitar exatamente que as interpretações sejam incoerentes. Essa busca de coerência, de solidariedade entre os "acontecimentos" num pedaço do território é o que temos por fim. E isso é válido também para a História, já que o espaço e o tempo são a mesma coisa. Quando considero espaço e tempo como uma

mesma coisa, estou fornecendo um caminho de método para a História e, paralelamente, para a Geografia.

O que é que estamos vendo acontecer agora em relação à composição orgânica do território? É que no território diminui o número de empregos propriamente agrícolas e, mais ainda, o número de empregos rurais. Isso pela mudança de composição orgânica da atividade agrícola e da vida do território. A cidade abriga uma parte importante dos empregos agrícolas, de tal maneira que temos hoje no país mais empregos e atividades agrícolas do que rurais. O campo é que é o lugar do capital e não mais a cidade. É o campo brasileiro o lugar de acolhimento mais fácil para o capital. A cidade resiste às formas hegemônicas do capital e passa a ter um papel de porta-voz desse campo larga e profundamente capitalizado, juntamente com a obrigação de estender a verticalidade ao campo por meio de processos técnicos nas áreas da produção direta. A cidade é cada vez mais um intermediário, na produção direta, do processo técnico da produção, mas não do processo político. Só que ela se investe de uma vontade política que é diferente da que havia há quinze anos no Brasil. Essa vontade política se manifesta através da imprensa local, da rádio local, dos prolongamentos locais da televisão, que têm de usar uma linguagem diversa da utilizada pela grande imprensa nacional, estadual ou pela televisão mais geral. Assim, a partir de um certo tamanho, a cidade acaba sendo esse laboratório político, dado que a agricultura exige uma certa quantidade de emprego urbano

que não tem relação direta com a própria agricultura. Esse fato cria dentro da cidade uma complexidade de funções inimagináveis há vinte anos e uma complicação em matéria de interesse, que poderá transformar-se em uma complexidade de preocupação da ordem política, já que tudo se resolve na ordem da política e a economia se realiza a partir da política das empresas e do Estado. Creio que por aí aproximar-se-ia, a partir do acontecer empírico (o acontecer é sempre empírico, mesmo quanto às idéias), de uma tentativa de interpretação que talvez encontrasse essa produção de horizontalidade, quando o que se quis produzir foi a exclusiva verticalidade, mesmo quando não se fala da grande cidade, mas também das cidades que no Brasil chamamos de médias. E, a partir disso, é originado esse mecanismo de horizontalização, que é tanto mais rico quanto maior é a divisão do trabalho interna às cidades e que tem um potencial de despertar político na medida em que a própria atividade econômica sugere esse entendimento a partir da política.

Haveria a possibilidade de distinguir lugares pela sua capacidade inata de produzir mais ou menos solidariedade? Haveria lugares onde essa disposição para a solidariedade pudesse se exercer mais fortemente, mais rapidamente, mais conscientemente? Retomo rapidamente uma oposição hoje factível nas áreas mais modernas entre o rural e o urbano. O rural submetido às leis da globalização convoca os participantes do trabalho rural a uma atitude de subordinação a essas normas, porque sem

obediência a estas eles serão excluídos. Assim, a primeira coisa que o agricultor de uma área moderna terá de fazer, se quiser sobreviver, é obedecer, como num exército, à palavra de ordem. Poderíamos identificar na figura do servo da gleba, da Idade Média, esses agricultores modernos. Ou seja, são servos de uma ordem global cujo mecanismo conhecem pouco, sabendo porém que a obediência é indispensável para continuar presentes. Nesse caso, o lugar para a solidariedade é menor porque o processo de vida, a produção de sua existência, de alguma maneira, supõe preocupações menos altruísticas. Trata-se da tensão da bolsa, do mercado, da necessidade de obedecer às regras de produção, de colheita, de empacotamento. Tudo o que verificamos no Paraná e sobretudo em Santa Catarina, por exemplo, com a produção de porcos ou de frangos, é exemplo típico dessa obediência indispensável do produtor a uma cadeia técnica que responde a uma demanda econômica que cria nele comportamentos regulados, de tal forma que excluem a idéia que se possa ter de prática da solidariedade.

Talvez desse modo pudéssemos analisar o que se chama sociabilidade a partir de condições geográficas, ou geo-socio-econômicas, ou geo-sociopolítico-econômicas, o que implica uma diferença essencial entre o que chamaríamos de rural e o que chamaríamos de urbano. Isto é, a oposição rural e urbano vai tomando novos contornos, novos conteúdos, novas definições, diferentes das que aprendemos e ensinamos ainda há vinte anos. A cidade é isso: ela fornece a pre-

sidência das atividades técnicas do mundo rural e, inclusive, uma parcela da atividade intelectual das cidades médias que depende diretamente de uma demanda rural – o que denominei, em algum lugar, de consumo produtivo do campo. Esse consumo produtivo do campo gera nas cidades atividades que respondem diretamente à demanda do campo. Mas o fato de as pessoas estarem juntas e terem uma renda, estarem subordinadas ao meio de consumo e às exigências da vizinhança cria outras atividades. Com isso, a própria cidade olha atônita, sem saber como explicar essa demanda política que lhe é também feita, esse papel de intermediação em relação ao mundo. Isso porque a cidade tem um certo papel também na área política da divisão do trabalho, e não apenas na área técnica, através do entendimento dos preços, dos incentivos, do custo do dinheiro. Tudo isso é a cidade que testemunha. Esse conjunto de testemunhos que lhe é conferido constitui também um elemento de cristalização de demandas expressas, entre outras coisas, pela mídia local, pelas associações locais, pelos sindicatos locais, pelas cooperativas. Todas são, de um lado, elementos da produção de um *lobby* e, de outro, produtoras de um discurso da cidade, que é novo e que atribui a essa cidade esse papel, também novo na discussão do mundo e do país. E esse papel será tanto mais eficaz quanto mais a cidade explicar esses processos.

Aqui, finalmente, podemos retomar a questão do saber local, que deixamos suspensa um pouco atrás. E como esse saber local não é independente do saber global, as universidades, ainda que este-

jam situadas no Rio de Janeiro ou em São Paulo, podem ter um papel importante na produção do saber local, com a produção de um saber global que não seja apenas discurso, mas que permita oferecer elementos de análise localmente reciclados. Não podemos realmente oferecer as fórmulas de entendimento do local. Oferecemos um quadro geral de reflexão, a ser refeito localmente. O que acabo de dizer é uma introdução também a essa pergunta sobre a federação de lugares que, segundo minhas previsões, ocorrerá na medida em que o saber local se impuser. As combinações locais são múltiplas. O que se produz nas chamadas grandes universidades, nos grandes centros da produção do saber, são generalizações e abstrações e que, por isso, não são diretamente aplicáveis às políticas locais. São guias; portanto os *experts* não podem demorar muito tempo nos lugares porque serão desconsiderados, porque falarão tolices, certamente. Esse saber do homem da universidade, do grande centro ou do pequeno centro – que não se imagine que só somos grandes se estamos nas grandes universidades – é indispensável também como um dado central na cozinha do saber local. A cozinha é local. E esse saber local é urbano. Isso porque o campo é extremamente vulnerável ao grande capital, já que tem de transigir, se quiser oferecer o produto que o mundo pede, nas condições em que pede.

A datação do mundo faz com que tenhamos sempre que estar revendo conceitos. Mas a própria palavra conceito é uma palavra que depende da época, da aceitação da idéia de que o mundo é da-

tado. Assim, se a relação cidade–campo muda, a definição de campo também muda. Temos que alcançar essa definição de um modo geral, global, e de um modo nacional, porque em cada país é diferente. Como também é diferente a partir de cada lugar.

(Recebido para publicação em outubro de 1999)

Milton Santos é professor emérito da Universidade de São Paulo

Artigos

Las Economías Regionales como Activos Relacionales

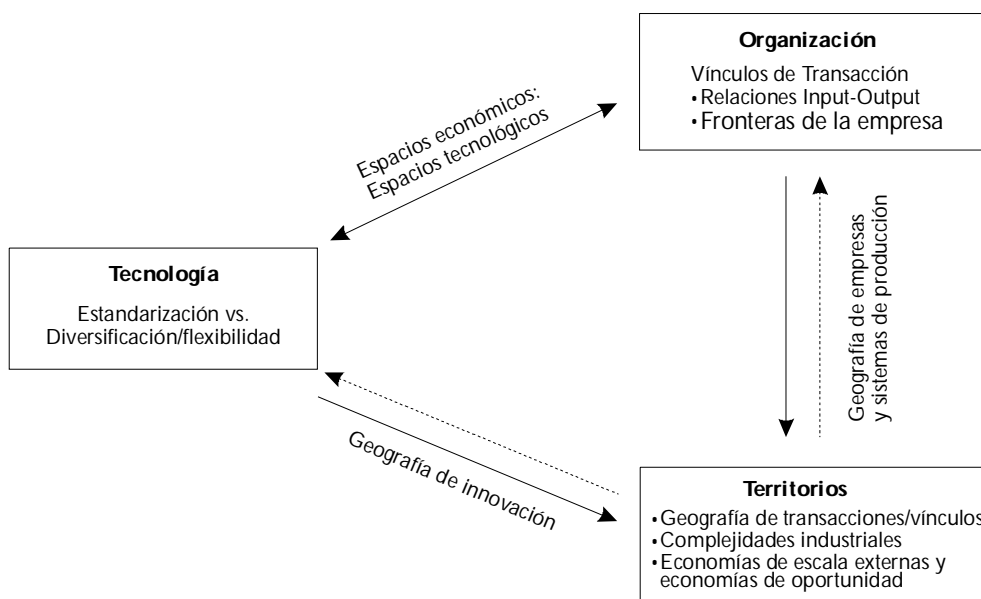
Michael Storper

La "santisima trinidad" de la economía regional

En los últimos años, tanto la economía regional y la geografía económica, así como gran parte de la economía general, han experimentado el surgimiento de un paradigma heterodoxo. Este paradigma heterodoxo introduce el problema del desarrollo económico en las regiones, países y a nivel global, en una serie de campos empíricos y teóricos fundamentales, intentando construir una explicación en múltiples capas. El enfoque heterodoxo implica lo que podríamos llamar una nueva "santisima trinidad": tecnologías-organizaciones-territorios (Figura 1).

Actualmente, la *tecnología* y el *cambio tecnológico* se consideran entre los principales motores del cambio de los patrones territoriales de desarrollo económi-

co; el surgimiento y caída de los nuevos productos y procesos de producción tiene lugar en los territorios y, en su mayor parte, depende de sus capacidades para tipos de innovación específicos. El cambio tecnológico altera, a su vez, las dimensiones coste-precio de la producción, incluyendo los aspectos locacionales. Las *organizaciones*, sobre todo las empresas y grupos o redes de empresas implicados conjuntamente en sistemas de producción, no sólo dependen de contextos territoriales de inputs físicos e intangibles, sino también de las mayores o menores relaciones de proximidad entre cada una. Los territorios, ya sean regiones periféricas o núcleos de sectores, pueden caracterizarse por fuertes o débiles interacciones locales y efectos de difusión entre factores, organizaciones, o tecnologías.

Figura 1 - La santísima trinidad del paradigma heterodoxo

El paradigma heterodoxo integra importantes avances teóricos que han tenido lugar en cada uno de los componentes de la santísima trinidad en los últimos años. El cambio tecnológico, no sigue siendo la caja negra que se pensaba. Actualmente, es una práctica común distinguir entre tecnologías estandarizadas, dependientes de la escala, y tecnologías no estandarizadas, tecnologías que facilitan la diversificación –o flexibilidad- en la producción, aquellas que se

destinan a determinados productos y aquellas que pueden ser re-utilizadas entre diferentes outputs.¹ El problema de la territorialidad del cambio tecnológico y de los efectos del cambio tecnológico en el territorio están actualmente bien planteados si bien no resueltos. El estudio de las organizaciones ha sido revolucionado por el trabajo de Coase y Williamson, mostrando que las empresas son, al menos en parte, estructuras transnacionales con fronteras fluidas².

¹ La literatura acerca del cambio tecnológico, tanto en economía general como en economía regional, es muy amplia. Véase el artículo de Dosi (1988) sobre literatura económica (aunque desde entonces ha aumentado aún más), y las numerosas colecciones sobre la geografía del cambio tecnológico que han surgido en los últimos años: Angel (1994); Antonelli (1987); Aydalot y Keeble (1988); Bellandi (1989); Debresson y Amesse (1991); Hakansson (1994); Lundvall (1990,1993); Maillat y al. (1993); Malecki (1984); Maskel y Malmberg (1995); Nelson (1987); Rallet (1993); Todtling (1992).

² Coase (1937); Williamson (1985).

Otros han reconceptualizado las empresas en términos de derechos de propiedad y de apropiabilidad de activos; o como agentes estratégicos, maximizadores del crecimiento.³ Al mismo tiempo, la economía territorial se ha revolucionado, integrando ideas provenientes de estudios sobre tecnología y organizaciones. Los efectos de las organizaciones en los modelos de economía territorial, ya imaginados por Perroux y la escuela moderna de análisis input-output,⁴ han sido los nuevos microfundamentos, aplicando la economía de los costes de transacción a la geografía de las relaciones input-output.⁵ Por tanto, se pueden comprender ahora los orígenes organizativos de las economías de aglomeración. Estamos pues muy lejos de la idea de las economías externas como simples economías de escala; estas son el resultado complejo de interacciones entre escala, especialización, y flexibilidad en el contexto de la proximidad. Las aglomeraciones pueden también facilitar procesos dinámicos, como los cambios tecnológicos localizados.⁶

El paradigma heterodoxo comenzó a surgir con fuerza a principios de los 70, cuando los economistas regionales e internacionales intentaban comprender la desindustrialización de las regiones de antigua industrialización⁷; maduró a me-

diados de los 80 y principios de los 90, según intentaban comprender el resurgimiento de economías regionales, de las industrias de alta tecnología y de las regiones, el crecimiento de los nuevos tigres industriales de Asia, y la globalización. Pero surge nuevamente un vacío en el sistema teórico de desarrollo regional o territorial. El paradigma heterodoxo ha definido, en realidad, la santísima trinidad, pero no ha capturado todavía por completo, el contenido adecuado para el análisis de tecnologías, organizaciones y territorios. La economía regional heterodoxa, como la economía general, continua estando cautiva de la metáfora de los sistemas económicos como máquinas, con inputs y outputs duros, donde la física y la geometría de esos inputs y outputs pueden comprenderse de manera completa y determinada. Este énfasis en la mecánica del desarrollo regional debe ahora complementarse con otro, en el que la metáfora que predomine sea la de la *economía como relaciones*, el *proceso económico como conversación y coordinación*, los agentes del proceso no como factores sino como actores *humanos reflexivos*, tanto individual como colectivamente, y la naturaleza de la economía de acumulación no sólo como beneficios materiales, sino como *activos relacionales*. La economía regional en particular, y las economías

³ Sobre la empresa, véase la discusión de la tradición de Perroux en Best (1990).

⁴ Perroux (1950 a, b, 1955); Leontief (1953); Richardson (1973).

⁵ Scott (1988 a).

⁶ El término cambio tecnológico "localizado" no hace sólo referencia a la localización en el sentido geográfico y sino también en el sentido económico. Para una explicación completa, véase Antonelli (1995).

⁷ Massey (1984); Bluestone y Harrison (1982); Vernon (1996, 1974); Norton y Rees (1979).

integradas territoriales en general, serán redefinidas aquí como *stocks de activos relacionales*.

Este cambio de guía de las metáforas, refleja un nuevo contenido para cada uno de los elementos de la economía regional de la santísima trinidad, contenido que va más allá del que nunca ha existido incluso en el paradigma heterodoxo. La tecnología implica no sólo la tensión entre escala y variedad, sino entre a la codificación o no codificación del conocimiento; su ámbito sustantivo es el aprendizaje y la *conversión*, no sólo la difusión e utilización. Las organizaciones forman un tejido común,

sus fronteras se definen y cambian, y las relaciones que se establecen entre ellas no son simplemente relaciones input-output o conexiones, sino interdependencias no intercambiables y que tienen un mayor grado de reflexividad. Las economías territoriales no sólo se han creado, en una economía que se globaliza, por la proximidad en las relaciones input-output, sino más bien por la proximidad en las dimensiones que hacen referencia a aspectos de relación y a aspectos no intercambiables de las organizaciones y tecnologías. Sus principales ventajas –debido a la escasez y lentitud para crear e imitar– son ya materiales, sino relacionales.

La reflexividad como característica principal del capitalismo contemporáneo

En los últimos años, los científicos sociales han realizado grandes esfuerzos por caracterizar el conjunto de la naturaleza del capitalismo que comenzó a tener forma a principios de los 70. Las capacidades económicas del capitalismo contemporáneo han experimentado una gran expansión y un profundo cambio cualitativo. Entre las nuevas "metacapacidades" del capitalismo moderno, se pueden destacar varias como las más importantes. En primer lugar, la revolución en la producción, información, y tecnologías de la comunicación que permite una gran expansión de la *naturaleza y esferas de control* de las empresas, mercados, e instituciones, lo que implica una retroalimentación más intensa e

inmediata entre las diferentes partes de estas complejas estructuras, abaratamiento drástico de las diferentes formas de producción material, e incrementos significativos en la diversidad de inputs y outputs materiales e intangibles. Segundo, se ha dado una amplísima *extensión espacial y profundización social* de la lógica de las relaciones de mercado, en parte facilitada por el salto tecnológico (especialmente por el abaratamiento de las telecomunicaciones y los medios de comunicación como vehículos de las relaciones de mercado, y a través de la extensión de la infraestructura física). La producción de mercancías, basada en las necesidades de mercado, supone tener en cuenta cada

vez mayores porcentajes de población, y de sus relaciones, estando a su vez más y más sujeta a lugares mucho más lejanos de lo que nunca había estado. Esto es, en cierta manera, una continuación de los procesos de "modernización" a largo plazo; por otra parte supone un cruce cualitativo en términos de extensión y profundidad. Y, tercero, combinando los efectos de los dos primeros procesos, se ha producido una generalización sin precedentes del cruce de los métodos organizativos modernos, reglas burocráticas y procesos de comunicación hacia nuevas dimensiones de la vida tanto económica como no económica. Esto no significa la extensión de un único régimen, jerárquicamente administrado para todo el mundo, sino el compartir ciertos modos generales de vida que son comunes a la sociedad industrial-de mercado contemporánea.⁸

Las consecuencias cualitativas de estas meta-capacidades son más novedosas que la simple expansión cuantitativa del sistema del capitalismo de mercado. En términos más generales, se pueden resumir como un gran salto en la *reflexividad económica*. Este término hace referencia a la posibilidad, para grupos de agentes de las diferentes esferas del capitalismo moderno –empresas, mercados, gobiernos, economías domésticas, u otros colectivos–, de dar forma al curso de la evolución económica. Estos pueden hacerlo porque ahora pueden reflexionar sobre el funcionamiento de sus entornos respectivos de una forma que no está limitada por los parámetros existentes, y donde ciertos

grupos están explícitamente interesados en reorganizar dichos entornos en beneficio propio (innovación). Este tipo de acción va bastante más allá de las anticipaciones correctas de las acciones de los otros (expectativas racionales). En lugar de esto, implica una distancia crítica del tradicional funcionamiento de las esferas en las que esto normalmente tiene lugar, distancia que viene facilitada por tecnologías y prácticas de comunicación contemporáneas que retroalimentan a los agentes de información de maneras radicalmente nuevas. Interpretaciones e imágenes de la realidad, son ahora tan importantes como cualquier realidad material "real", ya que estas interpretaciones e imágenes son difundidas y aceptadas y se convierten en las bases sobre las que la gente actúa: se convierten en reales. Dichas interpretaciones e imágenes son fundamentales para la organización y evolución de los mercados, precios, y otras variables económicas clave. Son así, en este sentido, tan reales y materiales como máquinas, personas y edificios. Las temporalidades, las trayectorias evolutivas, y el papel de retroalimentación de los procesos sociales y económicos hoy en día, hacen de esto algo radicalmente diferente de lo que hasta ahora había intentado comprender la ciencia social.

Tal y como han demostrado los científicos sociales institucionalistas, las reglas, instituciones, y marcos de acción siempre han sido, por supuesto, importantes. Pero estos se consideraban imperfectos, fundamentalmente en el capitalismo moderno, como en la idea

⁸ Giddens (1994); Beck (1992); Beck y al (1994).

de "estados *versus* mercados"⁹. Fundamentalmente, estos eran considerados como fuerzas no económicas y premodernas que no permitían la completa expresión del capitalismo moderno o, para algunos, como barreras, humana y socialmente necesarias, de las tendencias voraces del mercado.¹⁰ El contenido ideológico de estas disputas teóricas no debería cegarnos de la nueva realidad histórica: en muchas ocasiones, los mercados *estaban* enfrentados a los estados, las reglas, y otras instituciones, pero este no es ya el caso en la mayoría de las ocasiones. Irónicamente, sin embargo, el triunfo del capitalismo de mercado en Occidente no ha acabado con una generalización de mercados capitalistas "perfectos", anónimos, estándar, sino que coincide con un nuevo gran salto en las posibilidades para la reflexividad en esa misma economía, generando una nueva enorme diversidad en la economía de mercado. En muchos sentidos, los mercados capitalistas están hoy más entrelazados con fuerzas de "no-mercado" de lo que jamás habían estado, con impulsos desde la "sociedad civil".¹¹ Esto se debe a que el creciente dominio del capitalismo también coincide con el desarrollo de las nuevas metacapacidades potenciadoras de la variedad y la diversidad descritas anteriormente.

Esto no implica, sin embargo, que

dicha reflexividad este libre de limitaciones. Por el contrario, el viejo debate de las ciencias sociales entre determinismo y voluntad propia, estructura y agencia, ha sido dejado atrás empíricamente por el propio curso de la evolución real socio-económica, en la que las dos caras de estas tradicionales oposiciones han llegado a ser producidas inseparablemente las unas por las otras. Las metacapacidades del capitalismo contemporáneo, abarcando lo que Marx denominó las "fuerzas" y las "relaciones" sociales de producción, han desarrollado y madurado el punto en que la variedad de posibilidades empíricas particulares para la organización de mercados, empresas, y otras esferas institucionales de la vida económica y social han aumentado enormemente. Por una parte, los márgenes empíricos de lo que puede suceder dentro de unos límites "estructural" establecidos, se han ampliado en estas áreas. Por otra, la naturaleza dependiente de la trayectoria de la evolución institucional significa que estas innovaciones generadas por los agentes pueden tener efectos de larga duración en las "estructuras". Aun así, en cualquier momento, las posibilidades para la variedad sólo pueden hacerse realidad a través de los efectos selectivos de la competencia, y a través de los efectos movilizadores de las reglas, rutinas institucionales, y marcos de acción colectiva.

⁹ La literatura de los estados versus los mercados es muy extensa. Para una utilización económica adecuada, véase North (1981).

¹⁰ Esto vuelve sobre el debate acerca de si el mercado es un incentivo para *le doux commerce* o simplemente para la explotación y acumulación. Se puede encontrar debate sobre el tema en Hirschman (1970).

¹¹ Este segundo argumento se puede encontrar en Arato y Cohen (1992).

Además, las nuevas capacidades y agencia también suponen la generación de nuevas limitaciones, o “estructuras”. El capitalismo reflexivo contemporáneo es un sistema que *produce nuevos clases de riesgos*¹² (económicos, personales, ecológicos, psicológicos, sociales, etc.). En la esfera económica, estos riesgos se expresan a través de la redefinición de la competencia –qué se requiere para ganar y cómo es posible perder. Ganar se convierte en un objetivo más complejo ya que las condiciones que una empresa, región o sistema productivo debe satisfacer ahora para poder ganar, son producidas y reproducidas más intensa y aceleradamente que nunca, creando una meta móvil para conseguir el éxito, y un campo minado en constante cambio de riesgo de fracasar. Esto es una consecuencia directa del aumento de la reflexividad de la actividad económica en el contexto de un sistema generalizado de mercado.

En los últimos 20 años, las teorías de la competitividad han intentado capturar estos fenómenos desarrollando diversas denominaciones descriptivas para la nueva economía: el postindustrialismo, la economía de la información, la especialización flexible, y el post-Fordismo.¹³ Aunque cada una de estas etiquetas ayuda a comprender algunas dimensiones del proceso económico contemporáneo, el modo más general

y profundo de describir la lógica de las formas más avanzadas de la competencia económica es la del “aprendizaje”.¹⁴ La idea de que el capitalismo contemporáneo constituye una economía de aprendizaje fue propuesta por primera vez por Lundvall y Johnson en 1992. El argumento es que el aprendizaje es el resultado competitivo del aumento de reflexividad. Aquellas empresas, sectores, regiones, y naciones que pueden aprender más rápido o mejor (consiguiendo una calidad mayor o un precio más barato para una determinada calidad) se convierten en competitivas porque su conocimiento es escaso y por ello no puede ser inmediatamente imitado por nuevos participantes o transferido, a través de canales codificados y formales, a empresas, regiones o naciones competidoras. El margen precio-coste de los productos que generan puede, en este sentido, incrementarse, mientras que sus participación de mercado pueden aumentar; el conocimiento resultante o las rentas tecnológicas alivian los salarios descendentes o la presión de los beneficios. Las actividades basadas en el aprendizaje no son inmunes a la relocalización o sustitución por los competidores. Una vez que son imitadas o que sus productos son estandarizados, entonces, están sometidos a presiones a la baja de salarios y empleo. Las empresas o las economías territoriales deben por tanto

¹² Beck (1992).

¹³ Ver la crítica del posindustrialismo en Cohen y Zysman (1984). En la economía de la información, véase Castells (1989); en especialización flexible, véase Piore y Sabel (1984).

¹⁴ Lundvall y Johnson (1992); Arrow (1962); Rosenberg (1982).

prepararse para impedir la entrada de las potentes fuerzas de imitación en la economía mundial. Deben convertirse en objetivos móviles, realizando un continuo esfuerzo de aprendizaje. *La economía de aprendizaje es, por lo tanto, un conjunto de posibilidades competitivas, de naturaleza reflexiva, engendrada por las nuevas metacapacidades del capitalismo, así como por los riesgos y limitaciones producidas por el aprendizaje reflexivo de los demás.*¹⁵

Las dimensiones de la nueva reflexividad económica se convierten, de este modo, en la principal preocupación

de cualquier tipo de análisis económico interesado en los procesos de desarrollo. Estas dimensiones se pueden aprovechar, al menos de forma preliminar, a través de palabras clave tales como "acción", "reglas creadas" "marcos de acción", y "rutinas". Fundamentalmente, su estudio requiere que nos fijemos en cómo opera la reflexividad individual y colectiva en la economía contemporánea, a través de procesos cognoscitivos,¹⁶ dialogados, e interpretativos, con el objetivo fundamental de comprender cómo se establecen las *relaciones de coordinación* entre agentes reflexivos y organizaciones.

El giro "relacional" en el análisis económico: Tecnologías, organizaciones y territorios

En el campo de la economía regional y del desarrollo territorial, los progresos descritos anteriormente suponen que el contenido de la teórica santísima trinidad –tecnologías, organizaciones y territorios– debe ser redefinido, desde una serie de máquinas hasta un grupo de relaciones¹⁷ y sus procesos reflexivos constituyentes.

Tecnología

En la economía ortodoxa, la tecnología se consideraba una "caja negra",¹⁸ y la teoría asumía que los agentes racionales, disponiendo de plena información, hacían elecciones óptimas bajo unas condiciones muy restrictivas. En contraste con lo anterior, la economía del

¹⁵ La denominación "economía de aprendizaje" tiene diversas e importantes consideraciones – tanto en términos teóricos como en orientaciones políticas-, junto con otros conceptos aplicados en la nueva economía del período posterior a 1970 (por ejemplo, especialización flexible, pos-Fordismo, economía de la información, economía de servicios, etc).

¹⁶ Rip (1991).

¹⁷ Para ver el enfoque original de este tema, véase Asanuma (1989). Mi concepto de relaciones difiere en cierta manera del suyo, aunque reconozco su inspiración.

¹⁸ Rosenberg (1982).

cambio tecnológico ha centrado su atención en la generación de conocimiento tecnológico y su relación con la práctica económica. Los mercados tienen grandes fallos en relación con este tema: es difícil establecer los precios porque el vendedor no entrega el conocimiento, la posesión es permanente, y el comprador no siempre puede hacer una valoración a priori.

El paradigma heterodoxo adaptó los descubrimientos de la economía del cambio tecnológico al análisis de los *efectos* del cambio tecnológico en la geografía de la producción, distribución y transporte. En la geografía de la producción, sabemos ahora que las actividades basadas en las tecnologías estandarizadas que permiten economías de escala en la empresa pueden deslocalizarse, mientras que aquellas basadas en tecnologías no estandarizadas y diversas, tienden a localizarse en aglomeraciones. Las primeras tienden a estar verticalmente integradas y ser autónomas, o dependientes de inputs que se encontraban alejados, mientras que en las otras sucede lo contrario. Por ello, el paradigma heterodoxo ha comprendido mejor la espacialidad de la maquinaria input-output de la economía moderna y, por ello, ha revolucionado la teoría de la aglomeración.

Los límites del paradigma se encuentran esencialmente en el análisis de las

causas del cambio tecnológico, y la geografía de la innovación y el aprendizaje. La explicación dominante sobre el cambio tecnológico en la posguerra,¹⁹ consistía en un modelo lineal input-output, con vínculos hacia arriba de I+D (investigación y desarrollo) científico, de innovación en el medio, y de comercialización y difusión hacia abajo. La difusión era tanto económica (interempresa e interindustria), como geográfica (desde los centros hasta las periferias), y en cualquier momento la distribución espacial de las tecnologías adoptaba la forma de áreas especializadas en cada una de estas fases. Aunque ya en los primeros años estaba ya implícita, en gran medida, la idea de las tecnologías surgiendo como innovaciones poco frecuentes y no estandarizadas que más tarde se desarrollan en crecientes tecnologías estandarizadas "maduras", capaces de explotar economías de escala, esta idea se fue haciendo cada vez más explícita, a través de modelos como el "ciclo de vida del producto" en la economía industrial y de desarrollo, y "la división espacial del trabajo" en economía regional e internacional.²⁰ En muchos sentidos, este enfoque teórico encaja bien con la experiencia del desarrollo de la tecnología, en los períodos de entre guerras y posguerra, como producto derivado de la ciencia, con el "problema" definido como su desigual distribución económico-espacial,²¹ una

¹⁹ Mansfield (1972).

²⁰ Norton y Rees (1979); Pred (1977); Rallet (1993).

²¹ Pero debe recordarse que ciertos economistas en países en desarrollo no disminuyeron el problema tendiendo hacia una difusión. Celso Furtado (1963), por ejemplo, expresa a lo largo de sus escritos que el problema para desarrollar áreas consiste en dominar la creación de tecnología.

posición compartida no sólo por muchos economistas de los países en vías de desarrollo, sino también por muchos Europeos preocupados por la reconstrucción de la posguerra y la modernización.

La experiencia que existe desde los años 70, sin embargo, ha cuestionado de forma radical el supuesto de que el vínculo de unión entre tecnología y desarrollo consiste en la progresión de la invención/innovación hacia la escala y estandarización, donde la productividad creciente de los factores dentro de cada empresa o tecnología conduce una mayor creación de riqueza. Ahora parece que el desarrollo, al menos en países y regiones ricas, depende, al menos en parte, de la *desestandarización* y de la *generación de diversidad*. La creciente integración espacial de mercados para productos estandarizados reduce las rentas monopolistas mientras que la automatización reduce el empleo y las ventajas revierten en áreas de bajos salarios, bajo-coste. La única salida a este dilema es crear de nuevo la competencia imperfecta a través de la desestandarización, la fuente de la escasez.

Esto obliga a una reconceptualización completa del proceso de la innovación tecnológica en el desarrollo económico: esto supone ahora no sólo las gigantescas organizaciones de investigación de laboratorios, universidades,

y empresas multinacionales, que se corresponden con nuestra idea del proceso como jerárquico y lineal, sino con la proliferación y dramática complejidad de las relaciones entre aquellas instituciones, y entre estas y otros elementos del entorno económico. Paradójicamente, el crecimiento cada vez mayor de la ciencia y del I+D no ha ido acompañado de un creciente aislamiento en la cabecera, sino que ha ido acompañado de una creciente integración con otros grupos de procesos económicos y sociales. Dentro del "gran" I+D, por ejemplo, existe hoy una retroalimentación más compleja que nunca, entre ciencia y saber hacer en las industrias de alta y media tecnología,²² mientras que en muchos sectores de tecnología media o baja el saber hacer es objeto de deliberación y reflexión para intentar la sistematización, y apropiación de los resultados de la ciencia y la ingeniería.²³ La investigación sobre el cambio tecnológico ha documentado la importancia de las relaciones usuario-productor (interempresas, interindustrias y consumidor-productor); las relaciones ciencia-producción; las relaciones interempresa en áreas tecnológicamente semejantes; y las relaciones empresa-gobierno-universidad en innovación tecnológica. También ha mostrado, significativamente, que estas relaciones están cada vez más organizadas como procesos no jerárquicos, de trabajo en red, complejos y repletos de comunicación y acción.²⁴

²² Nelson (1992); Griliches (1991); von Hippel (1987, 1988), Jaffe (1986, 1989); Jaffe y al. (1993); Antonelli (1995).

²³ Lundvall (1990).

²⁴ Hakansson (1987, 1989); Johansen y Mattson (1987); Cohendet y Llerena (1989); Callon (1992).

La investigación sobre la proliferación de distritos industriales "con especialización flexible" ha demostrado, además, que el capitalismo en gran número de regiones y países ricos se construye entorno a formas prácticas de innovación tecnológica, suponiendo papeles relativamente pequeños o indirectos para la ciencia formal o para la I+D, mientras que la retroalimentación relacional compleja en los sistemas de producción son responsables del éxito de la actuación innovadora.

La empresa tecnológica que es tan clave en el capitalismo contemporáneo, parece que conlleva, hoy en día, un grupo de procesos circulares. La creciente densidad y complejidad de las relaciones es el medio para nuevas formas de reflexividad colectiva, que conduzcan a un salto cuantitativo en la posibilidad de generar diversidad tecnológica, es decir, de aprender. Esta diversidad tiene dos consecuencias principales. Por una parte, activa los tradicionales ciclos de codificación, estandarización, imitación y difusión del conocimiento. Por otra, en un momento dado, existen innumerables "islas" de conocimiento no cosmopolita²⁵ en esta economía tan centrada en la diversidad, donde sólo aquellos agentes que están implicados

en las relaciones requeridas para tener acceso al conocimiento y, quizás aún más importante, las relaciones que se requieren *para comprender, interpretar y utilizar eficientemente* el conocimiento, serán capaces de emplearlo de formas económicamente útiles. A su vez, estos nodos de agentes vinculados por relaciones, pueden "generar" nuevos procesos de estandarización y descodificación, aunque también pueden regenerar la diversidad con su trabajo, alargando la vida de los nodos de interacción no cosmopolita. Esta no es más que una de las nuevas dinámicas de una economía de reflexividad, y de las oportunidades y riesgos que ésta genera.

En resumen, la esencia del proceso del cambio tecnológico es ahora el tejido de las relaciones a través de las cuales el conocimiento asimétrico y no cosmopolita se genera, aplica y continúa desarrollándose. El incremento de la diversidad es el resultado del funcionamiento de estas relaciones en un entorno económico radicalmente diferente de aquel definido por la teoría ortodoxa: empíricamente, consecuencia del salto cualitativo de las capacidades comunicativas de los agentes del capitalismo moderno, fenómeno histórico resultante de los avances tecnológicos y de la generali-

²⁵ Agradezco a una serie de autores por sensibilizarme acerca del conocimiento cosmopolita versus no cosmopolita. El primero es Rip (1991). En los primeros procesos de diseño llevados a cabo fuera un ámbito familiar, predominan los modelos mentales técnicos "privados". Sin embargo, no hay duda sobre el vínculo con representaciones cognitivas cosmopolitas existentes, pocas veces es explícito; en consecuencia, "meta-modelizar" no aparece aún como una actividad distinta. El segundo es Haas-Lorenz (1994). Véase también los excelentes artículos de Lecoq (1993), sobre comunicación y conocimiento en el contexto geográfico.

zación de los metamodelos de organización y comunicación de la modernidad; y teóricamente, porque (como la economía evolutiva ha mostrado) las empresas y otros agentes operan en entornos más bien “flexibles” que “estrechos” (Pareto-optimizadores) como consecuencia de su reflexión y comunicación con los demás.²⁶

Para la economía regional y territorial, esto significa una reorientación de los temas centrales planteados por el cambio tecnológico: de la estandarización a *la desestandarización y diversidad* como el aspecto central del proceso competitivo, de la difusión a la *creación del conocimiento asimétrico* como principal fuerza motriz, y de la codificación y cosmopolitización del conocimiento hasta las dimensiones organizativas y geográficas del *conocimiento no codificado y no cosmopolita*.

Organizaciones

El segundo elemento de la santísima trinidad son las organizaciones, que hacen referencia, fundamentalmente, a las empresas y los sistemas de producción.²⁷

En el periodo de posguerra, las organizaciones han tenido una participación destacada en la economía general, y en la economía regional e industrial en particular. La teoría de la empresa –iniciada por Coase y desarrollada por la economía de los costes de transacción– ha definido como su tema central las fronteras funcionales de la empresa, la división del trabajo entre empresa y mercado y las relaciones o transacciones entre empresas.²⁸ La teoría de los sistemas de producción, tuvo un mayor empuje a finales de los 40 y principios de los 50, con la idea de Perroux sobre los espacios económicos y las complejidades industriales, y con las aportaciones de Leontief que le dio un mayor poder de generalidad y analítico con sus modelos de desarrollo input-output de economía.²⁹ Los economistas regionales hicieron grandes esfuerzos por utilizar la teoría y las técnicas input-output en la modelización de las economías regionales.³⁰

La economía de los costes de transacción, desarrollada por Williamson, ofrecía una comprensión más precisa de los generadores de costes para las estructuras input-output, acercando así la

²⁶ Nelson y Winter (1982).

²⁷ He elegido utilizar el término “organizaciones” para referirme a empresas y a sistemas de producción, más que “instituciones” que es el término que prefiere la economía institucional. Esto se debe a que deseo reservar la utilización del término instituciones para referirme a rutinas, prácticas y organizaciones formales no privadas, así como a gobiernos, asociaciones comerciales y otros. Es además una forma de ligar las organizaciones al tema de la organización económica en general.

²⁸ Coase (1937); Williamson (1985); Dosi y Salvatore (1992).

²⁹ Perroux (1950 a, b); Leontief (1953).

³⁰ Richardson (1973).

teoría de la empresa a la del sistema productivo.³¹ A su vez, se le dio una nueva dimensión a la teoría de los complejos industriales y de la aglomeración, considerando las dimensiones geográficas de llevar a cabo transacciones. Se demostró que la geografía figura en los costes de transacción en general y, por tanto, influye en las fronteras de la empresa y del sistema de producción (es decir, la geografía influye en el grado de internalización o externalización del sistema de producción).³² También se demostró que la geografía de los costes de transacción ayuda a explicar la aglomeración y las divisiones espaciales del trabajo. Los interrogantes de gran parte de los estudios sobre divisiones espaciales del trabajo eran compartidos por las investigaciones sobre empresas multi-locales o multinacionales, los primeros, abordando el problema desde la geografía y, los segundos, desde el de la empresa, encontrándose en las cuestiones relacionadas con las dinámicas locacionales de los sistemas complejos de producción.³³ Además, la teoría de los costes de transacción se extendió a los mercados de productos y a los mercados de trabajo desde el lado input, integrándose ambos en la teoría y los modelos de los costes de transacción geográficos. La teoría de la innovación, en muchos

aspectos, ha intentado comprender el contexto transaccional para el cambio tecnológico, y los geógrafos y regionalistas han proclamado que este contexto tienen profundas dimensiones territoriales; aunque todavía se encuentra en las primeras fases,³⁴ esta es en la actualidad un área de trabajo muy activa y su objetivo es nada menos que la elaboración de una teoría integrada del espacio económico, que consiste en las interrelaciones entre el espacio organizacional, el tecnológico y el geográfico. Finalmente, la nueva teoría del crecimiento³⁵ ha planteado que el cambio organizativo en la división del trabajo es un resultado de los procesos de crecimiento de tipo Smith-Stigler, mientras que la nueva geografía económica³⁶ ha asociado de nuevo la teoría de la localización con la estructura de mercado, sobre la base de que la competencia espacialmente imperfecta se extiende en el capitalismo moderno debido a las economías de escala en la producción, mientras que la economía en su conjunto es objeto de rendimientos crecientes debido a las interrelaciones de productores especializados y la acumulación de conocimiento. Ambos están dedicados a aportar los microfundamentos para el trabajo comenzado por Allyn Young en los años 20.

³¹ Tal y como desarrollo Stigler el análisis de la escala de división del trabajo, y algunos neo-Sraffianos (Stigler, 1951).

³² Scott (1988 a).

³³ Dunning (1979); véase la crítica de la literatura "geografía de la empresa" de Sayer y Walker (1992).

³⁴ Camagni (1991); Malecki (1984); Maillat y al. (1990, 1993); Russo (1986); Bellandi (1986, 1989, 1995); Djellal y Gallouj (1995).

³⁵ Romer (1986, 1987, 1990), Lucas (1988).

³⁶ Krugman (1991 b, 1992, 1995).

Se puede observar que, en la última mitad del siglo, se han conseguido avances teórico importantes en cuanto a la comprensión de las organizaciones económicas, y su extensión hacia la localización y la geografía de los sistemas productivos. Sin embargo, las principales preocupaciones de la teoría y de su modelización están centradas casi por completo en las relaciones comerciales entre empresas y lugares (factores de mercado, instituciones), en relaciones de intercambio entre empresas (comercio interempresa), o en intercambios entre unidades de producción de grandes empresas (comercio intraempresa). El mecanismo que explica los resultados organizativos y geográficos son los precios, cantidades, y calidades de estas *interdependencias intercambiables*. Este mecanismo explicativo es similar, sin importar a cuál de las diferentes fuerzas motrices señaladas se priorice (la tecnología, las divisiones del trabajo, el factor de sustitución neoclásico, etc.), ni qué tipo de metanarrativa teórica se prefiera (la racionalidad neoclásica, la búsqueda del control en los marxistas, varios tipos de institucionalismo).

Sin embargo, la idea de que esas relaciones entre los agentes económicos se expresa en términos de interdependencias directas y comerciales no se sostiene. Hay muchas razones para explicar por qué esto es así. En primer lugar, existe una dimensión histórica. El crecimiento de una economía en la que las formas más lucrativas de competencia suceden en torno al aprendizaje tecnológico ha

estimulado el surgimiento de nuevas formas de organización económica. Las empresas y los sistemas productivos deben estar bien preparados para movilizar los recursos aplicando lo que aprenden: esto es lo que se ha venido a conocer como la condición de "flexibilidad". Algunos tipos de aprendizaje suponen, necesariamente, una atención muy focalizada por parte de los que están aprendiendo, a través de divisiones del trabajo: esto es lo que se ha venido a llamar la condición de "especialización". Estos dos atributos organizativos del aprendizaje contribuyen a la transformación bien documentada de las organizaciones de producción, lejos de la tradicional y típica jerarquía directiva de la producción en serie de la posguerra, en la dirección de lo que se puede llamar (de forma poco elegante) "cuasi-externalización" o "desverticalización" de la división del trabajo. Con ello se intenta explicar la tendencia de los sistemas de producción basados en el aprendizaje, a asumir la forma de redes basadas en una división del trabajo interempresa o, para las grandes empresas, de imitar atributos de externalización, en ocasiones vía alianzas interempresas, otras veces vía introducción de mecanismos de precios dentro de la gran empresa, o vía una mayor dependencia de los proveedores externos, y a veces vía un sistema organizativo interno, de la empresa, más descentralizado.³⁷ Estas condiciones, sea cuál sea la forma concreta que adopten, potencian la *reflexividad organizacional*³⁸ y no meramente el control burocrático.

³⁷ Sabel (1993); véase también Bramanti y Maggioni (1994); Powell (1990).

³⁸ Cooke y Morgan (1990, 1991), en reflexividad institucional en Baden-Württemberg, me inspiraron en esta reinterpretación de las redes y la literatura de la organización corporativa.

La segunda dimensión es teórica. Toda actividad productiva depende de las acciones de los demás, las cuáles, si no próximamente, revocarán en nosotros mismos acciones ineficientes e improductivas; la actividad económica está fundada en la necesidad pragmática de coordinar las acciones de uno mismo con las de los demás. Virtualmente, sin embargo, todas esas acciones están plagadas de incertidumbres –cada uno de nosotros se enfrenta a la incertidumbre de decidir qué se debería hacer con respecto a un grupo de circunstancias dadas. Parte de esta incertidumbre es “secundaria”, es decir que surge del hecho de que los otros de los cuáles dependemos también se enfrentan a esa incertidumbre por otra parte, así que ellos no saben con seguridad qué harán; parte de esto viene de nuestro conocimiento imperfecto o de su comunicación incompleta de intenciones. Todo esto es otra forma de decir que la actividad productiva es, necesariamente, una forma de acción colectiva fundada en la paradoja de las acciones individuales. La coordinación entre personas se presenta, de esta manera, como el problema central de la vida económica.

La cuestión es cómo se las arreglan los agentes para implicarse en formas de acción colectiva, coordinadas y exitosas. Ahora sabemos que las soluciones de la mayoría del pensamiento económico acerca del problema de la coordinación bajo incertidumbre son parciales. Mucha de la incertidumbre en la vida económica no puede resolverse en términos de precios y contratos, tal y como la economía de los costes de transacción

ha mostrado. De acuerdo con esto último, esa es la razón por lo que existen empresas (internalización = control + certidumbre). Pero también está claro que ahora las empresas no pueden coordinarse exitosamente, simplemente porque internalicen transacciones, ya que la autoridad burocrática es frecuentemente ineficiente en presencia de altos niveles de incertidumbre: o bien fracasa en tener las cosas bajo control, o lo hace eliminando la respuesta necesaria a la incertidumbre, que es la reflexividad organizativa requerida para aprender y por tanto para competir.

A diferencia de las transacciones de bienes estandarizados y sustitutos, factores inputs, y de información, las transacciones asociadas con muchos tipos de reflexividad organizativa suponen una interpretación mutua consistente de información que no está completamente codificada, y por tanto no es totalmente capaz de ser transmitida, comprendida y utilizada independientemente de los agentes que la están desarrollando y utilizando. Algunos tipos de información, por ejemplo, no se mantienen por ellos mismos: necesitan comunicación, fuera de la estructura formal de la información –como han demostrado los lingüistas– para que la gente llegue a un acuerdo común de lo que se está diciendo. Esto no es menos cierto para la información técnica y económica no estandarizada. Es necesario también para la información política en la economía, tal y como sucede con las reglas de trabajo, reglas de gobierno y formas de relaciones interempresa, para funcionar con más desenvoltura. Es más, para que exista esta

convergencia interpretativa basada en la comunicación, debemos tener cierto grado de confianza en lo que los demás están diciendo, o por lo menos algo de confianza en cómo nosotros les interpretamos. En el primer caso, tenemos cierto grado de confianza; en el segundo, se requiere una profunda y múltiple comprensión de lo que está siendo transferido, es decir, formas de leer entre líneas, de verificar de múltiples formas posibles los significados de lo que es un contenido formal inherentemente incierto.

En todas estas situaciones, el problema de los agentes es cómo los otros agentes se comportan ante las incertidumbres más próximas, y a su vez cómo lo deberían hacer ellos. Los científicos anglo-americanos son amantes de los dilemas prisioneros y de los juegos no cooperativos que tienen, como compromiso prioritario e inevitable modelo resultante, la dificultad o el fracaso de la no coordinación del mercado (institucional).³⁹ Este es el microfundamento de "estados versus mercados". Pero incluso la teoría de juegos ha demostrado claramente, a través del trabajo de Axelrod,⁴⁰ que esos juegos de ajustes cooperativos son racionales y fiables bajo la mayoría de las circunstancias; y si se abandonan las discutibles suposiciones de la teoría de juegos, que limitan la acción individual a la estricta defensa de los intereses,⁴¹ aumentan dramática-

mente las circunstancias en las que las formas de coordinación no-mercado pueden ser generadas por los agentes.

La forma específica y el contenido de la coordinación variará de acuerdo con el producto de que se trate, tecnologías, mercados, etc., así como con otros factores históricos y estructurales imposibles de inventariar aquí, y cuyas variaciones son tan reales como la vida misma. Existen dos niveles de este tipo de cualidad relacional de las transacciones. En el primero, los contactos personales, el conocimiento del otro, y la reputación son la base de la relación.⁴² En muchos otros casos, sin embargo, las transacciones no son tan idiosincráticas; tienen dimensiones que pueden ser reproducidas o imitadas por otros agentes. Pero la transacción es, por definición, mutua; así que sólo aquellos agentes que estén preparados para participar en el tipo de relaciones que deben aceptarse como norma para determinados procesos de aprendizaje próximos (a las partes con las que ellos llevarán a cabo la transacción) podrán hacerlo. Estos están preparados cuando poseen facultades que les permiten asimilar, interpretar y utilizar la información en un sentido consistente con la otra parte que participa en la transacción. Dichas facultades son, fundamentalmente, *convenciones* que coordinan a estos agentes productivos. Las convenciones pueden definirse de forma que se incluyan, como determi-

³⁹ Esta literatura se discute en profundidad en Salais y Storper (1993).

⁴⁰ Axelrod (1984).

⁴¹ Para una discusión más profunda sobre estos micro-fundamentos véase más abajo.

⁴² Lecoq (1993); Haas-Lorenz (1994).

nadas, expectativas mutuamente coherentes, rutinas y prácticas; que aunque a veces se manifiestan como instituciones y reglas formales, no es como sucede a menudo.⁴³ La mayoría de las convenciones se quedan a mitad de camino entre las relaciones totalmente personalizadas e idiosincráticas y otras completamente despersonalizadas, relaciones fácilmente imitables (aunque incluso las últimas tienen orígenes convencionales, no naturales o de funcionamiento universal).

Las transacciones convencionales o relacionales (a partir de ahora C-R) afectan a muchas dimensiones de los sistemas de producción, pero la naturaleza y funciones de tales convenciones difiere de una industria a otra, dependiendo de la naturaleza del producto, de las fluctuaciones económicas asociadas con sus mercado y procesos de producción, y el tipo de aprendizaje que sea posible.⁴⁴ Las transacciones C-R pueden encontrarse en, al menos, 5 ámbitos principales: 1. en las transacciones "duras" interempresa, como las relaciones comprador-vendedor que conllevan imperfecciones de mercado; 2. en las transacciones "blandas" interempresa, como las que se darían en la difusión de información no intercambiada acerca del entorno o sobre el aprendizaje (por ejemplo, a través de la circulación del personal, a través del mismo mercado de trabajo externo, o a través de contac-

tos entre productores); 3. en las transacciones intraempresa duras y blandas, como en las bases para el funcionamiento de las grandes empresas que están "internamente externalizadas" en el sentido al que se hacía referencia anteriormente; 4. en mercados de factores, especialmente en los mercados de trabajo, que suponen capacidades o habilidades que no son completamente sustituibles sobre una base interindustria o interregional (por ejemplo, cuando en una industria –o región– específica existen unas dimensiones para las capacidades de los trabajadores); y 5. en las relaciones entre la economía e instituciones formales, donde las universidades, gobiernos, asociaciones industriales y empresas son capaces únicamente de comunicar y coordinar sus interacciones utilizando canales con un fuerte contenido C-R.

Los orígenes C-R de coordinación económica, no hacen referencia a un marcado contraste entre propiedad interna y externalización de los sistemas de producción, o entre jerarquías versus mercados o redes externamente incorporadas, sino más bien a la idea de que las oportunidades y riesgos que se obtienen a través de la reflexividad organizativa (respectivamente, aprendiendo o el reto competitivo del aprendizaje de los otros), están extendiéndose en el capitalismo contemporáneo. Cada tipo de sistema de producción tiene que hacer

⁴³ La definición "clásica" de una convención es de Lewis (1969). Sin embargo, la definición utilizada aquí difiere de la formulación de Lewis en que ésta no conduce a una noción de coordinación de "equilibrio" sino más bien a una del tipo coordinación de "satisfacción". Para una discusión más amplia sobre este tema, véase Storper y Salais (1997, Cap. 1 y 2).

⁴⁴ Para una discusión más amplia, véase Storper y Salais (1997).

frente a algún tipo de fluctuación en los mercados, diseño de producto, tecnología disponible y precios, que hacen difícil la completa rutina afín de las relaciones entre las empresas, de sus entornos y de sus empleados.

Los sistemas reales de producción reflejan una gran variedad de fenómenos convencionales, desde las reglas que gobiernan el mercado de trabajo y las prácticas laborales, hasta los mercados de capitales y prácticas de inversión, las formas de organización de la empresa, los hábitos y propensiones tecnológicas, e incluso las ideas ampliamente defendidas acerca de la adecuada calidad de los productos. La economía evolutiva ha demostrado que la competencia del capitalismo se produce en un ambiente "holgado-flexible", donde son posibles múltiples caminos en múltiples y diferentes momentos, y por ello donde las rutinas de comportamiento y los patrones de los agentes se convierten en algo positivamente importante. Las convenciones y las relaciones "llenan" el espacio de esta selección flexible de entornos, dándole forma y contenido.⁴⁵

Así pues, es preciso un enfoque adicional en el análisis de las organizaciones –empresas, y sistemas de producción. Este contaría con 3 componentes principales: la atención a las interdependencias no intercambiadas y no simplemente a las transacciones comerciales como la pieza clave de la cuestión organizativa;

las cualidades convencionales y relacionales de dichas interdependencias no comerciales; la forma en la que las convenciones y las relaciones organizan y hacen posible muchas de las transacciones comerciales de la economía contemporánea.

Territorios

La mayoría de la ciencia social ha considerado, tradicionalmente, la economía regional o, de forma más generalizada, la economía territorial a cualquier escala geográfica subnacional, como derivada de los reflejos de las fuerzas más "básicas" de las tecnologías y organizaciones. Incluso hoy en día, las economías nacionales están siendo degradadas, por muchos analistas, al mismo estatus secundario tradicionalmente asignado a las regiones, debido al creciente alcance de las tecnologías y organizaciones globales. Desde el punto de vista estándar, son dos los elementos de la santísima trinidad que provocan un conjunto de resultados en la forma del tercero: el territorio.

En contraste con este punto de vista, el aparente resurgimiento de la economía regional y el crecimiento de la diferenciación económica entre las mayores economías comerciales del mundo, ha estimulado la idea de que la economía territorial llegue a contribuciones definidas, y permita importantes efectos de retroalimentación para las

⁴⁵ Estos temas son, por supuesto, temas de investigaciones de los institucionalistas en muchas disciplinas de las ciencias sociales; la economía de las convenciones, sin embargo, van más allá y argumenta que son elementos de coordinación de actores, y que la razón de que funcionen es que suman una coordinación coherente de sistemas de relacionados.

tecnologías y organizaciones. Es más, algunas ramas de la teoría contemporánea de la innovación, como se acaba de señalar, proponen un grupo de interrelaciones dinámicas entre los espacios tecnológicos, organizativos y geográficos. Desde este punto de vista, el territorio es un elemento básico y no simplemente secundario de la santísima trinidad.

La forma común en que el análisis económico trata con la proximidad geográfica y la distancia es analizando la geografía de las transacciones económicas –intercambios de bienes, información y recursos humanos sobre la distancia geográfica. La geografía económica considera las dimensiones del precio de llevar a cabo transacciones, de identificar circunstancias donde la concentración geográfica es necesaria para realizar una transacción eficiente, y de aquellas donde la dispersión geográfica de las empresas, consumidores, trabajadores e instituciones es consistente con esto. En algunos análisis, la aglomeración es el medio de realizar mayores eficiencias pecuniarias para

cada transactor (por ejemplo, la empresa).⁴⁶

No hay nada inherente a las transacciones que haga necesaria la proximidad geográfica. Piensese, por ejemplo, en la situación imaginaria donde cada uno tuviese una alfombra mágica⁴⁷ y la proximidad se pudiese conseguir a la distancia que fuese, a coste cero e instantáneamente. Entonces, cualquier tipo de comunidad de interacción, sería posible sin afinidad, incluyendo aquellas transacciones de información e interacciones entre personas que son las que están más sometidas a la incertidumbre, tales como las prácticas no codificadas, comprensiones informales, así como aquellas transacciones de bienes más sensibles a los costes de cubrir la distancia. Nuestras alfombras mágicas en California podrían llevar zumo de naranja fresco y flores de invierno del jardín, mientras se dirigen a recoger los croissants de la panadería de París. Los estudiantes de un profesor podrían venir desde cualquier parte del mundo y la clase se podría impartir en cualquier lugar.

⁴⁶ Existe una gran ambigüedad acerca de las economías externas tanto en la literatura geográfica y como en la económica. La cuestión fundamental surge entorno a si la aglomeración es simplemente un efecto más del individuo, optimizando a los productores, en el que no existen verdaderamente bienes colectivos que impliquen efectos derivados del sistema de transacción, sin existir en tal caso externalidades reales. En la literatura, se han hecho dos sugerencias sobre estas líneas: una es que existe intensos efectos de retroalimentación entre proximidad y especialización entorno a la división del trabajo (el trabajo de Scott sugiere esto). El otro es que las aglomeraciones son lugares que dependen de que se realicen transacciones de innovación tecnológica. En ambos casos, la aglomeración no se refiere simplemente al efecto estático de Stigler y Smith, sino al efecto dinámico de Young.

⁴⁷ Esta idea surge al trabajar con Allen Scott; véase Storper y Scott (1995).

En ausencia de esa tecnología de transacción, existen, sin embargo, muchas circunstancias en las cuales la distancia es una barrera. La principal de tales circunstancias es el alto grado de incertidumbre, lo que impide la planificación que podría facilitar las transacciones repetidas a larga distancia (reduciendo precios y aumentando la certeza). Es probable que se adopte la proximidad en las transacciones en estas circunstancias. ¿En qué es probable que consistan tales circunstancias? Aunque es imposible construir una lista completa, muchas de ellas probablemente harán referencia al cambio tecnológico y al aprendizaje, tanto en productos como en procesos. Las industrias con diferenciación de producto en curso, por ejemplo, dependen de conocimientos y sensibilidades informales y tradicionales, que pueden después recombinarse sin que se note mucho en nuevos diseños de producto. En las industrias de tecnología avanzada, donde la frontera tecnológica no se ha alcanzado (el ejemplo aquí no es el diseño de producto como en la actual industria de los ordenadores personales, sino más bien aquella de los significativos avances en tecnología de microchips), es difícil reducir por completo la interacción, a proyectos y equipos que puedan relacionarse unos con otros con procedimientos absolutamente formales y a grandes distancias.

Pero incluso en ausencia de cambio tecnológico como fuente de incertidumbre, existen muchas circunstancias donde no es posible ni la integración

vertical (y su complemento, la incertidumbre de los procedimientos administrativos) ni la desintegración vertical u horizontal que complete contratos formales (lo que debería ser indiferente a la distancia). Los costes de cubrir la distancia crecen bastante bajo estas circunstancias, porque la interacción tiene que ser frecuente y sostenible, y no puede planificarse de antemano a menudo. Estas son situaciones que implican altos grados de complejidad en la transacción entre personas; en general son circunstancias que dependen de la interacción interpretativa y que requieren personas que consigan y reproduzcan la confianza⁴⁸ en las relaciones, donde la autoridad externa, para el último, y las reglas de codificación, para el primer, no servirán.

¿Qué significa esto para el problema central de la economía espacial, la tensión entre la concentración espacial de la producción y su dispersión? La explicación dominante de la existencia de los sistemas de producción geográficamente concentrados, tales como Silicon Valley (semiconductores), Hollywood (películas y televisión), Manhattan (servicios financieros) y Connecticut River Valley (trabajos de precisión en metal), es que estos existen porque muchos de sus vínculos, dada la tecnología existente de la comunicación y el transporte, son profundamente dependientes de la proximidad geográfica. En esta explicación, cuando los vínculos suponen pequeñas escalas o altos niveles de incertidumbre, la proximidad reduce el coste real de cubrir la

⁴⁸ Lorenz (1992); Granovetter (1985); Hakansson y Johansen (1993); Powell (1990); Planque (1990); Axelrod (1984).

distancia y permite por tanto que se atenué la incertidumbre, permitiendo a los productores difuminar los riesgos, aumentando el acceso a otros productores en la aglomeración. La ley de los grandes números funciona aquí para ellos. Un ejemplo es el subcontratista que obtiene acceso a más clientes para así compensar los riesgos asociados con apoyarse en unos pocos pedidos. Sin embargo, en la práctica, incluso relaciones transaccionales a las que se atribuye este tipo de economización óptima se resuelven mediante la determinación de algunas reglas de juego entre los agentes que participan: incluso, vínculos “de mercado” dependen de convenciones específicas de la acción de mercado⁴⁹ entre agentes sin las cuales no hay coordinación entre ellos.

Pero esta explicación es, seguramente, todavía inadecuada, en el sentido de que únicamente propone un modelo de motivación sobre el que economizar a través de los vínculos –ese del oportunismo y azar moral: el subcontratista siempre tiene miedo de estar al límite y el cliente siempre de comprometerse demasiado.⁵⁰ La incertidumbre, no sólo puede resolverse a través de medios que puedan expandir riesgos por ajustarse a la ley de un sistema aglomerado de vínculos, puede ser que la expansión de riesgo sea por sí misma ineficiente, o incluso, que no sea posible; algunos vínculos pueden hacerlo mejor cuando son

resueltos a través de convenciones más que cuando lo son a través de mercados y contratos. Y sin considerar lo concerniente a la eficiencia, sabemos que muchos vínculos son resueltos en la práctica a través de otros principios de coordinación. *La incertidumbre que se refiere a la proximidad geográfica es así la misma que la que, en presencia de proximidad, se resuelve a través de convenciones entre agentes, pero la forma de resolución no se determina por la propia incertidumbre.*

La región no es, sin embargo, simplemente un resultado derivado de la estructura informativa o afín a las transacciones asociadas con tecnologías y organizaciones. En primer lugar porque las convenciones y las relaciones que se desarrollan en asociación con determinados sistemas de producción en una región concreta pueden afectar a la evolución a largo plazo de tecnologías y organizaciones en esos sectores, y el entorno “distendido” de selección del capitalismo contemporáneo indica que existen muchos casos donde esas formas específicas de vida económica no desaparecen por una única “mejor práctica”; territorialidad y equilibrios múltiples van de la mano. Además, el conjunto de convenciones y relaciones que llegan a existir en una economía territorialmente definida puede traspasar la gran variedad de sistemas de producción y actividades que allí se encuentren, afectando

⁴⁹ Salais y Storper (1993) discuten sobre cómo la acción comercial, más que ser la forma universal del actor económico, es simplemente una manera de coordinación con otros actores en un sistema de mercado, apropiado para ciertos productos e ineficaz para otros.

⁵⁰ Este es el paradigma de Williamson. Williamson (1985).

los senderos evolutivos de una variedad de sectores en un sentido nacional o regional común.

Debido a estas razones, los efectos de las convenciones inducidos por la proximidad, pueden hacerse eternos durante mucho tiempo, después de que desaparezcan o puedan ser eliminadas las razones de input-output (de transacción) que hicieron surgir la concentración geográfica del sistema de producción. También puede favorecer la actual concentración geográfica, incluso cuando el sistema input-output podría permitir la desaglomeración. Y pueden, quizás, diferenciar los resultados de sistemas input-output superficialmente similares, en términos de coordinación transaccional, cualidades del producto y tendencias evolutivas. Vease el ejemplo de la industria aeroespacial de California del Sur. Mientras los grandes productores están rodeados de centros de trabajo más pequeños y proveedores de materias primas, hay poca capacidad para explicar, en estrictos términos de input-output (transaccionales), la agrupación geográfica de las grandes fuerzas contratistas. Estos pueden hacer surgir, casi en cualquier parte, las redes locales de proveedores de materias que necesiten. Se puede hacer referencia, entonces, al mercado de trabajo altamente cualificado como explicación, pero el trabajo cualificado es muy móvil. Al mismo tiempo, el trabajo cualificado es específico a la industria –e incluso a la aglomeración–, no en términos del contenido de los estudios, sino porque en la aglomeración aeroespacial de la región, las personas implicadas, como por ejemplo gerentes y otros empleados

de la empresa, aprenden mucho sobre la cultura de producción de una industria específica. Estas son formas convencionales de ventajas específicas, de las que los recursos (las ventajas) humanos de características genéricas, se convierten en específicos y mantienen su especificidad y aún así no pueden ser completamente internalizadas en las empresas y se mueven fácilmente de una región a otra. Los marcos de acción (conjuntos de convenciones) aprendidos por los agentes constituyen la forma clave de la ventaja de especificidad en economía, ajenos a las empresas particulares; y por lo tanto, aquellas personas que participan en esas redes de convenciones permiten a las empresas coordinarse eficientemente unas con otras en situaciones de interdependencia mutua.

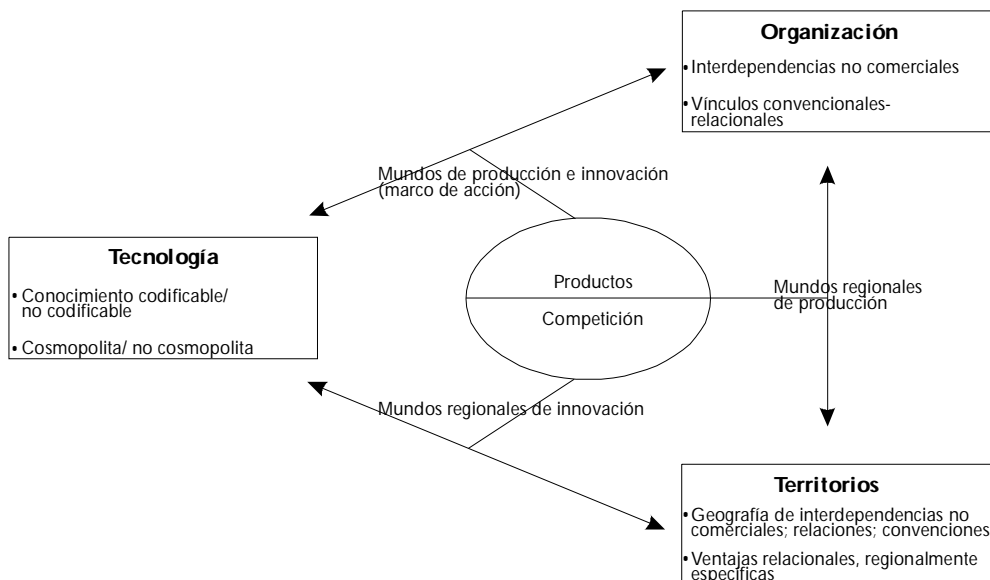
Esta explicación de la concentración geográfica y diferenciación territorial se encuentra ahora bastante lejos de aquella que depende de vínculos, sistemas input-output e incluso de economías de escala y de alcance en los mercados de factores. Sin excluir nada de esto último, lo anterior sugiere que el contenido de los vínculos adquiere forma a través de convenciones, subraya la coordinación de los agentes económicos en los sistemas de producción, y da empuje al grado de eficiencia económica que se logra y a las cualidades específicas de los productos que son capaces de dominar.

Resumiendo, el elemento territorial de la santísima trinidad necesita un nuevo enfoque que parta desde las relaciones geográficas de input-output – complejos industriales y divisiones

espaciales del trabajo- y la economía de la proximidad en los vínculos intercambiables, hasta la geografía de las interdependencias no intercambiables y la dialéctica de proximidad y distancia en éstas. Esto, a su vez, está necesariamente unido a la geografía de las convenciones y relaciones, que tienen orígenes

cognoscitivos, informativos, psicológicos y culturales. Atravesando todo esto, debe existir una consideración simultánea del territorio y la región como resultados derivados de la tecnología y las organizaciones, y como los lugares de convenciones y relaciones diferenciadas.

Figura 2 - La santísima trinidad del giro "reflexivo"



De las economías externas a las ventajas relacionales

La economía regional suelen caracterizarse, teóricamente, como sistemas de economías externas; este concepto sirve también para entender los puntos fuertes de la economía nacional. Esta idea ha estado presente largo tiempo tanto en el pensamiento económico como en el regionalista, pero sigue existiendo una

gran confusión sobre que es lo que esto significa. Para algunos regionalistas, las economías externas se reducen simplemente a los efectos de las economías de urbanización, simples economías de escala que surgen de las infraestructuras indivisibles. Por supuesto, en esta concepción la región no goza de un nivel básico en la vida económica; es un efecto derivado de las indivisibilidades tecnológicas. Para otros regionalistas que

consideran la economía de la proximidad, las economías de localización se han analizado como la fuente de las especializaciones económicas de las regiones. Hasta hace muy poco, las economías de localización se consideraban la expresión espacial de los límites de la distancia en las conexiones (vínculos). La integración de la economía de los costes de transacción y de las teorías dinámicas de la división social del trabajo y la geografía de las transacciones –o a lo que hacíamos referencia anteriormente como relaciones entre espacios tecnológicos, espacios de organizaciones y espacios geográficos–, ha reabierto el vínculo entre la teoría de las externalidades y la teoría de la localización o aglomeración. Una simple extensión de la teoría de los costes de transacción a la geografía de los costes de transacción, aunque analíticamente sea muy potente, no genera un estatus teórico diferente para la región en el pensamiento económico porque la aglomeración se mantiene como un simple resultado de la maximización individual. Sin embargo, extensiones más complejas pueden cambiar el estatus de la región: una vez que se considera la proximidad como un input en la división social del trabajo –permitiendo a las empresas tomar decisiones entre lo que lo que producen internamente y lo que compran externamente–, esta permite a las empresas experimentar con dife-

rentes grados de especialización de lo que en otro caso sería posible, y esto, a su vez, pone en marcha dinámicas de desarrollo tecnológico que tampoco serían posibles de otra forma. Así que ahora la región es una contribuidora a la dinámica del capitalismo moderno y no sólo un producto de él. Las “economías” asociadas a la proximidad no pueden retornar a una maximización individual bajo condiciones estables; éstas suponen inherentemente efectos de difusión, líneas borrosas de eficiencia, cálculos en relación a un objetivo organizativo móvil cuya trayectoria está ligada a su geografía. Con gran probabilidad representan externalidades reales positivas –en el sentido identificado por Young⁵¹ y Kaldor⁵²– y no solamente en los efectos de visión del trabajo de Stigler-Smith⁵³ (efectos originados por la mecánica relación entre mayor escala y mayor división del trabajo). Existen muchas formas empíricas en las que esto podría suceder, pudiendo variar desde las especializaciones de alta tecnología, hasta la metropolitanización como “fondo de flexibilidad”.⁵⁴

Aun así, pueden darse muchas ocasiones en que las limitaciones físicas y directivas de la distancia, incluso para relaciones input-output muy especializadas, se reduzcan progresivamente en el tiempo. Existen distintas posibilidades,

⁵¹ Young (1928). Tener en cuenta que se está volviendo de nuevo a la distinción entre externalidades pecuniarias y no pecuniarias, tratadas inicialmente con una gran precisión por Scitovsky (1952).

⁵² Kaldor (1972).

⁵³ Stigler (1951).

⁵⁴ Veltz (1995).

con el desarrollo de tecnologías de comunicación cada vez más eficientes y la difusión de metarutinas organizativas, de manera que incluso los sistemas transaccionales más sofisticados podrán disfrutar de un potencial cada vez mayor para evitar aglomeraciones.

Pero la historia no acaba con estas interdependencias comerciales. En ocasiones, las limitaciones de la proximidad parece que siguen siendo muy importantes para la dimensión comunicativa, interpretativa, reflexiva y de coordinación de las transacciones, donde incluso el correo electrónico no sustituye a la proximidad.

Las convenciones y las relaciones que permiten reflexividad, actúan como *ventajas* para las organizaciones y regiones que las poseen, o incluso para los agentes individuales que se ven envueltos en ellas. Las regiones y organizaciones que las tienen, tienen ventajas debido a que dichas convenciones y relaciones – mucho más que los stocks de capital físico, conocimiento codificado o infraestructura– son difíciles, lentas y costosas de reproducir y, a veces, son imposibles de imitar. El estatus de la región ahora, no consiste simplemente en un lugar de externalidades verdaderamente pecuniarias, sino –para las regiones afortunadas– una localización de importantes stocks de ventajas relacionales.

Convenciones, coordinación y racionalidad: Los micro fundamentos del giro “reflexivo”

El comportamiento económico no está únicamente “incorporado” en las fuerzas no económicas, ya sean culturales, cognitivas, políticas o estructurales; la distinción entre fuerzas económicas y no económicas debería sustituirse por un análisis de las maneras en que diversos tipos de información sostienen la coordinación de los agentes económicos. En este sentido, la ciencia social de las convenciones rechaza la distinción, común a la economía moderna, entre racionalidad de la toma de decisiones –la forma en la que los individuos reaccionan a la información– y la acción basada en actos de comprensión, entendimiento o interpretación, pragmáticos y cognoscitivos. No es simplemente que diferentes

versiones de comprensión, entendimiento o interpretación generan diferentes “parámetros” para la toma de decisiones en forma de diferentes programas de preferencias o diferentes aspectos que deben ser maximizados, sino que la acción que dirige la coordinación es, a menudo, un proceso de comprensión mutua, entendimiento y interpretaciones comunes entre los agentes en condiciones de incertidumbre.

La pregunta surge, naturalmente, sobre dónde la noción de reflexividad y el mecanismo de convención se sitúa respecto a la racionalidad de la toma de decisiones, tan importante para el pensamiento económico. Se podrían co-

mentar dos breves aspectos de este problema: los micro fundamentos y las cuestiones pragmáticas.⁵⁵

Las convenciones son mucho más que simples cualidades cognoscitivas, culturales o psicológicas que permiten a los agentes sobrevivir en los mercados. Cuando los agentes llevan a cabo una actividad, lo hacen con la expectativa de tener un marco de acción común con otros actores implicados en esa actividad.⁵⁶ Esto implica que las expectativas que subyacen de la coordinación con otros agentes no son, como defienden otros autores, fundamentalmente psicológicas o cognoscitivas, aunque tienen con seguridad estas dimensiones. Ni tampoco son simples anticipaciones, aunque contengan anticipaciones. No son tanto "racionales" sino más formas de la razón práctica. Estas expectativas están fundamentalmente relacionadas con las dimensiones *pragmáticas* de la acción, a las que Herbert Simon⁵⁷ llamó su "efectividad". En toda acción hay una tensión continua, consecuencia de la búsqueda de coherencia pragmática entre los fines y los medios. Las intenciones de las acciones se definen y clarifican según se van llevando a cabo éstas últimas, y se

ajustan a circunstancias cambiantes. La acción depende y surge de cosas y personas implicadas en situaciones pragmáticas próximas. Esta persecución por una efectividad pragmática tiene una coherencia práctica que quizás no parezca una coherencia lógica; desde el punto de vista de coherencia lógica, la acción práctica puede combinar varias lógicas.

Por estas razones las convenciones mejor comprendidas son en términos de cómo prestan o dificultan el acceso a diferentes tipos de acción. Un ambiente de acción se compone de dos elementos fundamentales. El primero, es que existen otras personas que actúan de forma coherente con nuestras propias acciones, de forma que ambos responden a la incertidumbre de formas mutuamente compatibles: este es un *marco de acción*. La segunda, es un entorno material e institucional práctico, en el que los agentes de las acciones se adaptan bien a un problema práctico próximo, es decir, a las herramientas, conocimiento existente, materiales y condiciones externas (por ejemplo institucional o competitivas) bajo las cuales se requiere actuar. Diferentes combinaciones de lo anterior es lo que podríamos llamar

⁵⁵ La mayoría de lo que aparece en esta sección surge del trabajo realizado conjuntamente con Robert Salais, y explicado en parte en nuestro libro *Les Mondes de Production* (1993, Paris). También he extraído parte de un reciente texto, no publicado, "Conventions, mondes possible, et action économique". Cualquier tipo de error de interpretación es de mi absoluta responsabilidad.

⁵⁶ Pero esto, para nada implica que todos los actores tengan el mismo grado de satisfacción, que sean igual de entusiastas, o que tengan las mismas relaciones políticas y distributivas. Esto es una descripción de que están acuerdo con las mismas reglas del juego, aunque no que necesariamente les guste hacerlo. Otra forma diferente de tratar esta cuestión se puede encontrar en Crozier y Friedberg (1977).

⁵⁷ Simon (1979).

“posibles mundos de acción”. Esta manera de enfrentarse al problema plantea tres cuestiones acerca de los procesos colectivos dinámicos en la economía.

La primera cuestión trata acerca de la diversidad de marcos de acción. Aunque en principio existen innumerables maneras de coordinar la acción económica, en la práctica existe un número limitado de combinaciones prácticamente coherentes de acciones para cada tipo de bien material o de servicio producido en la economía. Esta diversidad –que conduce a una pluralidad de mundos posibles– es en cierto sentido mucho mejor que la que prevé la teoría ortodoxa, con su idea de una única frontera de producción posible, para cada grupo de tecnologías y mercados. Nosotros mantenemos que en una situación de partida existe más de una solución económica *efectiva*. En otras palabras, es más restrictivo que la teoría ortodoxa, que con sencillas sustituciones de factores presentan un mundo de combinaciones ilimitadas, circunstancia que no se da en la situación práctica real. En comparación con la economía de negocio empírica, esto nos conduce a aceptar la diversidad como la mejor opción, en el sentido de que rechaza la idea de convergencia hacia las mejores prácticas globales de los mercados, a favor de un considerable conjunto de efectivas soluciones prácticas a los problemas de producción.

La segunda cuestión tiene que ver con el papel de la racionalidad. La acción económica no está únicamente motivada por el estricto utilitarismo o por los deseos de satisfacción individual,

sino por la voluntad de hacer efectiva la acción que uno lleva a cabo. Esta motivación le da dos características principales a la acción. Por una parte está su particularidad: una determinada situación de acción está compuesta de objetos, circunstancias y personas, cuya naturaleza variada y heterogénea llevan a sinergías particulares y complejas. Es imposible reducir la situación a series preestablecidas de rutinas prefijadas. Por otra parte, su carácter colectivo: debido a esta heterogeneidad básica, las acciones mutuamente interdependientes pueden tener éxito sólo si existe un carácter colectivo en ellas, en el sentido de acción dentro de un marco común de acción. Sólo si al acción se redujese a lo prefijado, situaciones completamente anticipadas, se podría reemplazar su carácter colectivo por reglas ajenas que no supongan una coordinación básica entre las personas implicadas. El Taylorismo pleno es la excepción, no la regla, e incluso el Taylorismo nunca logró un éxito completo en sustituir relaciones con reglas. Heterogeneidad también significa una pluralidad de procesos colectivos, una cierta “fragmentación” de acción; cuando se sitúa en el contexto de un entorno de selección competitiva “distendido”, se llega a la idea de que existen muchos tipos de acciones económicamente eficientes, no una única jerarquía de acciones de mejor a peor.

La tercera cuestión hace referencia a la naturaleza de la acción misma. Las ciencias sociales estuvieron dominadas durante mucho tiempo por la idea utilitarista de acción como manipulación estratégica de datos, con la intención de

satisfacer un interés predefinido de una realidad externa previamente definida a la realización de la acción. Esta concepción condujo a una idea reduccionista de intencionalidad: con fines dados, la búsqueda de los medios adecuados para conseguirlos. La economía y sociología de las organizaciones ha desarrollado esta idea de acción. Aún así, hace hincapié en las diferencias con el análisis económico ortodoxo, poniendo énfasis en los difíciles e ineficientes efectos de la racionalidad en los contextos organizacionales; no obstante, encajan bien con el paradigma utilitarista-instrumentalista. Para romper con este paradigma, tal y como aquí se hace, se requiere un cambio en la forma de entender la acción; acción como “hacer”, en la que la principal incertidumbre de todos los agentes se encuentra, no en algo exclusivo de lo que intentan aislarse o protegerse estratégicamente, vía predicciones o maniobras estratégicas.⁵⁸ La incertidumbre de las situaciones de acción es también una fuente de posibilidades para darse cuenta de las intenciones de la acción. En muchas ocasiones, especialmente en las de innovación y otros procesos dinámicos en economía, el agente puede, muy bien, percibir la situación completa como “imperfecta”, como podría ser el caso en que su acción se diseñe para completar

lagunas de coordinación y por tanto contribuir hacia la construcción de un marco de acción nuevo. Cuando esto funciona, el marco de acción del agente ha sido pragmáticamente efectivo; cuando no funciona, la coordinación ha fracasado (por ejemplo, en la economía, el producto o la empresa falla algunos test externos) y los agentes deben intentarlo de nuevo, utilizando un marco de acción distinto para resolver la incertidumbre.

La dinámica temporal de los procesos económicos surge porque en cualquier momento determinado existe una variedad de posibilidades, no una infinidad. La acción navega continuamente entre mundos posibles en el momento presente, y la realidad se define a lo largo del despliegue pragmático de acciones, tanto las que tienen éxito como las que fracasan. Por ello, la teoría no puede definir, en ningún caso, de forma previa, las convenciones que desarrollarán los agentes. Pero la teoría sí puede definir grupos de convenciones generales y probables que frecuentemente aparecen en la resolución de ciertos tipos de dilemas económicos prácticos, y puede definir también cómo parecen ir ligados, a menudo. Estos son los “mundos posibles” a los que hacíamos referencia antes. Más que gramática generativa⁵⁹

⁵⁸ Aunque ello pueda ciertamente consistir en parte en estas dimensiones, bajo circunstancias particulares, no es una descripción precisa de la naturaleza de la acción.

⁵⁹ La “gramática generativa” en lingüística: una analogía a las teorías explicativas de la ciencia social que son no deterministas, pero en las cuales, no obstante, existe un conjunto de herramientas y una estructura prefijada pero empíricamente fluida, que define el rango de posible creación de acciones individuales (discursos). Ha existido un gran debate sobre si la gramática generativa es restrictiva o creativa. Como no somos lingüísticos profesionales, no podemos opinar sobre ello. En relación con nuestro objetivo aquí, únicamente se dice que la “gramática generativa” de la economía no debería estar ligada a una estructura que prefije el posible rango de acciones individuales, y si existe una analogía con el pensamiento lingüístico que reclame lo mismo, entonces estamos de acuerdo con ello. Véase Searle (1977).

o estructuras, estos marcos de acción son una especie de pistas para los exploradores. Así pues, no tienen sólo un origen en la ciencia social, en el giro reflexivo tienen diferentes micro orígenes, esto requiere también completar los

métodos tradicionales de investigación y modelización, con métodos que probablemente no resulten familiares y cómodos a aquellos educados en el paradigma metodológico dominante.

Los mundos que construyen regiones y las regiones como mundos

Ahora nos queda empezar a reconstruir áreas concretas de investigación y explicación en los campos del desarrollo económico territorial, de la geografía económica y de la economía regional. Estos campos se pueden reconstruir como series de proyectos humanos colectivos intencionados –donde las acciones pragmáticas buscan algún tipo de efectividad. La santísima trinidad –tal y como ha sido reconceptualizada– ofrece unos bloques básicos de construcción, en los que tecnologías, organizaciones y regiones son campos pragmáticos de la actividad humana internacional. Aunque no tienen la misma fuerza e importancia. Los territorios y las regiones no son ya los espacios de acción pragmática básicos del capitalismo. Las personas actúan para salvar regiones y actúan conscientemente para desarrollarlas y promocionarlas, en unos países más que en otros. En algunos lugares,

las sociedades regionales tienen profundos sentimientos regionalistas, aunque en otros son más débiles.⁶⁰ La pragmática regionalista está, sin embargo, subordinada a otras redes de acción pragmática: esto se debe a que el capitalismo cada vez más, se basa en mercados de productos, empresas, y factores de mercados, geográficamente extensos. Como resultado de esto, los *mercados*⁶¹ se han convertido en los árbitros principales de lo que es una acción colectiva *legítima* en el capitalismo contemporáneo; otras agrupaciones, tales como regiones, naciones, familias y empresas, deben someterse al examen del mercado, y están cada vez más sujetas a regímenes políticos que necesitan prueba de que esas agrupaciones no se construyen en oposición a los mercados.⁶² Los mercados, en conjunción con las capacidades tecnológicas contemporáneas, hacen muy importan-

⁶⁰ En el tema del regionalismo, véase Markusen (1985).

⁶¹ Esto no significa, necesariamente, mercados “perfectos”, sino más bien mercados como un principio general de organización de las interacciones legítimas en el capitalismo contemporáneo. Dentro de este principio general, se presentan innumerables variaciones.

⁶² Hemos comentado poco sobre la relación entre la acción pragmática y la “justificación” y “legitimidad” de la acción realizada. Pero es suficiente decir que toda acción pragmática –especialmente en la medida que tiene como objeto la reciprocidad entre otros actores– se basa en alguna noción de legitimidad, en alguna forma de justificación, bien sea implícita o explícita, que debe compartirse entre los actores implicados en la acción colectiva. Estas cuestiones se han estudiado con mayor amplitud en Boltanski y Thévenot (1991). En el caso de los modelos económicos de productos, Salais y Storper (1993) discuten diferentes principios de justificación para diferentes mundos posibles de acción económica.

tes ciertos tipos de espacios de acción. Para empezar, está el *producto*, el foco principal de los mercados. Los mercados de productos incorporan dos elementos básicos de la santísima trinidad: tecnologías (de productos y procesos) y organizaciones (fundamentalmente empresas, aunque también las organizaciones que apoyan a las empresas, como las escuelas y los estados). Los mercados de factores implican a la mayoría de las organizaciones (empresa, aunque también aquellas de reproducción social colectiva, como el estado, colegios y las organizaciones de I+D públicas). Estos dos elementos de la santísima trinidad son los principales vehículos de los proyectos intencionales primarios de la acción económica hoy. Es fundamentalmente el despliegue de estas acciones lo que “produce” actualmente economías regionales,⁶³ cuando éstas se sitúan o subdividen en lugares.

Sin embargo, este tipo de actividades pueden llegar a estar muy próximas en los restringidos espacios geográficos de las regiones, por medio de complejos patrones y estructuras locacionales, donde éstas se constituyen como *economías territoriales*. A su vez, estas actividades pueden desarrollar diferentes formas de coherencia, efectos de difusión y retroalimentaciones regionales; cuando esto ocurre, es porque los agentes económicos regionales han desarrollado convencio-

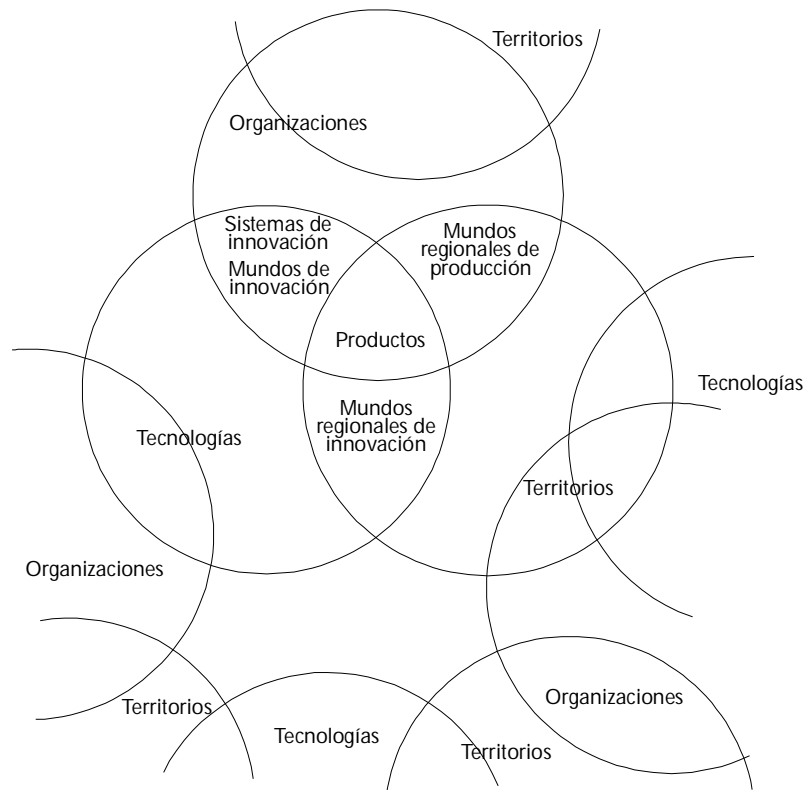
nes y relaciones que permiten desplegar dichos procesos co-evolutivos, regionalmente centrados, entre organizaciones y tecnologías. Tanto las ventajas físicas como relacionales de la producción, se convierten, en cierto grado, en ventajas regionalmente específicas. En otras palabras, los *mundos regionales de la producción* pueden surgir de los *mundos tecnológicos y organizacionales que construyen las regiones*. Aunque esto sólo sucede en algunos casos; en muchos otros, la economía regional deja, durante la mayor parte, un mero depósito locacional para los mundos u objetos organizativos y tecnológicos, dirigidos exógenamente, presentando una escasa co-evolución regional o, como lo han denominado tradicionalmente los regionalistas, “desarticulada” o “periférica”.

De modo que la economía moderna puede imaginarse como un complejo puzzle organizativo hecho de mundos múltiples y parcialmente solapados, en los que se desarrolla la acción colectiva reflexiva. En cualquier ámbito de análisis económico, la labor consiste en comprender la naturaleza funcional de los espacios de acción implicados, y el contenido de las convenciones-relaciones – mundo de acción – a través de las cuales los agentes coordinan y dan forma a sus acciones particulares de funcionamiento en dicho ámbito,⁶⁴ conforme ilustra la figura 3.

⁶³ Incluso admitiendo que gran parte proviene del pasado y de feedback de la economía regional actual.

⁶⁴ No se debe, sin embargo, poner demasiado énfasis en que los campos funcionales de acción están predefinidos, ni por la lógica funcional de Parsons ni por ninguna estructura capitalista mayor. El punto de la teoría pragmática subrayada en este capítulo, es que estructura y acción se desarrollan y redefinen simultáneamente. Únicamente podemos modelizar las áreas funcionales básicas que se nos presentan actualmente, pero estas son indicativas, en ningún caso causales.

Figura 3 - La economía como un conjunto de áreas de acción interrelacionadas y parcialmente solapadas



En términos operativos, estos campos, que tienen una gran influencia en la evolución de la economía regional cuando llegan a ser mundos de acción coordinados, pueden ser considerados como distintos "cortes" en el análisis regional. Cuatro de estos cortes, que son complejas interacciones dentro de la santísima trinidad, pueden ser considerados como prioritarios para la teoría y la investigación de la forma siguiente.

Tecnologías y organizaciones

Las tecnologías y las organizaciones son los principales generadores de las "posibilidades de producción" del capitalismo. La primera define el envoltorio de las posibilidades físicas e intelectuales, y la segunda define las posibilidades institucionales para utilizar la primera de una forma económicamente fiable. Como ya se ha indicado, cada uno de estos ele-

mentos de la santísima trinidad se ha revolucionado recientemente por el giro reflexivo. En combinación, generan complejas posibilidades de coordinación y problemas, aparecen dos tipos que son los más importantes. El primero son los *productos*, que son el resultado de la acción reflexiva coordinada, frente a un fondo de limitaciones y posibilidades tecnológicas y organizativas de fondo; los productos son el resultado de marcos de acción de origen convencional-relacional, o "mundos de producción". El segundo son los *sistemas de innovación*, que están basados en marcos de acción a través de los cuales se desarrollan y evolucionan las capacidades físicas-intelectuales; estos son los "mundos de la innovación".

Organizaciones y territorios

Las organizaciones, especialmente las empresas, "construyen" regiones a través de su comportamiento locacional, pero organizaciones como las empresas son también resultado de los entornos institucionales de sus localizaciones. Esto es mucho más obvio en las empresas que tienen un único emplazamiento, aunque incluso las empresas más grandes que cuentan con múltiples localizaciones están influenciadas, en cierta manera, por las localidades en las que sitúan ciertas actividades.⁶⁵ Para otro tipo de organizaciones, como colegios, instituciones de gobierno y "entornos" institucionales políticos o culturales (las reglas formales e informales de gobierno

de la economía), la relación con el lugar negocio más directo. Como se señala anteriormente, las economías territoriales pueden suponer efectos transversales entre diferentes actividades, a través de tecnologías (derivados de conocimiento localizados), a través de organizaciones (vínculos input-output localizados), o de aspectos de los marcos de acción local a través de los que se coordinan múltiples sectores de la economía y se movilizan recursos. Estos entornos convencionales-relacionales localizados son los *mundos regionales de producción*.

Tecnologías y territorios

El desarrollo del conocimiento y del know-how está sujeto a una complejidad de movimientos entre codificación/difusión económica e innovación/carácter tácito. Mientras las primeras tienden a dirigir la difusión geográfica, las segundas pueden, en algunos casos, aunque no en todos, surgir de contextos geográficos restringidos e impedir, al menos durante cierto tiempo, que de una difusión geográfica fácil. El papel de la localización en la innovación y utilización tecnológica, se construye en su mayor parte porque ciertas formas de innovación surgen del conocimiento interactivo y de derivados del "know-how", los cuales aparecen en espacios geográficos restringidos, así como de espacios organizativos definidos. Una de las cuestiones más importantes para los estudiantes del desarrollo económico en la "learning economy"

⁶⁵ Patel y Pavitt (1991); Dunning (1979, 1988); Pianta (1996); Amendola y al (1992).

reflexiva del capitalismo contemporáneo es, por lo tanto, la geografía del conocimiento y el desarrollo del "know-how", que es la geografía de la innovación. Junto a la cuestión de la geografía de la innovación está la cuestión de cómo surge esta forma de acción colectiva excesivamente compleja y cómo se coordina en contextos particulares. Paralelamente investiga los mundos de la innovación en general, luego se debe analizar cómo surgen en forma de *mundos regionales de innovación* la localización del conocimiento y del aprendizaje.

Tecnologías, organizaciones y territorios

Cuando se consideran todos los elementos de la santísima trinidad equitativa y simultáneamente, no hay "paréntesis" teórico con el propósito de simplificar. Como resultado, sólo se pueden considerar los problemas más complejos y concretos del desarrollo económico. Pero se pueden construir utilizando ideas adquiridas a través de rigurosas teorizaciones de los elementos individuales de la trinidad, y las limitadas combinaciones identificadas anteriormente.

Conclusión

El enfoque del desarrollo económico territorial que aparece en este artículo tiene poco que decir acerca de los problemas estándares de la economía espacial o teoría locacional, base de la literatura sobre la geografía del desarrollo económico, pero tiene mucho que decir sobre la diferenciación territorial del desarrollo, resultados e instituciones económicas. Su principal contribución a las disciplinas espaciales es analizar el papel de la proximidad territorial en la formación de convenciones; el papel de las convenciones a la hora de definir las "capacidades de acción" de los agentes económicos y por tanto, las identidades económicas de los territorios y regiones;

el estatus económico de las convenciones regionales de la producción como un tipo de ventaja colectiva, regionalmente específica, de la economía; el estatus de las convenciones como interdependencias no comerciales en los sistemas económicos; y por qué es tan difícil, en algunas regiones, imitar o tomar prestadas convenciones e instituciones de otros lugares. Su propósito es aumentar el poder explicativo de la ciencia social regionalista, aproximándola a los temas principales de muchas otras ciencias sociales contemporáneas mientras se llevan a cabo nuevas contribuciones específicas a esos debates.

Referencias bibliográficas

- AMENDOLA, G., GUERRIERI, P., PADOAN, P. C. 1992. "International Patterns of Technological Accumulation and Trade." *Journal of International and Comparative Economics* 1: 173-197.
- ANGEL, D. 1994. *Restructuring for Innovation: The Remaking of the U.S. Semiconductor Industry*. New York: Guilford Press.
- ANTONELLI, C. 1987. "The Determinants of the Distribution of Innovative Activity in a Metropolitan Area: the Case of Turin". *Regional Studies* 21 (2): 85-94.
- _____. 1995. *The Economics of Localized Technological Change and Industrial Dynamics*. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer.
- ARATO, J., COHEN, A. 1992. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, MA: MIT Press.
- ARROW, K. J. 1962. "The Economics Implications of Learning by Doing." *Review of Economics Studies* 29: 155-173.
- ASANUMA, B. 1989. "Manufacturer-Supplier Relationships in Japan and the Concept of Relation - Specific Skill." *Journal of the Japanese and International Economies* 3: 1-30.
- AXELROD, R., 1984. *The Evolution of Cooperation*. New York: Basic Books.
- AYDALOT, P., KEEBLE, D., eds. 1988. *High Technology Industries and Innovative Environments: The European Experience*. London: Routledge.
- BECK, U. 1992. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage.
- BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. 1994. *Reflexive Modernization*. Cambridge, MA: Polity Press.
- BELLANDI, M. 1986. "The Marshallian Industrial District." Florence: University of Florence, Marshallian Studies #1.
- _____. 1989. "Capacità Innovativa Diffusa e Distretti Industriali". Florence: University of Florence, Department of Economics, Marshallian Studies Series.
- _____. 1995. *Economie di Scala e Organizzazione Industriale*. Milan: Franco Angeli.
- BEST, M. 1990. *The New Competition: Institutions of Industrial Restructuring*. Cambridge, Polity Press.
- BOLTANSKI, L., THEVENOT, L. 1991. *De la Justification*. Paris: Gallimard.
- BOYER, R. 1992. *La Théorie de la Régulation*. Paris: Economica.
- BRAMANTI, A., MAGGIONO, M. 1994. "The Dynamics of Milieux: From Gover-

- nance Structures to Network Analysis." Milan: Dynamis (Istituto di Ricerca sulla Dinamica dei Sistemi Economici, Milan), 5: 32 pp.
- CALLON, M. 1992. "Variété et Irréversibilité dans les Réseaux de Conception et d'Adoption des Techniques". In: D. FORAY, C. FREEMAN, eds. *Technologie et Richesse des Nations*. Paris: Economica, pp. 275-324.
- CAMAGNI, R., ed. 1991. *Innovation Networks: Spatial Perspectives*. London: Belhaven Press.
- CASTELLS, M. 1989. *The Informational City*. Oxford: Basil Blackwell.
- COASE, R. 1937. "The Nature of the Firm". *Economica* 4: 386-405.
- COHEN, S., ZYSMAN, J. 1984. *Manufacturing Matters*. New York: Basic Books.
- COHENDET, P., LLERENA, P. eds. 1989. *Flexibilité, Information, et Décision*. Paris: Economica.
- COOKE, P., MORGAN, K. 1991. "The Networking Paradigm: New Departures in Corporate and Regional Development." Paper presented at international conference on European after Maastricht, Lemnos, Greece, 2-5 September.
- CROZIER, M., FRIEDBERG, E. 1977. *l'Acteur et le Système*. Paris: Seuil.
- DE BRESSON, C., AMESSE, F. 1991. "Networks of Innovators: A Review and Introduction to the Issue". *Research Policy* 20: 363-379.
- DJELLAL, F., GALLOUJ, C. 1995. "Innovation et Développement Régional: Le Cas des Firmes de Conseil en Technologie d'Information". Paper presented to the French Regional Science Association Conference, Toulouse, August.
- DOSI, G. 1988. "Sources, Procedures, and Microeconomic Effects of Innovation." *Journal of Economic Literature* 25: 1120-1171.
- DOSI, G., SALVATORE, R. 1992. "The Structure of Industrial Production and the Boundaries between Firms and Markets". In: M. STORPER, A. J. SCOTT, eds., *Pathways to Industrialization and Regional Development*. London: Routledge, pp. 171-193.
- DUNNING, J. H. 1979. "Explaining Changing Patterns of International Production: in Defense of the Eclectic Theory." *Oxford Bulletin of Economics and Statistics* 41: 269-295.
- _____. 1988. *Multinationals, Technology, and Competitiveness*. London: Unwin Hyman.
- FURTADO, C. 1963. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília Editora.
- GIDDENS, A. 1994. *Between Left and Right*. Cambridge, MA: Polity Press.

- GRANOVETTER, M. 1985. "Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness". *American Journal Of Sociology* 93(3): 481-510.
- GRILICHES, Z. 1991. "The Search for R&D Spillovers". Cambridge, MA.: NBER Working Papers #3768.
- HAAS-LORENZ, S. 1994. "Apprentissage et Proximité Géographique dans une Perspective Évolutionniste." Doctoral thesis, University of Aix-Marseille, Aix-en-Provence.
- HAKANSSON, H., ed. 1987. "Industrial Technological Development: A Network Approach". London: Croom Helm.
- _____. 1989. *Corporate Technological Behavior: Cooperation and Networks*. New York: Routledge.
- _____. 1994. "Economics of Technological Relationships." In: O. Grandstrand, ed., *Economics of Technology*. Amsterdam: Elsevier Science pp. 253-270.
- HAKANSSON, H., JOHANSON, J. 1993. "The Network as a Governance Structure: Interfirm Cooperation beyond Markets and Hierarchies". En G. Grabher, ed., *The Embedded Firm*. London: Routledge, pp. 35-51.
- HIRSCHMAN, A. O. 1970. *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations and States*. Cambridge: Harvard University Press.
- JAFFE, A. 1986. "Technological Opportunity and Spillovers of R&D: Evidence from Firms' Patents, Profits and Market Value." *American Economic Review* 76: 984-1001.
- _____. 1989. "Real Effects of Academic Research." *American Economic Review* LXXIX: 957-970.
- JAFFE, A., TRACHTENBERG, M., HENDERSON, R. 1993. "Geographic Localization of Knowledge Spillovers as Evidenced by Patent Citations". *Quarterly Journal of Economic*: 577-598.
- JOHANSEN, J., MATTSON, L. G. 1987. "Interorganizational Relations in Industrial Systems: A Network Approach Compared with the Transaction Cost Approach." *International Studies of Management and Organization* XVII(1): 34-48.
- KALDOR, N. 1972. "The Irrelevance of Equilibrium Economics". *Economic Journal* 82: 1237-1255.
- KRUGMAN, P. 1991b. "Increasing Returns and Economic Geography." *Journal of Political Economy* 99(3): 483-499.
- _____. 1992. *Geography and Trade*. Cambridge, MA: MIT Press.
- _____. 1995. *Development, Geography and Economic Theory*. Cambridge, MA: MIT Press.

- LECOQ, B. 1993a. "Proximité et Rationnalité Économique." *Révue d'Économie Régionale et Urbaine*: 69-488.
- _____. 1993b. "Dynamique industrielle, Histoire et Localisation: Alfred Marshall Révisité." *Révue Française d'Économie VIII* (4): 196-223.
- LEONTIEF, W. 1953. *Studies in the Structure of the American Economy*. New York: Oxford University Press.
- LEWIS, D. 1969. *Convention: A Philosophical Study*. Cambridge: Harvard University Press.
- LORENZ, E. 1992. "Trust and the Theory of Industrial Districts." In: M. STORPER, A. J. SCOTT, eds., *Pathways to Industrialization and Regional Development*. London: Routledge.
- LUCAS, R. E. 1988. "On the Mechanics of Economic Development". *Journal of Monetary Economics* 22: 3-42.
- LUNDVALL, B. A. 1990. "User-Producer Interactions and Technological Change". Paper presented to the OECD-TEP Conference, Paris (La Villette), June.
- _____. 1993. "Explaining Interfirm Cooperation and Innovation: Limits of the Transaction-Costs Approach". In: G. GRABHER, ed., *The Embedded Firm*. London: Routledge.
- LUNDVALL, B. A., JOHNSON, B. 1992. "The Learning Economy". Paper presented to the European Association for Evolutionary Political Economy Conference, Paris, November 4-6.
- MAILLAT, D., QUÉVIT, M., SENN, L. eds. 1993. *Milieus Innovateurs et Réseaux d'Innovation: Un Défi pour le Développement Régional*. Neuchâtel: EDES.
- MALECKI, E. J. 1984. "Technology and Regional Development: A Survey". *APA Journal* 50(3): 262-266.
- MANSFIELD, E. 1972. "The Contribution of R&D to Economic Growth in the United States". *Science* 175: 477-486.
- MARKUSEN, A. 1985. *Regions: the Economics and Politics of Territory*. Totowa, NJ: Rowman and Littlefield.
- MASKELL, P., MALMBERG, A. 1995. "Localised Learning and Industrial Competitiveness." Paper presented to Regional Studies European Conference on "Regional Futures", Gothenburg, 6-9 May.
- MASSEY, D. B. 1984. *Spacial Divisions of Labour*. New York: Routledge.
- NELSON, R. R. 1987. *Understanding Technical Change as an Evolutionary Process*. Amsterdam: North-Holland. (The F. De Vries Lectures in Economics).
- NELSON, R. R. ed. 1992. *National Systems of Innovation*. New York: Oxford.

- NELSON, R., WINTER, S. 1982. *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- NORTH, D. 1981. *Structure and Change in Economic History*. New York: Norton.
- NORTON, R., REES, J. 1979. "The Product Cycle and the Spatial Decentralization of American Manufacturing". *Regional Studies* 13: 141-151.
- PAVITT, K., PATEL, P. 1991. "Large Firms in the Production of the World's Technology: an Important Case of Non-Globalisation". *Journal of International Business Studies, First Quarter*, 1-21.
- PERRoux, F. 1950a. "Les Espaces Economiques." *Economie Appliquée*, 1 (1): 25-244.
- PERRoux, F. 1950b. "Economic Space: Theory and Applications." *Quarterly Journal of Economics* 64 (1): 89-104.
- _____. 1955. "Note sur les Poles de Croissance." *Economie Appliquée* 1 (2): 302-320.
- PIORE, M., SABEL, C. 1984. *The Second Industrial Divide*. New York: Basic Books.
- PLANQUE, B. 1990. "Note sur la Notion de Réseau d'Innovation: Réseaux Contractuels et Réseaux Conventiionnels". Aix-en-Provence: Université of Aix-Marseille, Centre d'Economie Régionale, paper.
- POWELL, W. W. 1990. "Neither Market nor Hierarchy: Network Forms of Organization." *Research in Organizational Behavior* 12: 295-336.
- PRED, A. 1977. *City Systems in Advanced Economies*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- RALLET, A. 1993. "Choix de Proximité et Processus d'Innovation Technologique". *Révue d'Economie Régionale et Urbaine* 3: 365-386.
- RICHARDSON, H. 1973. *Regional Growth Theory*. London: Macmillan.
- RIP, A. 1991. "A Cognitive Approach to Technology Policy." Paper presented to the symposium, "New Frontiers in Science and Engineering". Paris, 27-29 May.
- ROMER, P. M. 1986. "Increasing Returns and Long-Run Growth." *Journal of Political Economy* 94 (5): 1002-1037.
- _____. 1990. "Endogenous Technological Change." *Journal of Political Economy* 98 (5): S71-S101.
- _____. 1987. "Growth Based on Increasing Returns due to Specialization". *AEA, Papers and Proceedings* 77 (2): 56-62.
- ROSENBERG, N. 1982. *Inside the Black Box: Technology and Economics*. New York: Cambridge University Press.

- RUSO, M. 1986. "Technical Change and the Industrial District: the Role of Interfirm Relations in the Growth and Transformation of Ceramic Tile Production in Italy." *Research Policy* 14: 329-343.
- SABEL, C. 1993. "Constitutional Ordering in Historical Context". In: F. SCHARPF, ed. *Games in Hierarchies and Networks*. Boulder, CO: Westview Press.
- SALAS, R., STORPER M. 1993. *Les Modes de Production*. Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- SAYER, R., WALKER, R. 1992. *The New Social Economy*. Oxford: Blackwell.
- SCITOVSKY, T. 1952. "Two Concepts of External Economies". *Economic Journal* LXII: 54-67.
- SCOTT, A. 1988a. *Metropolis: From the Division of Labor to Urban Form*. Berkeley: University of California Press.
- SEARLE, J. 1977. *Speech Acts*. London: Cambridge University Press.
- SIMON, H. A. 1979. *Models of Thought*. New Haven: Yale University Press.
- STIGLER, G. 1951. "The Division of Labor is Limited by the Extent of the Market". *Journal of Political Economy* 69: 213-225.
- STORPER, M., SALAS, R. 1997. *Worlds of Production: the Action Frameworks of the Economy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- STORPER, M., SCOTT, A. J. 1995. "The Wealth of Regions: Market Forces and Policy Imperatives in Local and Global Context". *Futures* 27 (5): 505-526.
- TODLING, F. 1992. "The Uneven Landscape of Innovation Poles: Local Embeddedness and Global Networks". University of Vienna, IIR, 46.
- VELTZ, P. 1995. *Mondialisation, Villes, et Territoires: L'economie de l'Archipel*. Paris: Presses Universitaires de France.
- VERNON, R. 1966. "International Investment and International Trade in the Product Cycle." *Quarterly Journal of Economics* 80: 190-207.
- _____. 1974. "The Location of Economic Activity". In: DUNNING, J. ed., *Economic Analysis and Multinational Enterprise*. London: Allen and Unwin.
- VON HIPPEL, E. 1987. "Cooperation between Rivals: Informal Know-How Trading." *Research Policy* 16: 291-302.
- _____. 1988. *The Sources of Innovation*. New York: Oxford University Press.
- WILLIAMSON, O. 1985. *The Economic Institutions of Capitalism*. New York: Basic Books.

YOUNG, A. 1928. "Increasing Returns and Economic Progress." *Economic Journal* 38: 527-542.

(Recebido para publicação em outubro de 1999)

Michael Storper é professor da Universidade da Califórnia e da Universidade de Marne-la-Vallée

A Ordem Urbana Walraso-Thüneniana e suas Fissuras: o papel da interdependência nas escolhas de localização

Pedro Abramo

As leituras sobre a constituição da ordem espacial urbana e, mais particularmente, da ordem residencial, partem da constatação de que, aparentemente, a configuração da estrutura intra-urbana não seria aleatória, isto é, de que existem certas regularidades que poderiam ser identificadas pelos discursos das "ciências sociais". Mas, a questão de saber como se constitui uma ordem espacial urbana nos remete às representações sobre o comportamento dos homens, portanto, às particularidades disciplinares das ciências sociais. Nesse sentido, a sociologia faz apelo às normas, à cultura, aos efeitos simbólicos, às macroestruturas, para explicar as decisões de localização como manifestação referente ao espaço das relações entre homens. As regularidades espaciais (ordem) são, assim, o resultado dessas dimensões das ações dos homens: o com-

portamento do *homo sociologicus* é que permitirá a emergência de uma ordem espacial¹. A interrogação sobre se essas regularidades correspondem aos objetivos de funcionalidade (ou beleza) e se a Razão, e a "vontade esclarecida" dos homens, podem "redesenhar" essas regularidades é que permite ao urbanismo surgir como um discurso alternativo sobre a ordem espacial. Nesse caso, a ordem não será mais o resultado da ação do *homo sociologicus*, mas, sobretudo, o produto da "Razão" de um homem universal. A perspectiva de oferecer à sociedade uma ordem espacial independente dos particularismos dos homens (*homo sociologicus*, *homo æconomicus*, *homo politicus*, *homo ludens*, *homo volens* etc.) traduz o desejo moderno de colonizar o mundo por uma Razão que tudo resolve e a tudo responde. É o projeto

¹ Tomamos de empréstimo a distinção entre *homo sociologicus* e *homo æconomicus* proposta por Elster (1991) e Dupuy (1989).

da modernidade racionalista, caro à tradição dos urbanistas, que faz do plano a única maneira de conceber uma ordem espacial que seja funcional e produtora de felicidade. De forma esquemática, podemos dizer que a prática arquitetural do "projeto" colonizou o espaço urbano e que o exercício generalizado da "perspectiva" tornou-se o "projeto" de cidade. Em uma palavra, o plano transformou-se no mecanismo produtor da ordem urbana.

Rejeitando essa imposição de um plano concebido por uma razão "construtivista" que se sobrepõe aos desejos dos indivíduos, o discurso da ciência econômica (ortodoxa) identifica no mercado um mecanismo de coordenação das escolhas de localização dos indivíduos livres. O mercado seria o mecanismo que conciliaria a liberdade das escolhas individuais, a maximização das satisfações individuais e a configuração de uma ordem espacial eficiente. O projeto da "mão invisível urbana" se traduz na idéia de um mercado de localização residencial. De fato, o discurso do urbanismo e o projeto da "mão invisível urbana" da economia urbana ortodoxa opõem-se radicalmente.

De um lado, encontramos a perspectiva do plano e, portanto, a submissão do indivíduo egoísta a uma ordem concebida por uma razão que lhe é exterior. De outro, a perspectiva do mercado e da liberdade mercantil em que

os indivíduos, independentemente uns dos outros e movidos por seus interesses estritamente pessoais, fazem emergir uma ordem que concilia eficiência alocativa e liberdade individual.

Cada um desses discursos teve sua época; o urbanismo funcionalista reinou durante décadas como o mecanismo de "imposição" de ordens espaciais mais "justas" e/ou funcionais, enquanto o discurso de alocação espacial via mercado retorna com força durante os anos oitenta sob o impulso do neoliberalismo e da recuperação da idéia renascentista de Arte Urbana². De forma esquemática, diríamos que o período dourado do urbanismo funcionalista corresponde à fase fordista, enquanto o retorno da idéia de mercado urbano representa a crise da regulação fordista e um desejo de flexibilização³. As crises do urbanismo e, portanto, de uma política urbana intervencionista são múltiplas⁴, mas tendem a rejeitar a cultura do plano e a conduzir a uma revalorização do mercado como "o" mecanismo de coordenação das decisões de localização urbana. É o retorno triunfante do discurso da economia urbana ortodoxa do mercado residencial como uma "mão invisível urbana" que nos levou a interrogar sobre sua capacidade de explicar certas características da lógica de decisões de uma economia descentralizada. Para tal, propomos uma breve apresentação do discurso ortodoxo da economia urbana.

² Sobre o conceito de Arte Urbana, ver Choay (1965), e sobre sua recuperação atual, ver Tribillon (1991).

³ Abramo (1993).

⁴ As críticas à razão construtivista e os debates filosóficos sobre a pós-modernidade são, talvez, sua expressão mais sofisticada.

Insistimos aí em que esse discurso se constitui a partir de uma operação de síntese que retoma a representação do espaço e a teoria da renda fundiária de Von Thünen em um quadro analítico walrasiano. A nosso ver, essa síntese espacial ortodoxa estabelece uma relação simbiótica entre a representação naturalizante do espaço proposta por Thünen e a racionalidade paramétrica do modelo de base walrasiano. Ao se auto-reforçarem, essas duas hipóteses permitem que a síntese espacial ortodoxa ofereça uma imagem coerente do processo de equilibragem do mercado de localização. Na terceira parte, propomos introduzir alguns elementos de interdependência nas funções-objetivo dos participantes do processo de equilibragem ortodoxo para verificar os limites da representação naturalizante do espaço da síntese orto-

doxa. Na quarta parte, substituímos a hipótese de racionalidade paramétrica dos modelos da síntese pela noção de racionalidade estratégica, para verificar se os resultados clássicos do equilíbrio walrasiano (unicidade e eficiência) continuam válidos para o caso do equilíbrio espacial. Apesar de a nossa intenção ser a de estabelecer uma ruptura com a problemática da economia urbana ortodoxa⁵, procuramos apresentar nosso exercício crítico no “campo da argumentação” do discurso neoclássico.

Para tal, convocaremos os argumentos de Gary Becker para “testar” a hipótese do *trade off* entre acessibilidade e espaço e, em seguida, apresentaremos um exercício de interação estratégica a partir da cidade racista de Rose-Ackerman.

A perspectiva da síntese walraso-thüneniana

A tradição dos estudos urbanos neoclássicos está ancorada em uma matriz de leitura da coordenação das decisões de localização residencial dos agentes econômicos cujo ponto de partida é uma operação de tradução das hipóteses de Von Thünen sobre a representação do espaço e do processo de determinação da renda fundiária para a “linguagem” da teoria de consumidor da microeconomia tradicional. Essa operação de estabelecimento de uma teoria da escolha de localização segundo o procedimento habitual da microeconomia neoclássica tem, a nosso ver, dois movimentos gerais, que

permitem a passagem do equilíbrio de localização individual ao equilíbrio espacial (ordem urbana): a representação econômica de espaço e a hipótese sobre a racionalidade dos agentes econômicos.

Como na teoria do consumidor, a construção do argumento neoclássico parte da representação que um agente representativo faz das suas intenções (desejos) de consumo. A curva de indiferença traduz, para um nível de satisfação dado, as combinações alocativas dos indivíduos. No caso da teoria da localização (residencial), a dimensão espacial é

⁵ Em Abramo (1994), procuramos apresentar alguns exercícios para uma perspectiva heterodoxa da economia urbana a partir de uma problemática da incerteza radical urbana.

traduzida pela distância entre o lugar de moradia e o local de trabalho (t) e pela quantidade de espaço consumido (q); todos os outros bens são agrupados em um bem composto (z) que serve de numérico nos modelos de equilíbrio de localização neoclássicos. Assim, a função de utilidade que os indivíduos devem maximizar é $U(q, t)$. Como há um custo de deslocamento entre o local de moradia e o local de trabalho, que por definição é no centro da cidade (Central Business District - CBD), a acessibilidade ao centro será um atributo de localização desejada pelos indivíduos.

O desejo de acessibilidade, dadas as vantagens de localização, traduz-se em renda fundiária, o que leva os indivíduos a estabelecer suas escolhas de localização segundo um *trade off* entre acessibilidade e consumo de espaço. Portanto, a representação individual do espaço thüneniano (distância ao CBD) será revelada nos moldes de localização neoclássicos por um conjunto de curvas de indiferença entre acessibilidade e consumo de espaço com níveis diferentes de satisfação. De fato, a primeira operação da leitura neoclássica da configuração da estrutura intra-urbana é a de representar o universo de consumo espacial (localização) segundo o critério de indiferença locacional de um agente representativo; para cada nível de satisfação, os indivíduos são indiferentes quanto à sua localização, supondo que as perdas em acessibilidade são compensadas por consumo de espaço. Em outras palavras,

o primeiro pilar sobre o qual a síntese walraso-thüneniana se edifica é o da representação das hipóteses de Thünen sobre o espaço segundo o critério alocativo individual do *trade off* entre acessibilidade e espaço.

Seguindo o percurso do equilíbrio do consumidor da microeconomia tradicional, a leitura neoclássica de Thünen supõe que os agentes econômicos adotam um certo procedimento racional em suas escolhas de localização. Essa racionalidade supõe que os indivíduos tomam suas decisões de forma autônoma e independente, buscando maximizar suas funções-objetivo sob a restrição orçamentária individual. Como essa restrição orçamentária é um parâmetro exógeno, as escolhas são tomadas segundo uma racionalidade que é identificada como uma racionalidade paramétrica. Como veremos nos parágrafos seguintes, a representação do *homo oeconomicus* que essa racionalidade paramétrica traz embutida é a de indivíduos que tomam suas decisões sem se questionar sobre as tomadas de decisões dos outros participantes do mercado; seus cálculos são formulados de forma autônoma e independente, sem que os cálculos dos outros tomadores de decisões econômicas sejam percebidos como uma variável que influencie suas formulações de localização residencial⁶. Em outras palavras, o equilíbrio individual (maximização de sua função-objetivo, dados os parâmetros restritivos) independe das decisões dos outros agentes econômicos.

⁶ A racionalidade paramétrica supõe que a informação seja perfeita e que não haja interdependência das decisões dos agentes. Para uma discussão sobre os princípios gerais da racionalidade paramétrica, ver Mongin (1984) e Walliser (1993).

É fácil perceber que a hipótese de racionalidade paramétrica da teoria da decisão de localização ortodoxa articula-se com a representação naturalizante do espaço (distância do CBD) proposta por Thünen. Assim, a tradução econômica da distância ao centro (custo de deslocamento) seria uma função da distância percorrida, da tecnologia do transporte e de outras variáveis exógenas ao processo de equilíbrio espacial. O espaço seria, portanto, uma dimensão da escolha de localização que se apresenta para os tomadores de decisões como um parâmetro, isto é, uma variável independente das escolhas dos participantes do mercado de localização residencial. Como veremos através de um modelo de externalidade, esse tipo de representação naturalizante do espaço (exógeno ao processo de equilíbrio espacial) deixa de ser a referência de base para as escolhas de localização quando as decisões de localização são interdependentes. Nesses casos, as utilidades dependem da configuração espacial *ex post*, isto é, o espaço será o resultado agregado das decisões de localização dos agentes. Portanto, a hipótese de racionalidade paramétrica dos modelos de base da síntese espacial neoclássica, além de garantir que o processo de equilíbrio tenha as características de um grande “encontro no mercado” do tipo walra-

siano, garante também a representação thüneniana do espaço no plano estritamente individual das tomadas de decisão de localização.

Sem dúvida, a leitura neoclássica foi capaz de propor modelos de base que oferecem uma leitura agregada da configuração espacial intra-urbana a partir da coordenação do mercado. Como podemos ver no estilizado diagrama na Figura 1, o processo de equilíbrio espacial da síntese neoclássica, em que cada indivíduo chega ao mercado com propostas de pagamento de renda para todo o espaço (curva de oferta de renda de equilíbrio), ao determinar o preço de equilíbrio espacial (renda ou preço fundiário), determina simultaneamente as principais variáveis da estrutura intra-urbana, tais como a distribuição espacial das famílias com recursos diferentes e as curvas de densidade e verticalidade⁷.

Como podemos constatar, o processo de equilíbrio da síntese espacial neoclássica e o equilíbrio espacial a que esse processo conduz, cujas características são as mesmas do modelo walrasiano (unicidade, estabilidade e eficiência alocativa), levam esses autores a conclamar o mercado como o mecanismo de coordenação mais eficiente e democrático (liberdade de escolha)⁸. A rigidez do

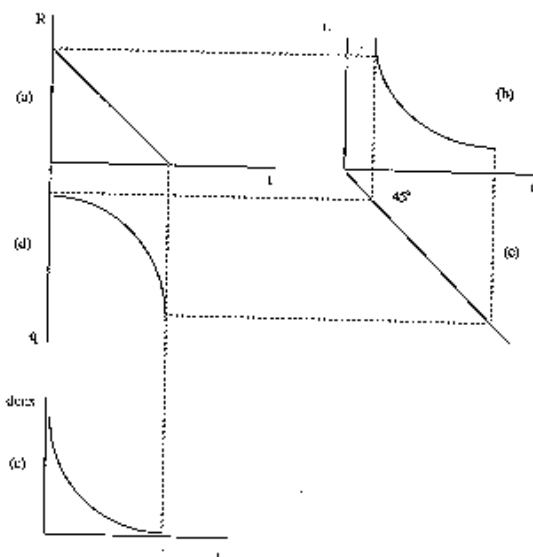
⁷ Esse diagrama é composto a partir dos modelos clássicos de Alonso (1964), Wingo (1961), Muth (1969) e Mills (1971); para uma apresentação formal dos modelos, ver Fujita (1989) e Abramo (1994).

⁸ É importante sublinhar o debate axiomático atual sobre a existência do equilíbrio espacial. A partir das críticas de Berliant (1985, 1990) e das respostas de Fujita et al (1990) e de Thisse e Papageorgiou (1990), instaurou-se uma controvérsia sobre a possibilidade de uma teoria espacial segundo a axiomática walrasiana. Esse debate, que é conhecido na literatura como “controvérsia da função contínua *versus* a função discreta”, é reproduzido por Abramo (1994) como um dos sinais dos limites do *approche* walraso-thüneniano.

plano urbano seria, portanto, um meio pouco eficiente de alocação dos indivíduos e atividades nos espaços *vis-à-vis* da liberdade do mercado. A nosso ver, essas conclusões são tributárias da inter-relação entre as hipóteses de representação naturalizante do espaço de Thünen e da racionalidade paramétrica dos mo-

delos walrasianos. Propomos, pois, uma breve apresentação de um problema de decisão de localização residencial quando temos interdependência das funções de utilidade, para verificar se os atributos de unicidade, estabilidade e eficiência do equilíbrio espacial fundado no *trade off* entre acessibilidade e espaço se mantêm.

Figura 1 - O equilíbrio urbano e as densidades residenciais



Uma breve variação beckeriana sobre a representação do espaço

A síntese espacial neoclássica tem como critério alocativo básico em seu modelo de equilíbrio de localização o *trade off* entre acessibilidade e espaço cuja manifestação ao nível da função contínua da representação do espaço (hipótese de Thünen). Mesmo nos modelos de externalidade e multinucleados da nova economia urbana neoclássica, a repre-

sentação canônica dos modelos de base é mantida⁹. A identidade entre o equilíbrio espacial, produto do processo de equilibragem walraso-thüneniano, e a ordem espacial (distribuição espacial das famílias com recursos diferentes em círculos concêntricos, curvas de verticalidade e densidade descendentes do centro para a periferia etc.) é resultado da função de

⁹ Ver, por exemplo, Fujita (1994).

utilidade contínua e, portanto, da escolha segundo o critério do *trade off* entre acessibilidade e espaço.

Entretanto, basta introduzirmos alguns elementos de interdependência nas funções de utilidade dos indivíduos que participam do processo de equilíbrio espacial para verificarmos as dificuldades da representação thüneniana do espaço. Tomemos, por exemplo, as argumentações da economia do casamento e do capital humano de Becker, para verificarmos até que ponto o critério do *trade off* entre acessibilidade e espaço determina a escolha de localização das unidades familiares. Começamos pela economia do casamento em que o princípio de manutenção (contrato) do casal é a maximização das funções de utilidade de cada um dos cônjuges.

Segundo a síntese neoclássica, a escolha de localização do casal obedeceria ao critério do *trade off* do chefe da família (agente representativo)¹⁰. Assim, a localização escolhida seria a que maximizasse a função de utilidade $U(q, t)$, dadas as preferências por espaço e acessibilidade em função da renda familiar. Supondo que a renda do casal seja superior à que cada um dos cônjuges tinha antes do casamento, a escolha da localização de equilíbrio do casal tenderá a se deslocar para a periferia, *vis-à-vis* de suas escolhas de solteiros¹¹. Entretanto, segundo

o argumento de Becker, a manutenção do casal depende da interdependência e complementaridade das funções de utilidade de cada um dos cônjuges. Isso significa que a escolha de uma localização mais distante do CBD realizada pelo marido pode induzir a um decréscimo do grau de satisfação de sua esposa (menor tempo de lazer e/ou convívio comum, maior despesa em custos de transporte etc.) que eventualmente pode pôr em cheque o contrato de casamento que os une. Aqui, a perda de utilidade do marido com um rompimento do contrato de casamento (divórcio) pode ser superior aos ganhos com a localização ótima, segundo o princípio do *trade off* da síntese neoclássica. Nesse caso o casal tenderia a escolher uma localização que aumentasse a complementaridade de suas funções de utilidade para fortalecer seus laços (contrato) matrimoniais. A escolha locacional não seria mais comandada pelo *trade off* da síntese espacial, mas sobretudo por uma busca de um "lugar romântico" que maximizasse os ganhos de utilidade em viver como cônjuges. Da mesma maneira, o casal pode tomar uma decisão de localização que leve em consideração uma dimensão intertemporal, isto é, que leve em consideração a velhice, em que os ganhos monetários com a interdependência das funções de utilidade sejam compensados pelo aspecto de segurança de envelhecer juntos e/ou em

¹⁰ Para uma discussão sobre o problema de agregação das funções de utilidade no interior da unidade familiar (chefe ditatorial, altruísmo etc.), ver Abramo (1994).

¹¹ A partir de exercícios de estática comparativa, os modelos de base econômica urbana neoclássica concluem que a elevação dos recursos iniciais conduz a uma rotação para a direita da curva de renda ofertada, revelando, portanto, uma preferência por espaço em detrimento de acessibilidade.

que disporiam de mais tempo de convívio. Nesse caso, em que se levam em consideração o ciclo de vida dos indivíduos e o contrato de casamento, as eventuais perdas com a escolha da localização no presente (segundo o critério do *trade off* entre acessibilidade e espaço) seriam compensadas pelos ganhos de utilidade futura.

Enfim, haveria uma infinidade de situações que poderiam ser interpretadas pelas funções de localização como um meio de investir no contrato de casamento. A decisão de localização não seria uma decisão de alocação ótima em si, mas, de fato, um meio de que as famílias lançam mão para aumentar seus lucros familiares, a partir das interdependências de suas funções de utilidade. Nesses casos, a representação do espaço não mais seria uma representação à thüneniana e estaria subordinada às características particulares da interdependência das utilidades de cada contrato de casamento. A escolha seria determinada, assim, por uma busca de um “lugar romântico” que garantisse e maximizasse o contrato de casamento em termos intertemporais.

Ainda utilizando a argumentação de Becker, podemos imaginar uma outra situação em que a decisão de localização se transforma em um meio de investimento familiar; por exemplo, aquela em que os chefes de família formulam suas decisões de localização segundo critério

de investimento em capital humano de seus filhos. Para tal, supomos que as famílias se distinguem segundo seus níveis de renda. Nesse caso, o resultado do processo de equilibragem walraso-thüneniano é a emergência de uma ordem espacial segmentada segundo os níveis de renda familiar, como podemos ver na Figura 1. O critério de escolha de localização eficiente dos chefes de família foi o *trade off* entre acessibilidade-espaço. Entretanto, podemos imaginar que alguns chefes de família podem formular suas decisões de localização residencial pensando na formação futura de seus filhos (capital humano). Eles imaginam que, independentemente da formação escolar, as possibilidades futuras dos seus filhos dependem das “relações de vizinhança” e dos laços de conhecimento e amizade que essas relações permitam estabelecer. De fato, esses atributos podem-se constituir em um verdadeiro capital humano para seus filhos no futuro¹². Os chefes de família podem supor que esse capital humano potencial seria superior nas localizações onde seus filhos estabeleceriam relações de vizinhança com filhos de famílias de nível superior. Assim, o chefe de família pode formular sua decisão de localização em termos intertemporais objetivando maximizar o *surplus* familiar através do investimento em capital humano de seus filhos. Nesse caso, a escolha não seria mais ditada pelo critério de *trade off* tradicional da síntese espacial neoclássica, mas sobretudo pela busca de uma exter-

¹² Basta imaginar um mercado de trabalho com forte assimetria informacional para concluirmos que uma “rede” de relações de conhecimento e amizade acumulados durante a infância pode reduzir significativamente os custos de busca de emprego e/ou pesar positivamente nas relações de confiança (contratos) entre empregadores e empregados.

nalidade de vizinhança (famílias com renda superior). O cálculo do chefe de família seria o de compensar as perdas de utilidades no curto prazo (critério do *trade off*) pelos ganhos esperados, dado o capital humano de seus filhos advindo das relações de vizinhança. É importante sublinhar que esse chefe de família supõe que os outros chefes de família tomam suas decisões segundo o critério de localização da síntese neoclássica, pois só assim ele poderia tomar uma “decisão oportunista” em que se é beneficiado pela externalidade produzida pela inter-relação entre as famílias de renda superior sem com ela contribuir.

Como no caso do casal beckeriano, o chefe de família utiliza uma decisão de localização como um meio de investimento na função de produção familiar. O critério do *trade off* da síntese é substituído por uma busca de externalidade de vizinhança de nível de renda superior. A representação do espaço para esse chefe de família não seria redutível às hipóteses de Thünen de distância e custo de deslocamento. Esse chefe de família formula sua escolha a partir de efeitos espaciais produzidos pela interdependência das decisões de localização e sua decisão procura maximizar, em termos intertemporais, a função de produção familiar a partir do efeito de externalidade de vizinhança (*ex post*) criado pelo processo de equilibragem espacial. É fácil perceber que a decisão oportunista desse chefe de família envolve um cálculo de antecipação dos ganhos esperados com capital humano de seus filhos (caráter intertemporal das escolhas beckerianas), mas ela exige também um exercício de

antecipação espacial, pois o chefe de família deve antecipar a localização da externalidade de vizinhança que permitiria maximizar o investimento em capital humano de seus filhos.

Temos, portanto, que a transformação da decisão de localização em um meio de investimento na função de produção beckeriana das famílias faz emergir um problema novo, qual seja: a incerteza urbana. No caso da decisão oportunista do chefe de família, a incerteza urbana é evidente, dado que o efeito de localização desejado (externalidade de vizinhança) é o produto *ex post* das decisões dos outros participantes do mercado de localização. A solução corrente dos modelos de síntese espacial neoclássica é a de subordinar a emergência de externalidade ao critério do *trade off* entre acessibilidade e espaço, impondo uma racionalidade paramétrica aos participantes do mercado de localização. Ao impor a hipótese de racionalidade paramétrica, a síntese neoclássica afasta o problema de percepção da virtualidade de decisões oportunistas e, portanto, dos eventuais ganhos e reações que elas poderiam criar. Em termos de formulação das decisões de localização das famílias, as decisões oportunistas introduzem elementos de interação estratégica no cálculo de localização e alteram de forma significativa os resultados do processo de equilibragem walraso-thüneniano. Para exemplificar as dificuldades com que a síntese espacial se depara quando interações estratégicas são introduzidas no processo de equilibragem espacial, propomos o exercício de substituir a hipótese de racionalidade paramétrica do modelo de aversão racista.

O modelo da cidade racista de Rose-Ackerman e a interação estratégica

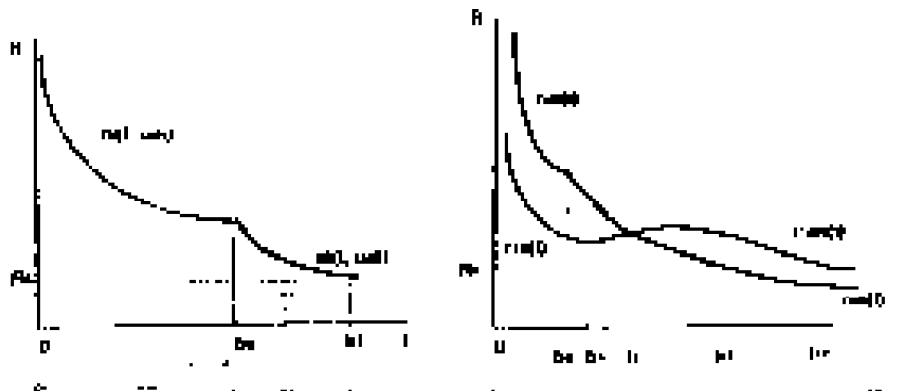
Podemos tomar o modelo da cidade racista de Rose-Ackerman¹³ como a interpretação canônica da síntese neoclássica para o papel das externalidades de vizinhança no processo de equilibragem pelo mercado e seus efeitos na estrutura intra-urbana¹⁴. Para avaliar essas alterações, Rose-Ackerman apresenta o resultado de um processo de equilibragem espacial em que os brancos não são racistas e o compara com os resultados do equilíbrio espacial em que os brancos têm aversão aos negros. Para tal, o modelo supõe que os brancos têm um nível de renda superior ao dos negros. Segundo os resultados da síntese neoclássica, os brancos-ricos não-racistas (B) teriam preferência por espaço e tenderiam a apresentar uma curva de intenções de pagamento de rendas em função da distância ao CBD ($r_0B(t)$), menos inclinada que a oferecida pelos negros-pobres ($r_0N(t)$), tendo em vista que estes últimos tendem a ter uma preferência por acessibilidade. Como podemos visualizar na Figura 2a, o resultado do processo de equilibragem configura uma ordem residencial urbana em que os negros se localizariam próximo ao centro, enquanto os brancos tenderiam a se localizar mais distante do CBD. A fronteira entre a zona ocupada

pelos negros e a zona das famílias brancas não-racistas é dada pela interseção das curvas de intenção de pagamento de renda dos brancos e negros, isto é, o ponto (b_0); o limite urbano da cidade é dado pelo ponto onde a curva de oferta de renda dos brancos corta a da renda ofertada pelos agricultores. A configuração da ordem espacial pode ser identificada como a de uma cidade segregada: uma zona homogênea de negros ao centro e uma zona homogênea de brancos que tende a se localizar em direção à periferia. Essa estrutura interurbana seria o resultado da concorrência espacial (coordenação do mercado de localização) e representa o equilíbrio espacial mais eficiente em termos alocativos, dadas as preferências e os recursos orçamentários dos agentes. Essa configuração de uma ordem urbana segregacionista entre brancos e negros, entretanto, não reflete nenhum preconceito racial; é resultado das hipóteses sobre as dotações de recursos entre os participantes do mercado de localização. A pergunta formulada por Rose-Ackerman refere-se às possíveis modificações na estrutura intra-urbana quando os brancos-ricos manifestarem uma aversão racista em relação aos negros-pobres.

¹³ Rose-Ackerman (1975, 1977).

¹⁴ O modelo de cidade racista é uma forma extrema de introduzir uma dimensão não-econômica na formulação de decisões de localização. No caso brasileiro, podemos substituir o critério de “aversão aos negros” e imaginar que os ricos têm “aversão aos pobres”; suas funções de utilidade teriam uma variável de externalidade positiva dada pela proximidade de famílias ricas; ver Abramo (1994).

Figura 2. Comparação entre os equilíbrios espaciais de uma cidade racista e uma não-racista.



A aversão dos brancos em relação aos negros reflete-se em termos da escolha de localização, pela preferência de se localizar entre famílias brancas. Assim, o efeito de aglomeração entre brancos é visto como uma externalidade positiva para essas famílias, enquanto as famílias negras seriam (por definição) indiferentes à localização das outras famílias (sejam brancas ou negras). A função de utilidade dos brancos racistas (BR) seria, portanto, $u_{BR}(z, q, E(t-b))$, onde E é variável de externalidade que cresce em função da distância $t-b$, e a dos negros continua ser $u_N(z, q)$. Em relação ao equilíbrio espacial de negros e brancos não-racistas, é razoável supor que os brancos racistas estariam dispostos a oferecer uma renda superior para se distanciarem da zona de negros: nas localizações fronteiriças à zona dos negros, os brancos racistas ofereceriam uma renda superior à esperada em uma ordem espacial sem aversão racista.

Assim, a curva de renda oferecida pelos brancos apresenta uma tendência de crescimento à medida que se distancia da fronteira entre negros e brancos. Quando a distância começa a representar um custo de deslocamento significativo, a curva tende a retornar ao perfil tradicional de curva de renda oferecida da síntese walraso-thüneniana. Como podemos ver na Figura 2b, o desejo dos brancos racistas de se afastarem da fronteira com os negros reduz a demanda de localização branca nessa área fronteira e, conseqüentemente, reduz uma intenção de pagamento de renda inferior nas proximidades da fronteira negros-brancos. Duas alterações importantes podem ser vislumbradas: a primeira é o deslocamento para baixo da curva de oferta de renda dos negros ($r_0N(t)$); a segunda indica que, apesar de a curva de renda oferecida pelos brancos racistas apresentar uma inflexão, ela também se desloca para baixo,

pois os brancos racistas que se localizam perto da fronteira são “recompensados” pela perda de utilidade de estarem próximos aos negros com uma queda no pagamento de rendas. Essas alterações nas curvas de ofertas de renda modificam substantivamente a estrutura intra-urbana. A primeira modificação que podemos ver como resultado do equilíbrio da cidade racista é que os gastos dos negros com localização (renda fundiária) serão inferiores aos desembolsados em ordem espacial, onde os brancos não têm aversão racista¹⁵. Portanto, a ordem espacial racista para uma mesma localização permite um ganho de utilidade aos negros ($r_0N > r_1N$). Da mesma maneira, o deslocamento da curva de intenções de pagamento de renda dos brancos racistas (r_1BR) para baixo redefine o ponto de fronteira entre as zonas dos negros e brancos racistas. O processo de equilibragem espacial faz emergir uma nova fronteira negros-brancos (b) que será mais distante do CBD. Portanto, na cidade racista, os negros se localizam em uma área superior à de uma ordem espacial sem aversão racista. Dado que a população negra não se alterou, a densidade na zona dos negros diminui quando a aversão racista dos brancos se manifesta nos resultados da concorrência espacial. Esses dois resultados, queda dos preços da terra para as famílias negras e diminuição da densidade na zona negra, permitem a Rose-Ackerman concluir que a estrutura intra-urbana de uma cidade racista (ordem eficiente) produz

uma elevação do nível de utilidade das famílias negras ($u_0N < u_1N$). De forma caricatural, teríamos algo como uma correção (econômica), por interferência da “mão divina” do mercado, dos “pecados” (morais) da alma humana.

No modelo de Rose-Ackerman, os negros seriam indiferentes às escolhas dos brancos racistas. As famílias negras tomam suas decisões a partir da sacrosanta miopia da racionalidade paramétrica: dadas as curvas de indiferença de localização a partir do *trade off* entre acessibilidade e espaço, a curva de restrição orçamentária definiria a localização de equilíbrio que maximizasse a função de utilidade dos negros. Os agentes tomam suas decisões de localização sem levar em consideração as escolhas dos outros participantes do mercado nem tampouco os resultados do processo de equilibragem espacial. Entretanto, podemos imaginar um processo de equilibragem espacial ortodoxo, em que a racionalidade do cálculo econômico dos agentes leve em consideração a interdependência das funções de utilidade dos participantes do mercado. Assim, os negros podem ter em conta a aversão dos brancos racistas e antecipar as conseqüências das preferências de externalidade de vizinhança dos brancos racistas na estrutura intra-urbana (redução dos preços e das densidades residenciais para as famílias negras); isto é, eles não formulariam suas decisões de localização de forma míope como nos modelos da síntese espacial

¹⁵ Um dos resultados clássicos da síntese walraso-thüneniana é o que diz que equilíbrios de localização em curvas de oferta de renda mais baixas produzem um nível de satisfação superior; Alonso (1964) e Fujita (1989).

neoclássica. As famílias negras, ao questionarem-se sobre as conseqüências futuras das decisões dos brancos racistas e as eventuais modificações que essas decisões possam ocasionar em seus níveis de utilidade, passam a realizar um cálculo de localização cuja dimensão "estratégica" seria um elemento determinante na formulação das suas decisões. A interdependência das funções de utilidade leva os agentes a incorporar em seus cálculos as virtuais escolhas dos outros participantes do mercado de localização e suas conseqüências no novo equilíbrio (ordem) espacial. Aqui a hipótese de racionalidade paramétrica é substituída por uma racionalidade estratégica cujas escolhas são interdependentes e exigem um exercício cognitivo: antecipar as possibilidades de escolha dos outros participantes do mercado¹⁶.

A título ilustrativo, podemos supor que as famílias negras da cidade racista de Rose-Ackerman formulam suas decisões de localização a partir de uma racionalidade estratégica. Nesse caso, os negros podem antecipar que os brancos têm aversão racista e que tal característica conduz à emergência de uma ordem espacial (cidade racista) em que os preços e densidades são inferiores na zona de ocupação negra¹⁷. Ao antecipar os resultados da equilibragem walraso-thüneniana de Rose-Ackerman, os negros podem adotar um comportamento "expansionista". Isto é, antecipando a aver-

são dos brancos, os negros declaram uma intenção de residir em uma localização que virtualmente seria ocupada por famílias brancas (curva de oferta de renda superior a r_0). A princípio essa declaração seria "irracional" segundo os critérios da racionalidade paramétrica. Porém, supondo que os negros antecipam a reação dos brancos racistas (reação à proximidade dos negros), cujo resultado é um deslocamento para baixo das curvas de intenção de pagamento de renda dos brancos racistas e, portanto, uma tendência de queda dos preços e densidades na zona dos negros, a estratégia "expansionista" dos negros, que poderia ser interpretada como irracional para os modelos canônicos da síntese espacial ortodoxa, transforma-se de fato na estratégia de decisão de localização que maximizaria suas funções de utilidade.

Entretanto, podemos imaginar que os brancos racistas podem especular sobre as intenções (estratégicas) de localização dos negros e, conseqüentemente, adotar estratégias de localização diferentes segundo suas antecipações sobre a escolha dos negros. Nesse ambiente de tomadas de decisões em que brancos racistas e negros formulam suas decisões de localização antecipando as eventuais decisões de decisão uns dos outros, configura-se um quadro de antecipações cruzadas cujas conseqüências no processo de equilibragem espacial são substan-

¹⁶ Para uma discussão da dimensão cognitiva da racionalidade estratégica, ver Walliser (1993).

¹⁷ Os negros formulam seus planos a partir de uma relação de causa e conseqüência de suas decisões, considerando a mesma relação de causalidade das decisões dos outros agentes. Para Walliser (1985, p. 39-40), esta seria uma definição minimal de uma racionalidade estratégica.

cialmente diferentes daquelas propostas pela síntese walraso-thüneniana. A fim de visualizarmos o processo de interação estratégica dos negros e brancos racistas, a partir da cidade racista de Rose-Ackerman, podemos fazer uso da apresentação estilizada proposta pela teoria dos jogos. Segundo a tradição da teoria dos jogos, devemos sempre começar por uma descrição dos participantes da “confrontação do mercado”, de seus objetivos e conhecimentos e, enfim, das regras do jogo¹⁸. Os participantes do jogo (equilibragem espacial) da cidade racista são as famílias negras e os brancos racistas. Como cada um dos participantes do mercado de localização deseja maximizar suas funções-objetivo, podemos dizer que temos um jogo não-cooperativo, isto é, cada um procurará maximizar suas satisfações (utilidades) julgando as decisões possíveis dos outros jogadores, sem levar em consideração a mediação de uma eventual “instituição” que poderia conduzir a uma solução de interesse comum¹⁹. No caso da cidade racista neoclássica, supomos que os negros podem ter estratégias “expansionistas” e que os brancos podem reagir a essas tentativas de expansão, caracterizando, assim, um ambiente de confrontação (via mercado) nas escolhas de localização. Estilizando de uma forma simples o “ambiente estratégico” de tomadas de decisões de localização, podemos supor que cada “tipo” de família (de brancos e de negros) pode optar seja por um comportamento passivo, ou pacífico,

(P), isto é, resignar-se a aceitar a configuração espacial do equilíbrio paramétrico da cidade racista, seja por um comportamento agressivo, (A), em relação às alterações na estrutura espacial devidas à existência da aversão racial.

O passo seguinte é o de atribuir os valores (utilidades) correspondentes a cada uma das escolhas possíveis dos brancos e negros em função dos comportamentos estratégicos que eles pensam assumir, e portanto, da configuração espacial resultante das suas escolhas. Assim, quando negros e brancos adotam estratégias passivas, a ordem espacial será a do equilíbrio paramétrico do modelo de Rose-Ackerman. Nesse caso, podemos supor que as utilidades sejam nulas (0) para os dois tipos de agentes. Entretanto, quando os negros escolhem uma estratégia agressiva (A), isto é, expansionista, e os brancos, uma estratégia passiva (P), os primeiros se aproveitarão dos efeitos espaciais da aversão racial, enquanto os segundos terão uma redução dos seus níveis de satisfação em termos de equilíbrio paramétrico. Podemos supor que os negros têm uma utilidade de dois (2), enquanto os brancos teriam menos cinco (-5). O caso simétrico será aquele em que os brancos adotam a estratégia (A) e os negros, a estratégia (P). Enfim, podemos imaginar uma situação em que os brancos e os negros adotam a estratégia (A). Nesse caso, supomos que a redução de utilidade será menos um (-1) para os dois tipos de família.

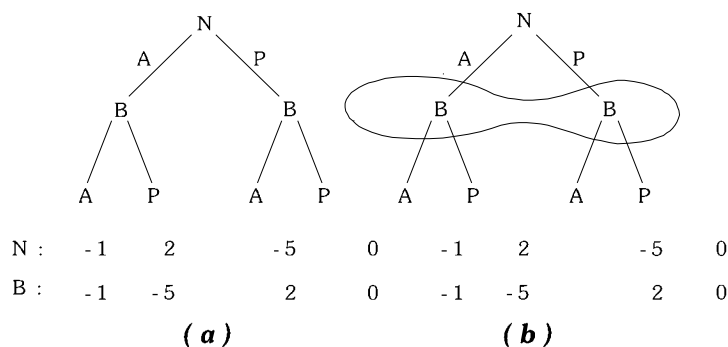
¹⁸ As regras de um jogo descrevem o que cada jogador pode fazer e quando pode fazer, assim como as perdas e lucros associados a cada decisão. Para uma apresentação das noções de base, ver Shubik (1982) e Rasmusen (1990); e para os jogos dinâmicos, Tirole (1983).

¹⁹ Harrington (1989, p. 178).

Dado que a situação de interação estratégica da cidade racista é uma situação de conflito, propomos apresentá-la sob sua forma extensiva²⁰. Na Figura 3a, supomos que o segundo jogador (os brancos) conhece a escolha do primeiro (os negros); temos, portanto, um jogo em que a informação é perfeita. Quando um dos jogadores ignora a escolha do outro, temos um jogo em que a informação é imperfeita (Figura 3b). Como sabemos, a apresentação de um jogo sob sua

forma extensiva impõe o problema do primeiro a jogar²¹. Para solucionar esse problema, podemos utilizar como referência o modelo de Schelling e supor que os negros tendem a assumir uma atividade “oportunista” e, portanto, se precipitam em formular suas intenções de localização²². Assim, contrariamente ao jogo de xadrez, os negros seriam os primeiros a jogar, como podemos ver na árvore de Kuhn (Figura 3).

Figura 3 - Árvore de Kuhn



Em situações de interação estratégica em que os jogadores buscam maximizar seus próprios interesses, como se acabou de descrever, os teóricos de

jogos propõem “conceitos de solução” para resolver essas situações. Sem dúvida, o mais influente e utilizado é o conceito de equilíbrio de Nash²³. Além disso,

²⁰ Van Damme (1989, p. 139), “the most general model used to describe conflict situations is the extensive form model, which specifies in detail the dynamic evolution of each situation and thus provides an exact description of ‘who knows what when’ and ‘what is the consequence of which’.”

²¹ A apresentação de um jogo sob a formação normal ou estratégica elimina esse problema. Entretanto, como nos diz Shubik (1982, p. 77), a forma estratégica implica a perda de informações sobre a estrutura do jogo.

²² Schelling (1971, 1978). Para justificar esse procedimento, ver Abramo (1994).

²³ Segundo a apresentação de Kreps (1990, p. 404), “a Nash equilibrium is a strategy profile in which each player’s part is as good a response to what the others are meant to do as any other strategy available to that player”. Do ponto de vista matemático, o equilíbrio de Nash é um ponto fixo; para uma apresentação formal, ver Tirole (1985, p. 117).

o equilíbrio de Nash adapta-se particularmente bem a situações de conflito²⁴ como no caso da cidade racista. Assim, supondo que a informação seja perfeita (Figura 3a), temos quatro combinações de estratégias possíveis: os negros e brancos são agressivos (A, A); os negros são passivos e os brancos agressivos (P, A); os negros são agressivos e os brancos são passivos (A, P); ambos são passivos (A, A). De acordo com os valores (utilidades) que atribuímos a cada uma das estratégias, podemos concluir que a combinação das estratégias (P, P) seria a mais proveitosa para os negros e brancos. Podemos, portanto, perguntar se essa combinação é um equilíbrio de Nash.

Partindo do pressuposto que os participantes do mercado de localização escolhem a estratégia que maximize seu interesse próprio, podemos ver (Figura 3a) que quando os negros escolhem uma estratégia passiva (P), os brancos tendem a utilizar uma estratégia agressiva (A), pois assim eles teriam um nível de utilidade superior (2), enquanto o comportamento passivo lhes daria uma utilidade nula (0). A combinação (P, A) não seria, portanto, um caso de equilíbrio de Nash, pois se os negros antecipam que os brancos tendem a escolher uma estratégia agressiva, eles reformulam suas estratégias e adotarão um comportamento agressivo (P, P). No caso inverso, isto é, de os negros escolherem um comportamento agressivo, os bran-

cos evitam adotar um comportamento passivo, tendo em vista que esse lhes daria uma satisfação de -5, enquanto a atitude agressiva permitiria ter uma utilidade de -1. Enfim, somente a combinação (A, A) constitui um equilíbrio de Nash, pois, uma vez que cada jogador conhece as estratégias do outro e escolhe seu comportamento procurando maximizar seu interesse pessoal, a estratégia agressiva é a única solução que evita a revisão das escolhas dos participantes do mercado.

Entretanto, o equilíbrio de Nash (A, A) da cidade racista não é o equilíbrio eficiente, pois a combinação (P, P) permite um grau de satisfação superior para os participantes da equilibragem espacial. Isto é, o equilíbrio de Nash do jogo da cidade racista é subótimo. O mercado de localização não seria, assim, o mecanismo de coordenação eficiente que o discurso walraso-thüneniano tende a afirmar. Para garantir o equilíbrio eficiente (P, P) seria necessária a intervenção de um "terceiro" que não participe da confrontação do mercado e que conduza os agentes ao equilíbrio eficiente com a consequente perda de liberdade de ação no mercado. A identidade entre a liberdade de ação no mercado e a eficiência alocativa do livre jogo de mercado é comprometida quando introduzimos uma dimensão de interação estratégica entre os agentes do mercado de localização; um dos resultados clássicos da equilibragem walrasiana (eficiência do equilíbrio geral) é posto em

²⁴ Moreaux (1988, p. 15): "il s'agit bien (o equilíbrio de Nash) d'un concept adapté aux jeux non coopératifs puisque chaque joueur choisit sa stratégie en fonction de son seul intérêt personnel en considérant comme données les stratégies des autres joueurs. Il n'y a pas de coordination des joueurs pour améliorer leurs gains".

xeque quando os agentes adotam uma racionalidade estratégica.

Esse resultado é, sem dúvida, embaraçoso para a tradição ortodoxa walrasiana. Podemos, portanto, indagar se, em um quadro de interação estratégica com informação imperfeita, o equilíbrio de Nash seria também ótimo. Na Figura 3b, supomos que os brancos escolhem suas estratégias sem conhecer o comportamento escolhido pelos negros. Apesar do desconhecimento da estratégia adotada pelos negros, os brancos podem formular suas hipóteses sobre o comportamento estratégico que permite a maximização de suas satisfações. Por exemplo, se os brancos antecipam que os negros adotam uma estratégia passiva, os brancos terão interesse de adotar uma estratégia do tipo "ataque surpresa", pois ao escolherem um comportamento agressivo eles teriam um ganho de 2, enquanto sua utilidade seria nula se adotassem um comportamento passivo. No caso em que os negros decidem por uma estratégia agressiva, os brancos optam também por uma estratégia agressiva (-1 será sempre melhor do que -5). Portanto, os brancos escolhem sempre a estratégia (A), independentemente da escolha dos negros. Segundo os termos correntes da teoria dos jogos, os brancos têm uma "estratégia dominante": adotar um comportamento agressivo seja qual for a estratégia escolhida pelos negros. Invertendo o raciocínio, e portanto pondo os negros diante de uma escolha de informação imperfeita, chegaremos à conclusão de que os

negros terão sempre interesse em escolher uma estratégia agressiva (estratégia dominante). Assim o equilíbrio estável será o mesmo do jogo com informação perfeita: combinação das estratégias (A, A). De fato, quando negros e brancos escolhem suas estratégias a fim de maximizar seus interesses pessoais, e conhecedores da eventualidade de "ataques surpresa", o único equilíbrio estável é o equilíbrio de Nash. Entretanto, esse equilíbrio não é eficiente em termos do ótimo de Pareto. Aqui temos o que normalmente é chamado de "dilema do prisioneiro": "para um jogador que não está seguro quanto às intenções pacíficas de seu parceiro, o uso da estratégia agressiva se impõe em nome dos interesses individuais, mas o interesse comum decerto recomenda que se faça de tudo para atingir a paz."²⁵ Em razão de a estratégia dominante induzir cada um dos participantes do mercado de localização a ter um comportamento agressivo e insensível ao interesse comum, o equilíbrio que se impõe é um equilíbrio não-cooperativo e subótimo. A única maneira de recuperar a eficiência do equilíbrio (ótimo) é impor a renúncia a todo comportamento oportunista (ataque surpresa) que, do ponto de vista individual de cada participante do processo de equilibragem especial, seria sua decisão ótima. O paradoxo de uma racionalidade individual maximizadora que conduz a uma ordem (agregada) não-eficiente (ótima) revela os limites do mercado de localização como "o" mecanismo de coordenação espacial.

²⁵ Moulin (1981, p. 6-7).

Conclusão: das fissuras da ordem ortodoxa a uma problemática da incerteza urbana

A imagem otimista proposta pela síntese walraso-thüneniana de um processo de equilíbrio espacial em que a liberdade de escolha de localização dos indivíduos faz emergir uma ordem espacial única e eficiente encontra seus pontos de fissura. Nosso caminho foi o de perseguir essas fissuras da ordem espacial ortodoxa sem sair do campo de argumentação teórico neoclássico. Nosso primeiro movimento foi o de recuperar a argumentação do autor que propõe a colonização das ciências sociais pelo discurso da economia (Gary Becker) para sinalizar que a decisão de localização pode, eventualmente, transformar-se em um verdadeiro meio de investimento familiar. Sua utilização em escolhas intertemporais pode servir para maximizar a complementaridade das funções de utilidade de um contrato de casamento ou permitir que um chefe de família tome a decisão oportunista cujo objetivo é o de possibilitar que seus filhos se beneficiem das externalidades de vizinhança de famílias de renda superior. Nos dois casos, a decisão de localização é tomada a partir de uma representação do espaço definida pela estratégia de maximizar o "lucro familiar". A interdependência das funções de utilidade da família permite visualizar os limites de uma representação do espaço naturali-

zante (critério do *trade off* entre acessibilidade e espaço). Assim, a representação econômica do espaço passa a ser plural e, sobretudo, produto das decisões *ex post* dos participantes do mercado de localização. Aqui, a dimensão da coordenação espacial pelo mercado torna-se crítica, pois os tomadores de decisão de localização devem antecipar os efeitos de localização dos outros participantes do mercado. O problema de coordenação espacial torna-se mais crítico quando temos interação estratégica entre os participantes do mercado de localização. Nos parágrafos anteriores, utilizamos o caso da cidade racista neoclássica de Rose-Ackerman para sublinhar as dificuldades da equilíbrio espacial quando os agentes formulam suas decisões a partir de uma racionalidade estratégica. Utilizando o dilema do prisioneiro para caracterizar os comportamentos oportunistas dos negros e brancos da cidade racista da síntese neoclássica, chegamos a uma ordem urbana (equilíbrio) subótima. Poderíamos, por exemplo, utilizar o paradoxo da cadeia de lojas de Selten²⁶ e as propostas de solução de Kreps-Wilson²⁷ para ver que a introdução de perturbações em termos informacionais (incerteza) pode conduzir à emergência de equilíbrios espaciais por reputação²⁸. Essa possibilidade de uma

²⁶ Selten (1978).

²⁷ Kreps-Wilson (1982).

²⁸ Em Abramo (1994), utilizamos o conceito de equilíbrio seqüencial e de reputação de Kreps-Wilson para analisar o equilíbrio espacial de uma cidade racista.

crença permitir a coordenação das decisões espaciais abre caminho a uma “economia das antecipações” urbanas e a uma leitura da estrutura urbana a partir de uma problemática da incerteza urbana. Acreditamos que a ruptura da relação auto-referencial entre as hipóteses de Thünen sobre a representação do espaço e a racionalidade paramétrica proposta pela síntese walraso-thüneniana e sua problematização em termos de interdependência das decisões de locali-

zação é um primeiro passo para a proposição de uma leitura heterodoxa da economia urbana. Uma economia das antecipações urbanas faz emergir a dimensão crucial do tempo em uma análise sobre a coordenação espacial e a estruturação urbana e, a nosso ver, deixa entrever a possibilidade da conceitualização da noção de incerteza urbana radical e de um projeto de leitura pós-Keynesiano da economia urbana.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, P. *Le marché, l'ordre-désordre et la coordination spatiale: l'incertitude et la convention urbaine*. Thèse de Doctorat. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1994.
- ALONSO, W. *Location and land use*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1964.
- _____. "A theory of urban land market". In: Edel et Rothenberg (eds), 1972.
- ANAS, A. "A probabilist approach to the structure of rental housing market". *Journal of Urban Economics*, 7, 225-247, 1980a.
- ASAMI, Y., FUJITA, M., SMITH, T. E. "On the foundations of land use theory: discrete versus continuous populations". *Regional Science and Urban Economics*, 20, 473-508, 1990.
- _____. "Reply to Comments by Berliant". *Regional Science and Urban Economics*, 21, 647-648, 1991.
- AUMANN, R. "Game theory". In: Eatwell, Milgate et Newman (eds), 1989.
- BECKER, G. "A theory of the allocation of time", *Economic Journal*, 1965.
- _____. *The economic approach to human behavior*. Chicago: Chicago Univ. Press, 1976a.
- _____. "Altruism, egoism and genetic fitness: economics land sociobiology". *Journal of Economic Literature*, 1976b.
- _____. *Treatise on the Family*. Harvard, Harvard Univ. Press, 1981.
- BERLIANT, M. "Equilibrium models with land: a criticism and an alternative". *Regional Science and Urban Economics*, 15, 325-340, 1985.
- _____. "Comments on: 'On the foundations of land use theory: discrete versus continuous populations' by Asami, Fujita and Srnith". *Regional Science and Urban Economics*, 21, 639-645, 1991.
- BERLIANT, M., TEN RAA, T. "A foundation of location theory: consumer preferences and demand". *Journal of Economics Theory*, 44, 336-353, 1988.
- CASETTI, E. "Equilibrium land values and population density in a urban setting". *Economic Geography*, 47, 16-20, 1971.
- DAMME, E. VAN. "Extensive form games". In: Eatwell, Milgate et Newman (eds) 1989.
- D'Autume, A. "Théorie des Jeux et Marché". *Cahiers d'Économie Politique*, 20-21, 155-165, 1992.
- DESALVO, J. S. "Urban household behav-

- ior in a model completely centralized employment". *Journal of Urban Economics*, 4, 1-14, 1977.
- DUPUY, J.-P. "Common Knowledge et sens commun". *Revue Economique*, 2, 361-400, 1989.
- ELSTER, J. *Le labourier et ses enfants: deux essais sur les limites de la rationalité*. Paris: ed. de Minuit, 1987.
- FRAYSSE, J. "Jeux répétés". In: GREMAQ: *Dynamique, information incomplète et stratégies industrielles*. Paris: Economica, 1988.
- FUJITA, M. "Existence and uniqueness of equilibrium and optimal land use: boundary rent curve approach". *Regional Science and Urban Economics*, 15, 295-324, 1985.
- _____. *Urban economic theory: land use and city size*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1989.
- FUJITA, M., SMITH, T. "Existence of continuous residential land use equilibria". *Regional Science and Urban Economics*, 17, 549-594, 1987.
- FUJITA, M., SMITH, T., ASAMI, Y. "On the foundations of land use theory". *Regional Science and Urban Economics*, 20, 473-508, 1990.
- GUERRIEN, B. *Concurrence, flexibilité, stabilité; fondements théoriques de la notion de flexibilité*. Paris: Economica, 1989.
- HARRINGTON, J. "Non-cooperative games". In: Eatwell, Milgate et Newman (eds), 1989.
- HARRISON, J., KREPS, D. "Speculative investor behavior in a stock market with heterogeneous expectations". *Quarterly Journal of Economics*, 2, 323-336, 1987.
- KREGEL, J. "Economic methodology in the face of uncertainty: the modeling methods of Keynes and the post-keynesians". *The Economic Journal*, 86, 209-225, 1976.
- KREPS, D. "Nash equilibrium". In: Eatwell, Milgate et Newman (eds), 1989.
- _____. *A Course in Microeconomic Theory*. New York: Harvester Heatsheaf, 1990.
- KREPS, D., WILSON, R. "Reputation and imperfect information". *Journal of Economic Theory*, 27, 253-279, 1982a.
- _____. "Sequential equilibrium". *Econometrica*, 50, 863-894, 1982b.
- MACDONALD, J. "Capital-land substitution in urban housing: a survey of empirical estimative". *Journal of Urban Economics*, 9, 190-211, 1981.
- MILLS, E. S. *Urban economics*. Glenview, IL: Scott Foresman, 1972a.
- _____. *Studies in the structure of*

- the urban economy*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 1972b.
- MONGIN, P. "Modèle rationnel ou modèle économique de la rationalité". *Revue Economique*, jan. 1984..
- MORAUX, M. "Forme normale et équilibre de Nash" et "Forme Extensive et Équilibre de Nash parfait". In: GREMAQ. *Dynamique, information incomplète et stratégies industrielles*. Paris: Economica, 1988.
- MOULIN, H. *Théorie des jeux pour l'économie et la politique*. Paris: Hermann, 1981.
- MUTH, R. *Cities and Housing*. University of Chicago Press, 1969.
- _____. "Models of land use, housing, and rent: an evaluation". *Journal of Regional Science*, 25, 593-606, 1985.
- PAPAGEORGIOU, G. J., PINES, D. "The logical foundations of urban economics are consistent". *Journal of Economics Theory*, 50, 37-53, 1990.
- RASMUSEN, E. *Games and information: an introduction to game theory*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- ROSE-ACKERMAN, S. "Racism and urban structure", *Journal of Urban Economics*, 2, 85-103, 1975.
- _____. "The political economy of a racist housing market". *Journal of Urban Economics*, 4, 150-169, 1977.
- SHELLING, T. "Models of segregations". *American Economic Review*, 488-493, 1969.
- _____. *Micromotives and Macrobehavior*, 1978. [Tradução francesa. *La tyrannie des petites décisions*. Paris: PUF, 1980].
- SELTEN, R. "The chain-store paradox", *Theory and Decision*, 9(2), 127-159, 1977.
- SHUBIK, M. "Cooperative games". In: Eatwell, Milgate et Newman (eds), 1989.
- _____. *Game theory in the social science*. Cambridge: Mass. MIT Press, 1982.
- SUTTON, J. "Non-cooperative bargaining theory: an introduction". *Review of Economic Studies*, 53, 709-724, 1986.
- TIOLE, J. "Jeux dynamiques: un guide de l'utilisateur". *Revue d'Economie Politique*, 1983.
- _____. *Concurrence Imparfaite*. Paris: Economica, 1985.
- _____. *The theory of industrial organization*. Cambridge: Mass: MIT Press, 1988.
- Turnbull, G. "The pure theory of household location: an axiomatic approach". *Journal of Regional Science*, 30, 549-562, 1990.

VARIAN, H. *Microeconomic analysis*. New York: Norton, 1984.

WALLISER, B. "Rationalité instrumentale et rationalité cognitive". *Journées d'études du CAESAR*, 1er et 2 oct. Univ. Nanterre, 1992. Mimeo.

WHEATON, W. C. "A comparative static analysis of urban spatial structure". *Journal of Economic Theory*, 9, 223-237, 1974.

_____. "A bid rent approach to housing demand". *Journal of Urban Economic*, 4, 200-217, 1977.

WINGO, L. *Transportation and urban land*. Washington, DC: Resources for the Future, 1961.

(Recebido para publicação em dezembro de 1999)

Pedro Abramo é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ

Pesquisas

Cidades-modelo: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo?

Fernanda Sánchez e Rosa Moura

(...) construí na minha mente um modelo de cidade do qual extrair todas as cidades possíveis – disse Kublai. – Ele contém tudo o que vai de acordo com as normas. Uma vez que as cidades que existem se afastam da norma em diferentes graus, basta prever as exceções à regra e calcular as combinações mais prováveis.

– Eu também imaginei um modelo de cidade do qual extraio todas as outras – respondeu Marco. – É uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contra-sensos. Se uma cidade assim é o que há de mais improvável, diminuindo o número de elementos anormais aumenta a probabilidade de que a cidade realmente exista. Portanto, basta subtrair as exceções ao meu modelo e em qualquer direção que eu vá sempre me encontrarei diante de uma cidade que, apesar de sempre por causa das exceções, existe. Mas não posso conduzir a minha operação além de um certo limite: obteria cidades verossímeis demais para serem verdadeiras.

(Calvino, 1990, p. 67)

A construção da cidade-modelo

Como pontos luminosos no mundo, um conjunto eleito de cidades é qualificado como modelo – qualidade constituída a partir de elementos urbanísticos, de práticas de gestão ou das chamadas soluções criativas para problemas urbanos.

Dois exemplos de políticas engendradas em cidades bem distintas, mas que guardam fortes semelhanças quando traduzidas em modelos, permitem pôr em discussão os principais conteúdos dessa condição observada na esfera da circulação simbólica em escala mundial. Efetivamente, as políticas urbanas de Curitiba e Cingapura reproduzem uma seqüência de padrões e orientam-se, através do *city marketing*, para ações voltadas à conquista e à manutenção da marca de cidades-modelo. Tais padrões, embora apresentados como condições intrínsecas dos lugares, resultam fortemente do atendimento aos requisitos internacionais de atratividade, mediante os quais as cidades globalizadas captam investimentos. Sorkin, referindo-se a essa adaptação técnica e política do espaço social a um modelo urbano, diz que a nova cidade tem o poder de não simplesmente desviar-se das tradicionais cenas de urbanidade, mas de cooptá-las, para relegá-las a meras interseções numa malha global (Sorkin, 1992).

A despeito da enorme diferença entre as cidades concretas, a similaridade das suas imagens construídas emerge no plano analítico. O enfrentamento desse apenas aparente paradoxo define nossas

questões centrais: por que no atual momento histórico as políticas urbanas com origem em cidades tão distintas produzem “modelos” semelhantes e, diante disso, quais são e o que refletem os padrões dominantes de sucesso?

Um modo de ver o mundo, uma leitura da cidade

Algumas cidades, como Curitiba e Cingapura, mostram ter alcançado o *status* de cidades-modelo, a julgar por suas imagens internacionais, provenientes, sobretudo, da retórica oficial de seus governos e coalisões empresariais assim como da notoriedade que lhes conferem os organismos internacionais, as agências multilaterais e as chamadas “redes mundiais de cidades”. Para compreender a dinâmica de construção e difusão desse padrão irradiador, que confere legitimidade internacional a determinados projetos de cidade, é preciso situar-se no atual contexto da globalização da economia e da mundialização da cultura. Mais do que resultado natural da consagração desses projetos, a elevação de uma cidade à condição de “modelo” obedece a articulações políticas renovadas de atores envolvidos em processos de reestruturação do espaço urbano e de reorganização das formas e sentidos do poder nas cidades.

Os discursos associados ao chamado “pensamento único” e ao consenso minimizam as diferenças e os conflitos exis-

tentes. Eles impõem um modo de ver o mundo e moldam as condições para a ação dos grupos locais. A tentativa de modelização conduz a uma hegemonia desencarnada e desterritorializada, permitindo um desvendamento mais pleno dos denominados “impulsos globais”, que, para Ribeiro (1999), designam a nova ação hegemônica na escala-mundo. Essa ação, conduzida pelo discurso da flexibilidade e pela correlata idealização da técnica, expressa o teor dessa nova modernização.

É notável a difusão da idéia dominante de que a globalização é um processo inexorável de acirrada disputa e de que, a partir do local, podem ser descobertas as possibilidades de inserção competitiva¹. Nessa visão, as políticas públicas poderiam capacitar as cidades para a competição interurbana, de modo a torná-las atrativas aos investimentos internacionais. Numa leitura crítica, pode-se afirmar que “o embate que caracteriza o mundo contemporâneo se manifesta na própria cidade, compreendida como arena de interesses antagônicos. As políticas urbanas voltadas para a inserção competitiva da cidade constroem uma relação entre o local e o global conforme lógicas que são de interesse de grupos dominantes.” (Novais e Leal, 1999, p. 1)

Embora a circulação da noção de cidade-modelo tenha eficácia política e social considerável no mundo atual,

dada sua notável aceitação, ou, como expressa Lefebvre ao se referir aos paradigmas, dado “seu poder mágico de metamorfosear o obscuro em transparência” (1998, p. 39), sua construção está intrinsecamente ligada a representações e idéias. Enquanto tal, portanto, obedece à visão de mundo daqueles que, ao se imporem como atores dominantes nos processos de produção do espaço, passam também a ocupar posição privilegiada para dar conteúdo ao discurso sobre o espaço.

Com aparência universal e consagrada, a construção dos modelos passa, porém, pelo reconhecimento de um determinado projeto de cidade, em confronto com outros projetos locais. Emergem também, no campo da luta simbólica, determinados atores que postulam a legitimidade para caracterizar as chamadas “boas práticas”, freqüentemente elencadas como referência forte dos modelos.

Nesse campo constroem-se também canais de interlocução apropriados e de difusão técnica e política eficientes para a aprovação ampliada dos modelos, num movimento permanente de reprodução e reafirmação de patamares já conquistados. A inserção em “redes de cidades”, a organização de grandes eventos de caráter internacional e a outorga de premiações e destaques por parte das agências multilaterais evidenciam os fluxos comunicativos eleitos

¹ Swyngedouw identifica o fortalecimento das escalas global e local e a redução da importância de outras – regional, nacional – como parte da nova estratégia discursiva dominante. Em sua interpretação, as escalas não são um dado pronto e objetivo da nova geografia do mundo, mas sim uma construção política com arranjos cambiantes (Swyngedouw, 1997, p. 141).

como os mais apropriados para a circulação e a irradiação dos modelos.

A imagem como estratégia de internacionalidade

As articulações lógicas que sustentam o discurso das cidades-modelo sinalizam o sentido daquilo que se pretende legitimar, apresentando as cidades eleitas como as que conseguiram um esquema de funcionamento, um desenho organizativo, uma “maneira de fazer” que outras cidades gostariam de imitar.

Trata-se, no mais das vezes, da apresentação das mesmas como “cidades internacionais” – noção-síntese que emerge tanto nos discursos oficiais, na imprensa, como nos trabalhos acadêmicos (Benach e Sánchez, 1999). O fato de aparecerem, efetivamente, como cidades-modelo é o maior prêmio ao qual aspiram os gestores dos seus respectivos projetos, o reconhecimento definitivo, na escala internacional, das suas estratégias de cidade. Conseguida já a admiração e o reconhecimento, torna-se necessário cobrir a distância entre a admiração e a efetiva reprodução. Tratando-se do prestígio internacional de uma cidade, ser apenas admirada ou reconhecida é diferente de ser verdadeiramente imitada. A medida do sucesso também passam a ser as solicitações para

importar sua “experiência”, para comprar seu *know-how*.

Essa aparente intangibilidade que caracteriza a cidade-modelo provém de uma imagem construída, de uma estratégia a mais na elaboração de uma imagem de cidade inserida no mundo, internacional. Em outras palavras, “a construção de uma cidade modelo é, por si mesma, uma estratégia de internacionalidade” (Benach e Sánchez, 1999, p. 40).

A internacionalização formulada como necessidade inelutável apóia-se em boa parte em representações de internacionalidade mais do que em fatos. Frequentemente se confunde a aspiração ou o objetivo com a própria realidade. Para efeitos de análise, essa confusão mostra a relevância da imagem para que, efetivamente, esta acabe por transformar-se em realidade – exemplo de quanto as representações do espaço têm capacidade efetiva de influenciar as práticas espaciais.

Tudo o que é realizado na cidade e que pode ser identificado com sua projeção internacional contribui bastante para facilitar sua aceitação por parte dos cidadãos. A opinião do estrangeiro chega a ser transformada em medida da qualidade dos projetos². Trata-se, em definitivo, de proporcionar mais uma lei-

² Como exemplo está o caso da exposição do urbanismo de Curitiba em Nova York, durante a qual foi posta em circulação uma linha de ônibus urbano chamada de “ligeirinho”, com suas respectivas “estações-tubo”, com *design* futurista. O paradoxo é que a imprensa local, em Curitiba, destacava o fato dizendo que “agora também o Primeiro Mundo copia as idéias curitibanas”, dando a entender que o sistema de transportes curitibano começaria a circular definitivamente em Manhattan. O “ligeirinho” foi também levado à Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Habitat II, em Istambul, em 1996.

tura positiva da modernização e, ademais, por um juiz supostamente imparcial e qualificado. Mas as mudanças estruturais necessárias para adaptar as cidades às novas exigências do contexto internacional, sob pressão dos grupos do capital internacional com interesses localizados, requerem enormes custos, os quais, ao serem assumidos pelas administrações públicas, são socializados. Para legitimar tais custos, a modernização urbanística internacionalizante se fará acompanhar da busca de coesão social, do sentido de comunidade. Assim, como observa Harvey (1997), a conexão entre forma espacial e processo social é aqui feita por meio da relação entre *design* arquitetônico e uma certa ideologia de comunidade. Desse modo, o novo urbanismo estrutura grande parte de seu poder retórico e político através do apelo nostálgico à “comunidade” como panacéia para os males sociais, econômicos e urbanos.

As várias faces dos modelos

Os modelos têm alcançado diversos âmbitos para lançar-se no mercado internacional: modelo em soluções urbanísticas de transporte, em programas ambientais de eficiência energética, em preservação de áreas verdes e reciclagem de resíduos, na capacidade de organizar megaeventos ou em planejamento estratégico.³

Mais recentemente, os projetos estritamente físico-urbanísticos que permitem a formatação de “modelos” abrem espaço para que uma gama de ações e práticas de gestão passe a ser objeto de reprodução por outras cidades, assim como de premiações internacionais. Na Conferência Mundial sobre Cidades-Modelo, realizada em Cingapura, em abril de 1999, prevaleceu a noção de cidade-modelo, muito mais como resultante do exercício da gestão urbana voltada a “otimizar a competitividade priorizando os interesses coletivos”, que resultante de intervenções urbanísticas notórias (Moura, 1999).

Na classificação de cidade-modelo, os expositores apontaram as seguintes condições: a) preparo para a vida em comunidade, com a requalificação do desenho urbano e a universalização dos serviços; b) garantia da mobilidade e da acessibilidade a partir de sistemas públicos de transportes de massa; c) uso e ocupação do solo mesclados a uma variada estrutura funcional; d) valorização da atratividade urbana a partir da identidade e qualidade ambiental; e) existência de uma base econômica sustentável; f) organização funcional e tecnológica para a realização de negócios; g) capacidade de articulação e troca de práticas inovadoras com outras cidades e comunidades; h) participação comunitária nas decisões; i) parcerias entre o setor públi-

³ Para estes dois últimos âmbitos, é exemplar a forma como foi trabalhado o “modelo Barcelona”, a partir da exportação de *know-how* diante do sucesso na organização da Olimpíada Barcelona 92, assim como da difusão do seu modelo de planejamento estratégico, com forte orientação para o mercado latino-americano e visível repercussão nos governos locais do Brasil. Ver Benach e Sánchez, 1999.

co e o privado; j) planejamento contínuo e transparência na gestão.⁴

O conjunto de procedimentos elencados em foros internacionais como esse sintetiza e, ao mesmo tempo, molda as condições necessárias ao que é atualmente considerado uma “cidade competitiva e dinâmica” capaz de sustentar o desenvolvimento numa economia global.

O processo de transformação de uma cidade em modelo supõe tempo e estratégia atualizadora. Não basta uma primeira enunciação para a definitiva consagração. Nesse processo, nenhuma oportunidade deixa de ser aproveitada para reforçar o modo como a cidade está sendo “falada”, “nomeada”, “visitada” e, sobretudo, “imitada” em todas as partes. São ocasiões para insuflar orgulho nos cidadãos, para rentabilizar politicamente as conquistas. Ao mesmo tempo, representam momentos preciosos para, literalmente, “vender” o modelo, exportá-lo a outras cidades. As “soluções urbanas” passam a valer não necessariamente por suas qualidades intrínsecas mas pelo seu lugar de origem. A cidade se torna um produto, uma marca ela mesma, como destaca Koolhaas (1995) ao referir-se ao modelo-Barce-

lona: “às vezes uma antiga e singular cidade, como Barcelona, através da super-simplificação de sua identidade, torna-se Genérica, transparente, como uma logomarca”.

A noção de “modelo”, em sua mais corrente acepção, sugere sua reproduzibilidade: objeto digno de ser reproduzido por imitação. Ora, efetivamente, essa noção, quando associada às cidades, está submetida à lógica das “best practices”, que, em muitos casos, passam a integrar os documentos oficiais das agências multilaterais de desenvolvimento, indicando procedimentos, maneiras de ser, lições e até mesmo “decálogos”⁵ que incitam a repetição por parte dos governos locais.

No plano da análise, o que parece ser mais inconsistente é justamente essa sugerida virtualidade, essa descolagem das “boas práticas” da textura social de que elas surgiram. De fato, condições singulares relativas a tempo e espaço⁶ são, para efeitos do discurso, irrelevantes e, por consequência, desconsideradas. As “lições” podem ser transportadas. Uma ideologia simplificadora que reforça a tecnificação do espaço urbano, redutora da sua dimensão política. Como afirma Ribeiro, “a fixação em modelos externos colabora para ocultar os inte-

⁴ Os trabalhos apresentados nessa conferência internacional constituem-se em importante referência acerca da agenda urbana hegemônica. Ver Moura, 1999.

⁵ Ver, por exemplo, a publicação “Barcelona: um modelo de transformação urbana - 1980-1995”, Nações Unidas e Banco Mundial, destinada às cidades latino-americanas, em que são expostas as “lições da cidade” assim qualificadas no prólogo. Ver, também, Castells e Borja, “Local y Global”, 1997. Este último documento contém, literalmente, um “decálogo para administradores urbanos”.

⁶ Tempo e espaço como categorias do acontecer no lugar vinculado à política e às relações sociais que dão conteúdo e possibilidade histórica às práticas.

resses envolvidos nas ondas modernizadoras e para postergar o exame da orquestração entre tempos sociais que caracteriza a vida social" (1998, p. 108).

Por outro lado, a tecnificação contida na difusão de boas práticas reforça a codificação da eficácia, do desempenho e do sucesso que levam mais à conduta racional adequada às imposições da reestruturação produtiva do que propriamente à transformação social.

Sustentabilidade urbana como pressuposto comum

Quase sempre associada à noção de "cidade-modelo", encontra-se a noção de "cidade sustentável". Pode-se dizer que, de modo recorrente, uma evoca a outra na atual agenda urbana. Longe de configurar um sentido objetivo e consensualmente aceito, a noção de "cidade sustentável" compreende diferentes conteúdos e práticas a reivindicar seu nome (Acselrad, 1999).

Cada uma das chamadas "boas práticas", no que se refere à sustentabilidade, inscreve-se nos quadros de um projeto urbano, fundado em um aparente saber objetivo sobre fluxos e parâmetros. Nota-se, nesses casos, o recorrente acionamento de uma base técnica para apresentar e legitimar indicadores de qualidade de vida ou de sustentabilidade urbana: metros quadrados de área verde por habitante, toneladas de lixo reciclado, quilômetros de ciclovias. É sobretudo o recurso à técnica que distingue as boas práticas das

ruins. Como anteparo da política – das relações sociais capazes de erigir o modelo –, objetivam-se as representações e constroem-se esquemas ordenadores da vida urbana e demarcadores da ordem que se intenciona impor.

As práticas que se pretendem portadoras de sustentabilidade articulam, sobretudo, argumentos da eficácia ecoenergética e da qualidade de vida. Permeia tais modelos uma representação tecnomaterial da problemática e das soluções para as cidades. Atribui-se ao planejamento urbano, entre outras coisas, o papel de minimizador da degradação energética através do desenvolvimento de tecnologias voltadas para a reciclagem e para a despoluição. A trajetória evolutiva rumo à eficiência ecológica conjuga projetos de mudança técnica urbana e programas de educação ambiental, voltados à ampliação da chamada "consciência ecológica". Com efeito, nesses projetos de cidade verifica-se uma nítida despolitização da questão ambiental, uma recusa do reconhecimento de conflitos entre meio ambiente e economia.

Outra noção estruturadora do discurso da sustentabilidade, amplamente transformada em recurso da modelização, é a de "qualidade de vida" – expressa na incorporação social de práticas orientadas à pureza ambiental, no exercício da cidadania, no cultivo ao patrimônio cultural, assim como nas medidas de eficiência e equidade das políticas urbanas (Acselrad, 1999). Os governos locais lutam por ostentar os melhores indicadores e as melhores posições nos

rankings de cidades. “Qualidade de vida” passa a ser uma noção introjetada no cotidiano, até mesmo no imaginário dos moradores mais despossuídos ou postos à margem do projeto modernizador.

Esse padrão discursivo projeta na “cidade sustentável” alguns dos atributos capazes de inseri-la no contexto da com-

petitividade global: requalificar o ambiente urbano para realçar a atratividade, inspirar orgulho nos moradores e, principalmente, ganhar confiança dos potenciais investidores. As próprias imagens de marca das cidades são produzidas para reforçar o modelo de sustentabilidade: “Cidade Jardim” para Cingapura e “Capital Ecológica” para Curitiba.

Imagens de marca

Cingapura	Curitiba
Cidade modelo	Cidade modelo
Cidade sustentável	Cidade sustentável
Cidade planejada	Cidade planejada
<i>Global city</i>	Cidade de Primeiro Mundo
Cidade jardim	Capital ecológica
Cidade equatorial de excelência	Capital brasileira da qualidade de vida
Cidade multiétnica: <i>where the world comes together</i>	Curitiba de todas as gentes
Cidade de alta tecnologia	Cidade saudável
<i>New Asia Singapore</i>	O Brasil urbano que deu certo

Na escala local, entretanto, os projetos apresentam singularidades por questões tanto de ordem da compreensão fragmentada das relações sociedade/ambiente quanto de ordem geopolítica. No caso de Cingapura, a soberania nacional e a sobrevivência da ilha impõem estratégias ambientais otimizadoras de recursos, o que faz com que se respeitem os princípios e pressupostos do discurso ecológico ali construído, enquanto no de Curitiba, afloram discontinuidades mais visíveis entre princípios ambientais e estratégias de ação com vistas à sustentabilidade.

Para o caso de Cingapura, além dos já implementados projetos de recuperação ambiental e otimização do uso dos recursos naturais, também a densa paisagem amenizadora do clima e da urbanização compõe, com os demais elementos, a construção da imagem de “Cidade Jardim”. No projeto, entretanto, são evidentes a perda dos elementos naturais no paisagismo urbano e a pequena capacidade de preservação de habitats e da biodiversidade (Kiat, 1999).

No modelo-Curitiba, a imagem de “Capital Ecológica” incorpora elementos

de programas ambientais de reciclagem de lixo, criação e expansão de áreas verdes e de parques urbanos temáticos ou parques étnicos, além do investimento em programas de educação ambiental. O fundamento ecológico da ação planejadora foi questionado, entretanto, quando das audiências públicas sobre o impacto ambiental dos novos distritos industriais destinados ao parque automotivo, instalado hoje sobre áreas de mananciais. A “atualização da legislação” que viabilizou essa atividade, transgredindo a disciplina ambiental, foi justificada mediante a perspectiva da oferta de emprego, também questionável dado o tipo de tecnologia empregado.

Efetivamente, “cidades sustentáveis”, “preservação da qualidade de vida” e “eficiência ecoambiental” são

noções presentes no conjunto das políticas urbanas, nos pactos e acordos entre agentes, ou no conteúdo atribuído à “boa governança” relacionada com os projetos de desenvolvimento econômico. Os dois modelos em foco – Curitiba e Cingapura – reproduzem de modo paradigmático e reforçam o que Pugh (1996) indica como macrotendência: a economia política dominante fornece as pautas para as relações mercado-estado na cidade, incorporando, como estruturadoras, as noções de governança e de sustentabilidade.

O ambientalismo parece assim definitivamente incluído na agenda do liberalismo de final de século, como mostra a internacionalização desses modelos pelas agências multilaterais como as Nações Unidas e o Banco Mundial.

Modelos: onde se sustentam, onde se rompem

A intenção manifesta de participação no projeto de internacionalização da economia implica a adequação de práticas e instrumentos de gestão urbana aos preceitos das relações empresariais assim como a adaptação técnica das cidades. São reconhecidas, nesse âmbito, a função econômica e política das práticas culturais bem como a influência exercida pelas tecnologias de comunicação e informação na configuração das cidades-modelo. Isso se traduz na definição e na permanente reciclagem de estratégias que assegurem poder de convencimento, aceitação e baixa capaci-

dade crítica da população envolvida, bem como criatividade para atração da atenção externa. A orientação política para produzir o efeito modernizante fornece pautas para uma economia orientada a atividades de ponta, como a geração de tecnologia e do conhecimento, ou a atividades de um terciário complexo. O *marketing* de cidade também é instrumental ao processo de reestruturação econômica.

Vasta literatura apresenta os modelos em foco como se esculpido basicamente por voluntarismos visionários dos

governos locais, revestindo muitas vezes suas principais lideranças de um poder quase mítico.

O suporte econômico e institucional

Em Cingapura, a indústria eletroeletrônica foi implantada como decorrência da expansão do capital japonês, passando a compor uma divisão vertical e horizontal do trabalho com a Malásia, a Tailândia e as Filipinas. Porém, é o setor financeiro que firma o país no mapa da internacionalização do capital, revelando-se decisivo ao desenvolvimento da região. “Em 1971, o governo iniciou o *Asian Dollar Bond Market*. Sua localização vantajosa e seu papel de intermediário financeiro e cambial num período marcado por drásticas mudanças macroeconômicas e nos preços relativos dificilmente podem ser exagerados nas explanações sobre o ‘milagre’ asiático”. (Medeiros, 1997, p. 313)

Para Sassen, pesaram na consolidação de Cingapura o forte impulso das estratégias descentralizadoras da produção industrial norte-americana, em busca de novos mercados, assim como os incentivos fiscais, infra-estruturais e de mão-de-obra de baixo custo. Hoje, consolida-se como centro regional secundário, reproduzindo em outra escala o papel desempenhado por Nova York, Londres e Tóquio, em escala mundial (Sassen, 1996, p. 41).

Acionada como modelo para países em desenvolvimento, Cingapura é alçada

como exemplo no que se refere à “administração urbana” e à “governança” e também referenciada pelos elevados padrões de qualidade da infra-estrutura física, por inovações na oferta de habitação, no provimento de áreas verdes, na gestão do trânsito e na eficiência de seus serviços públicos, elementos que, ordenados, constroem a imagem de “Cidade Equatorial de Excelência”. Chamamos a atenção para o poder evocador dessa imagem-síntese. Longe de ser casual, ela define o campo no qual a cidade transita como modelo e compete em condições vantajosas: cidades equatoriais, cidades em desenvolvimento.

Curitiba, por sua vez, já nos anos 70, durante o período do governo militar, foi eleita “cidade modelo” pelas instâncias centrais, uma espécie de versão urbana do chamado “milagre brasileiro”, por levar adiante uma modernização urbanística que traduzia na escala local um modelo de planejamento tecnocrático pretendido para os demais centros urbanos do país.

Desde então, as diversas fases da cristalização do projeto, com pouca descontinuidade política, em associação com a imagem de cidade-modelo têm outorgado à administração municipal o papel de exportadora de tecnologias urbanísticas, seja no âmbito dos transportes urbanos, do desenho de espaços públicos, ou, mais recentemente, no da “gestão urbana ambientalmente sustentável”. Com efeito, em diversos lugares do Brasil, os governos municipais tentam copiar as “soluções curitibanas”, e, na escala internacional, periódicos

especializados afirmam que qualquer cidade poderá ser como Curitiba um dia, desde que sejam adotadas as soluções ali implantadas.

Pólo de uma aglomeração metropolitana cuja base econômica se pautou desde os 70 num projeto industrial com atividades da área metalmeccânica, nos anos 90 esse projeto se recicla e se dinamiza com a incorporação de novos segmentos. Quanto à sua inserção territorial, a região de Curitiba encontra-se num dos vetores de desconcentração da atividade econômica do sudeste brasileiro. O novo padrão que surge nos anos 90 deverá estar dominado pelas montadoras de veículos estrangeiras e fornecedores diretos, cuja concretização está apoiada em fortes estímulos fiscais e no reforço à instalação de infra-estrutura.

Seu território é visivelmente segmentado: a destacada "qualidade de vida" e os "elementos urbanísticos inovadores" concentram-se nas áreas centrais e nobres em detrimento de extensa periferia carente, interna e externa ao município. A forte atuação do mercado imobiliário aliada à ação planejadora (Oliveira, 1995), bem como a ausência de programas habitacionais intensivos para a população de baixa renda contribuíram expressivamente para a seletividade da ocupação.

Tanto em Curitiba como em Cingapura, o aporte financeiro, próprio ou mediante contração de empréstimos, para sustentar a capacitação e adequação técnica às exigências de novas atividades, implicou numa política de

benefícios fiscais, financeiros e infra-estruturais fundamentais. Nos dois casos, tais condições foram possíveis a partir de uma estrutura de poder forte, aliada à hábil construção de estratégias comunicativas.

Adaptação técnica da cidade

Ao tomarmos como referência as matrizes discursivas da sustentabilidade urbana, expostas por Acselrad, veremos que os casos de Cingapura e Curitiba aderem a uma representação tecnomaterial da cidade, que "associa a transição para a sustentabilidade à reprodução adaptativa das estruturas urbanas com foco no ajustamento das bases técnicas das cidades, segundo modelos de racionalidade ecoenergética ou de metabolismo urbano." (Acselrad, 1999, p. 82)

A política ambiental de Cingapura, impelida pela escassez de recursos na ilha, adota medidas de monitoramento para proteção, controle e inovação, especialmente quanto ao abastecimento hídrico e à reciclagem de lixo. No entanto, o mais promovido símbolo dessa representação tecnomaterial rumo à sustentabilidade é a despoluição dos rios Cingapura e Kallang Basin, que cortam a cidade. No caso de Curitiba, a adaptação técnica do ambiente é limitada à área político-administrativa do município, a despeito de depender totalmente de recursos naturais situados nos municípios vizinhos. A elogiada criação de parques urbanos é apresentada como a melhor alternativa técnica para conter

o problema crônico das enchentes e das “moradias em áreas inadequadas”.

Em ambas as cidades, a representação técnica da problemática urbana é acompanhada por uma forte preocupação em construir uma base social de apoio, através de campanhas de educação ambiental na tentativa de difundir a “consciência ecológica”. De modo geral, percebe-se um efeito residual dessas campanhas no imaginário da população, que assimila atitudes menos predatórias no que respeita a uma relativa limpeza urbana e à incorporação de frases de efeito do discurso oficial em seu cotidiano.

No processo de tecnificação da cidade, a busca de alternativas energéticas ao transporte – na substituição do individual pelo coletivo – e o controle da circulação oferecem marcas fundamentais à modelagem urbana. Em Curitiba, o sistema implementado de trânsito em via exclusiva para transporte coletivo tornou-se ícone do urbanismo dos anos 70 e das décadas subseqüentes, podendo ser considerado até hoje o elemento principal da consolidação do modelo⁷. Entretanto, Curitiba é hoje uma das cidades com maior índice de motorização e apresenta uma das mais elevadas taxas de acidentes de trânsito do país. No extremo do paradoxo, no que se refere à sustentabilidade, a peça principal da política de atração de investimentos na segunda metade dos anos 90 volta-se

para as montadoras de veículos, orientação contraditória com o discurso da racionalidade ambiental.

Outra orientação que liga o discurso da sustentabilidade à eficiência energética é a redistribuição espacial da população e das atividades com base nos recursos ambientais urbanos. Em Cingapura, essa orientação, entretanto, parece voltada à elevação da “produtividade urbana” valendo-se de padrões urbanísticos que ressuscitam a velha escola racionalista: descentralização através de *new towns* auto-suficientes que articulam a idéia de integração de usos e vida comunitária, uma reprodução atualizada das “unidades de vizinhança” de Le Corbusier. Ao mesmo tempo, as novas ações descentralizadoras propõem uma rede regional que impeça a saturação do *Central Business District* com a criação de novos parques de negócios distribuídos no território (Siew, 1999). Quanto à atividade industrial, a indução de atividades “limpas”, como a da indústria dos eletroeletrônicos, apóia-se na conjuntura internacional favorável. Ações promotoras de novos arranjos territoriais são condições *sine qua non* de adaptação técnica da cidade à reestruturação produtiva.

Em Curitiba e sua região metropolitana, ressalvadas as diferenças com Cingapura quanto à intensidade dos impulsos globais, também o período recente de reestruturação produtiva pres-

⁷ O último relatório do Banco Mundial aponta esse sistema como exemplo de como o planejamento público integrado pode melhorar a acessibilidade com baixo custo, considerando o papel indutor que os eixos estruturais desempenham no crescimento da cidade, o que conseqüentemente permite reduzir o uso do automóvel (*World Bank*, 1999, p. 150).

sionou para a realização de grandes obras de infra-estrutura viária, portuária e aeroportuária, e de adaptações técnicas do território que visassem garantir a eficácia do parque automotivo em formação. Quanto ao reordenamento da atividade industrial, a ação planejadora seleciona atividades “limpas” para a cidade e remete para a área metropolitana as impróprias à qualidade ambiental.

A representação tecnomaterial da cidade informa um determinado ideário relacionado à sustentabilidade e legitima um conjunto de ações voltadas para a sua adaptação aos tempos e espaços da globalização. Se essas representações e ações são adequadas aos que hoje são alçados como modelos de cidade nos circuitos dominantes, tendem a esvaziar, contudo, a dimensão política do espaço urbano e as múltiplas possibilidades de construir alternativas legítimas ao modelo.

A gestão centralizada

Cingapura, diferentemente de Curitiba, que constitui-se num município de um Estado federado, é uma cidade-nação, portanto autônoma no poder de decisão. Após a independência, o modelo *top down* implementado dominou o pensamento político, dirigiu o investimento econômico e comandou um processo de planejamento articulado, cujo princípio fundamental era o de garantir confiabilidade aos investidores e firmar

a cidade no mundo internacional de negócios⁸.

O zoneamento implementado após 1970 rompeu com identidades físico-territoriais e culturais, resultando num abrupto processo de alteração das características originais da cidade e, sobretudo, da efervescência social das ruas. A modernização das áreas centrais, a construção de gigantescos *shopping centers* e, principalmente, a abertura de novas áreas de alimentação (*food courts*) participam do atual modo de reestruturação do espaço: a codificação de lugares globalizados de consumo e circulação visivelmente seletivos. Segundo Smith (1992), nessa limpeza refuncionalizadora, ao refazer-se a geografia da cidade se reescreve sua história social como justificativa para o futuro.

Nesse modo verticalista de planejamento e gestão, há escassos canais democráticos de participação. Entretanto, o discurso dos modelos faz referência à ampla participação cidadã, que, nesse caso, parece falar mais de uma adesão social ao projeto hegemônico, acrítica e reverenciadora, do que propriamente de uma cidadania substantiva. Pensamos, com Vainer (1999a), que o estimulado “patriotismo de cidade” é um componente autoritário do novo modelo. Tanto em Cingapura quanto em Curitiba, as instâncias de participação nos projetos urbanos têm um conteúdo tenuemente consultivo e claramente legitimador das políticas oficiais. O

⁸ Vianna compara o capitalismo *high tech* de Cingapura com seu exacerbado controle político-social. Lembra William Gibson, que diz que o país é uma “Disneylândia com pena de morte” (Vianna, 1999).

influyente envolvimento em instâncias decisórias fica restrito aos atores participantes das coalisões dominantes ligadas aos grandes interesses localizados (Oliveira, 1995).

A política cultural e os simulacros

Embora a difusão do modelo enfatize a importância da diversidade cultural, a criação da *Ethnic Singapore*, uma política de “revitalização de bairros étnicos” como *Chinatown*, *Little India*, *Arabian Street* ou o *Geylong Serai* (bairro malaio), incorpora a estratégia temática no desenvolvimento do turismo e tende a transformar a imagem da cidade em produto de consumo internacional. Os planos de revitalização fazem eco ao projeto de forjar uma nova harmonia nos vínculos sociais. Nesse sentido, Arantes diz que “a cultura vem então em socorro da política para atenuar e dissimular o cumprimento de uma lógica securitária que, sob muitos pontos de vista, pode parecer totalitária” (1995, p. 145).

Efetivamente, a pasteurização das culturas e a “parque-tematização” parecem ser os caminhos mais proveitosos dos programas de renovação urbana contemporâneos, promovendo uma “ordem branca da cultura”, teatros da memória que procuram avançar sobre os enclaves resistentes. Como mostra Cohen (1998), há uma iconografia oficial do multiculturalismo inscrita num mapa narrativo de modernidade, progresso e regeneração urbana, no qual a presença do pobre, do desempregado,

do velho, do criminoso e mesmo de qualquer um que não combine com a imagem dominante do empreendedor economicamente ativo é efetivamente varrida para fora do quadro.

A política cultural oficial dos anos 90 em Curitiba recompõe as várias culturas que participaram do movimento de colonização da região, através de memoriais étnicos na arquitetura urbana associados a novos parques como o Tingui, dos ucranianos, o “Bosque Alemão”, ou o “Bosque do Papa”, dos poloneses. Esses espaços de celebração das etnias e da natureza exaltam, ao mesmo tempo, o próprio projeto de cidade, o modelo. Fabrica-se uma identidade *fake*, portanto sem resistência. Desencadeia-se uma lógica de evocação que mais funciona como uma antimemória coletiva que esconde as marcas do tempo, reprime as metamorfoses do espaço e acarreta uma redução ao idêntico. A política cultural é, de fato, o alibi com o qual se fabrica o espelho que reflete o próprio poder.

Se no mundo contemporâneo tudo é cultural por razões econômicas, os casos analisados parecem reforçar o caráter atribuído ao mercado da cultura e seu papel promotor do turismo e de novas formas de acumulação de capital. No campo das artes, os investimentos em Cingapura se orientam no sentido de construir uma agenda cultural com programação dos grandes fluxos mundiais da cultura em detrimento dos projetos culturais locais. Também em Curitiba desenvolve-se uma política que busca construir a referência de grandes

festivais de teatro anuais que não guardam relação com o lugar.

Essas referências parecem sinalizar uma teatralidade ostensiva do cenário cultural destas cidades-modelo, sintomas de uma civilização do simulacro, que evidencia a lógica cultural do capitalismo avançado (Jameson, 1995).

Eficiência e equidade: as margens do discurso

Para manter o padrão de competitividade há, em ambas as cidades, uma explícita política de atração de trabalhadores qualificados estrangeiros junto com outra, de atração de “talentos das artes e da cultura”. A convivência dessas novas categorias profissionais com grandes segmentos subempregados ou excluídos põe em cheque a eficácia dos modelos, no que se refere ao acirramento do conflito pela inclusão.

Enquanto em Cingapura uma elite de profissionais, em grande parte estrangeiros, assume postos relevantes e compõe um “oásis de talentos”, para garantir sua posição de cidade mais competitiva no *ranking* mundial (Yeoh e Chang, 1999), em Curitiba, os estrangeiros chegam com os novos investimentos, ao mesmo tempo que chegam contingentes expressivos de migrantes pouco qualificados, futuros excluídos do mercado de trabalho. Para os migran-

tes comuns, há em Cingapura uma política regulatória dos fluxos, altamente excludente, enquanto em Curitiba, com a segregação espacial dos novos migrantes de baixa renda, atraídos também pelo *city marketing* que acompanha essa nova fase de reestruturação produtiva, há o aumento de uma pressão latente das periferias.

Na construção dos modelos de cidade há recorrente referência às noções, objetivadas, de “eficiência” e “equidade”. Tanto em Curitiba como em Cingapura, supõe-se que a trajetória evolutiva da “eficiência técnica” na gestão do território conduziria à “equidade” e aos benefícios da urbanização. Para dar legitimidade a essa interpretação, a orquestração de indicadores torna-se fundamental na constituição do rol de atrativos locais.

Para o caso de Cingapura, os indicadores sociais e de qualidade de vida adotados em diversos *rankings* mundiais a incluem entre as cidades com melhor desempenho, o que se soma ao acesso universal aos serviços e a programas intensivos de habitação⁹. Pode-se dizer que o modelo de Estado autoritário “benevolente” proporcionou a base social e espacial local indispensável para o projeto econômico orientado ao sistema global. Entretanto, a ameaça do desemprego, a vida em clandestinidade e o trabalho informal dos migrantes são alheios à universalidade veiculada.

⁹ Os programas de habitação em Cingapura foram desenvolvidos como “política de integração social”, diluidora dos conflitos étnicos dos anos 60. A ordenação espacial regulamenta até a porcentagem máxima de moradores de cada etnia nos blocos de apartamentos. Ver Castells e Borja, 1997, p. 233.

Indicadores favoráveis não eliminam, dessa maneira, as contradições sociais que afloram sob o governo autoritário. Manter a imagem de “Cidade Equatorial de Excelência” implicará em um perfil urbano cada vez mais seletivo. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento adotado expõe a sociedade aos riscos da grande mobilidade do capital.

Na busca do melhor desempenho entre as capitais brasileiras, o governo municipal de Curitiba enfatizou, durante muito tempo, a qualidade de seus indicadores locais, sem referência aos contrastantes indicadores dos municípios periféricos (Ultramar e Moura, 1994)¹⁰ – uma forma de adquirir visibilidade apenas a partir de um fragmento do espaço metropolitano. Qualquer análise que revelasse as desigualdades internas ou as crescentes condições de miséria circundante era sutilmente escondida. Porém, essa imagem depurada foi viável até que indicadores nacionais com ampla divulgação (como por exemplo o Índice de Desenvolvi-

mento Humano) expuseram a real situação da capital paranaense, pior do que a de outras capitais sulinas.

Certamente o modelo de Cingapura apresenta grandes diferenças em relação ao de Curitiba, principalmente pela autonomia local na condução do projeto, pela possibilidade de adequação do arcabouço institucional do Estado aos seus objetivos, pelo maior controle sobre a sociedade e pela base econômica e financeira que lhe garante maior atratividade e recursos. Entretanto, o modelo de Curitiba provavelmente está menos sujeito aos efeitos de futuras crises ou deslocamentos de capitais, já que faz parte de uma realidade nacional mais ampla. As diferenças, ao contrário de fragilizar a argumentação, não fazem mais que fortalecer a percepção das semelhanças dos instrumentos utilizados por ambos os modelos na construção de suas atuais imagens. Com efeito, a convergência de imagens mostra a similitude dos projetos sociopolíticos¹¹.

Elementos comuns nos modelos Cingapura e Curitiba

<p>Cidade-modelo: gestão ambiental, transporte de massa e urbanismo Planejamento centralizado, forte controle social por parte do Estado e da mídia Continuidade administrativa e de implementação do plano Ausência de canais de participação popular legítimos Política urbana “market friendly”</p>
--

continua

¹⁰ Uma série de artigos desses autores contesta o divulgado padrão homogêneo e desenvolve análise da fragmentação territorial da Grande Curitiba.

¹¹ Nessa direção ver, por exemplo, o trabalho realizado dentro do projeto “Made in Barcelona” (madeinbarcelona@yahoo.com) que desenvolve uma consistente crítica cultural às mais recentes versões do “modelo-Barcelona”, base para a preparação do Fórum Universal das Culturas 2004.

— continuação —

Imagem como estratégia local de desenvolvimento
City marketing
 Meio urbano “inovador” e “qualidade de vida”
 Sustentabilidade urbana: “Cidade Jardim” e “Capital Ecológica”
 Dependência externa de recursos naturais
 Construção do senso de pertencimento
 Difusão de modelo de gestão (“boas práticas”)
 Ícones urbanos: elementos paisagísticos e do patrimônio
 Indústria cultural e mídias urbanas: festivais de cinema e de teatro
 Indústria do turismo: multiculturalismo, identidade urbana, paisagem
 Tecnificação urbana: transportes, circulação, indústria ambiental

Modelos e espelhos: algumas conclusões

A cidade ideal da virada de século já está modelada, a julgar pela agenda urbana hegemônica difundida por agências multilaterais, consultores internacionais e governos locais. Sintetiza-se na cidade competitiva, globalizada, conectada, flexível, administrada como empresa, fortemente apoiada em estratégias de *marketing*, apta a aproveitar com agilidade oportunidades e apresentar-se atrativa ao mercado e aos investidores (Vainer, 1999b).

Como modelos internacionais, as cidades bem-sucedidas são as que melhor apresentam essas virtudes em seus projetos de desenvolvimento; aquelas cujas políticas urbanas estão mais *aggiornadas* com esse padrão homogeneizador amplamente difundido. Em última instância, parecem ser as que sucumbem aos encantos da cidade-mercadoria. Compreende-se assim por que políticas urbanas originadas em cidades tão profundamente diferentes podem, no atual

momento histórico, aproximar-se em sua construção discursiva e utilizar-se dos mesmos instrumentos para apresentar-se ao mundo como modelos, para “vender” as cidades.

Efetivamente, a esfera de circulação simbólica desses modelos em escala mundial desempenha funções políticas e econômicas de grande relevância. Nesse processo, observa-se um duplo movimento de legitimação: enquanto as coalisões locais dominantes capturam ideários renovados da agenda urbana global para atualizar seus projetos de cidade, os ideólogos dos organismos internacionais capturam dos projetos locais as “boas práticas”, que, “pasteurizadas”, porque abstraídas de seus contextos, ressurgem em versões despolitizadas.

Alguns nexos e estratégias dos discursos e imagens que têm traduzido as noções mais difundidas do novo paco-

te urbano das cidades-modelo, como desenvolvimento sustentável, modernização tecnológica e produtiva, qualidade de vida, equidade e eficiência no planejamento, parcerias público-privadas, multiculturalismo, memória urbana, renovação de áreas, meio ambiente equilibrado, governança e participação cidadã, permanecem em pauta.

Diante desse conjunto articulado de aparentes virtudes, máculas – nem sempre refletidas e necessariamente à espera de serem desvendadas – persis-

tem em interpelar os modelos: o paraíso utópico da cidade virtual pode revelar-se uma máscara para a especulação e para os grandes empreendimentos, o estimulado civismo urbano pode encobrir o desprezo pela participação substantiva do cidadão, a retórica do multiculturalismo tende a transformar o “outro” em simples imagem, vazia de conteúdo, e a construção da cidade sustentável pode ser a última versão de uma retórica apenas adjetiva, condicionada por um modelo político de exportação.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. "Discursos da sustentabilidade urbana". In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. ANPUR, n. 1, mai. 1999, p. 79-90.
- ARANTES, O. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- BENACH, N., SÁNCHEZ, F. "Políticas urbanas y producción de imágenes de la ciudad contemporánea". In: CARRION, F., WOLLRAD, D. (eds.) *La ciudad, escenario de comunicación*. Equador: FLACSO, 1999.
- CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTELLS, M., BORJA, J. *Local y Global*. Madrid: Taurus, 1997.
- COHEN, P. *In Visible cities. Urban regeneration and the local subject in the era of multicultural capitalism*. Zed Books, 1998.
- HARVEY, D. "The new urbanism and the communitarian trap". In: *Harvard Design Magazine*. Harvard, winter/spring, 1997.
- JAMESON, F. *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado*. Barcelona: Paidós, 1995.
- KIAT, T. W. "Balancing nature, landscape and the city". *World Conference on Model Cities*. Separata. Singapore, abril, 1999.
- KOOLHAS, R. "The generic city". In: KOOLHAS, R., MAU, B. (eds.) *S, M, L, XL - Small, medium, large, extralarge*. New York: O.M.A., 1995.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1998.
- MEDEIROS, C. A. "Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina". In: TAVARES, M. DA C., FIORI, J. L. (org.) *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MOURA, R. *Cidades-modelo e a performance de Cingapura*. Centro Nacional de Referência em Gestão Ambiental Urbana. Curitiba: UNILIVRE, 1999. (<http://www.unilivre.org.br/centro/forum/cingapura.htm>).
- NOVAIS, P., LEAL, F. Chamada para o Seminário "Repensando as Políticas Públicas e a Ação na Cidade". Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro / IPPUR, nov. 1999.
- OLIVEIRA, D. *A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba*. Campinas, 1995. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais, IFCH, Universidade de Campinas – UNICAMP, 1995.
- PUGH, C. (ed.) *Sustainability, the environment and urbanization*. London: Earthscan, 1996.

- RIBEIRO, A. C. T. "Conversando sobre espaço". Texto apresentado no VIII Encontro Nacional da ANPUR, Porto Alegre, mai. 1999.
- _____. "Relações sociedade-estado: elementos do paradigma administrativo". In: *Cadernos IPPUR*, ano XII, n. 2, ago./dez. 1998.
- SASSEN, S. *La ville globale*. Nova York, Londres, Tóquio, Paris: Descartes & Cia, 1996.
- SIEW, T. K. Planning Singapore as a global business hub for the 21st Century. Separata. *World Conference on Model Cities*. Singapore, abril, 1999.
- SMITH, N. "New City: the lower east side as wild, wild west". In: SORKIN, M. (ed.) *Variations on a theme park: the new american city and the end of public space*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1992.
- SORKIN, M. "See you in Disneyland". In: SORKIN, M. (ed.) *Variations on a theme park: the new american city and the end of public space*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1992.
- SWYNGEDOUW, E. "Neither global nor local". In: Cox, Kevin (ed.) *Spaces of Globalization: Reasserting Power of the Local*. New York: The Guilford Press, 1997.
- ULTRAMARI, C., MOURA, R. (org.) *Metrópole. Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: IPARDES, 1994.
- VAINER, C. "Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano". Texto apresentado no VIII Encontro Nacional da ANPUR, Porto Alegre, mai. 1999a.
- _____. Texto de chamada para Encontro Internacional "*Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida – O Desafio para as Cidades do Século XXI*". Porto Alegre: SEPLAN, UFRGS, IPPUR/UFRJ, FAU/USP e *Planners Network*, dez. 1999b.
- VIANNA, H. Cingapura em pedaços. *Folha de São Paulo, Mais!* 18/7/99, p. 5-3.
- WORLD BANK. *World Development Report 1999/2000*. (<http://worldbank.org/wdr/2000/>).
- YEOH, B., CHANG, T. C. "Transnational flows and global cities: recent debates in Singapore". Separata. *World Conference on Model Cities*, Singapore, abril, 1999.

(Recebido para publicação em novembro de 1999)

Fernanda Sánchez é arquiteta, mestre pelo IPPUR/UFRJ e doutoranda em Geografia Humana na USP

Rosa Moura é geógrafa do Centro de Pesquisa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

A Re-significação das Tradições: o Acre entre o rodoviarismo e o socioambientalismo *

Sérgio Costa, Angela Alonso e Sérgio Tomioka

Ainda hoje o Acre é uma “fronteira”. A Transamazônica é o caso fragoroso do fracasso dos projetos viários que prometiam gerar no estado “uma estrutura econômica moderna, destacadamente uma economia rural, em substituição aos sistemas pré-capitalistas característicos das áreas extrativistas da região”¹.

Uma das razões da permanência de biomas hoje mundialmente valorizados foi a insuficiência do rodoviarismo em cumprir suas promessas civilizadoras. Porque as rodovias não chegaram, o estado manteve sua economia extrativista

e seu quinhão de floresta amazônica. Grande parte da sociedade acreana vive ainda do extrativismo e de atividades correlacionadas e segue vendo a estrada de integração como caminho para o desenvolvimento.

Este artigo analisa as peculiaridades da relação meio ambiente/desenvolvimento nesse contexto, enfocando dois conflitos recentes em torno de projetos de expansão viária e os constrangimentos jurídico-políticos e morais que o processo de redemocratização gerou para as atividades ambientalmente deletérias.

* Este artigo é uma versão reduzida do Capítulo 4 de *Modernização Negociada: expansão viária e riscos ambientais no Brasil*, 1999 (prelo), de Sérgio Costa, Angela Alonso e Sérgio Tomioka, que resulta de pesquisa realizada no âmbito de um convênio entre o Cebrap e o Ibama.

¹ Geraldo Mesquita, 1975, p. 15.

O projeto federal para o Acre

A dependência da economia acreana para com o extrativismo vegetal torna os anos 1980 e começo dos anos 1990 particularmente dramáticos para o estado. Além da queda do preço da borracha, nesse período ocorre também a desarticulação do sistema de financiamento e de manutenção das estruturas produtivas gomíferas que tinham minorado antes a tendência de desarticulação da economia da região. Com o fim dos incentivos à produção e da regulação estatal do preço da borracha e a diminuição crescente dos financiamentos à comercialização e produção por meio de bancos estatais², o extrativismo desarticula-se de vez³.

A ambigüidade constitutiva da política federal para a região até o final dos anos 1980 impediu que se revertesse a fragilidade da economia acreana. De um lado, continuou subsidiando a agonizante economia gomífera. De outro, o governo federal pretendia, ao longo dos anos 1970, modernizar inteiramente a economia acreana, incentivando a pecuária extensiva e a extração madeireira⁴, e integrar a região por meio de sua ocupação por colonos e migrantes⁵.

O projeto de construção da infraestrutura viária na Amazônia Ocidental nesse período estava no escopo do que antes definimos como "rodoviarismo"⁶. O rodoviarismo pode ser descrito por três características principais: a ênfase técnica nas rodovias como forma ótima de espacialização do desenvolvimento; a centralidade do Estado no planejamento, administração e execução das obras viárias e a despreocupação com suas conseqüências ambientais. Seu núcleo era a crença na capacidade da rodovia de gerar desenvolvimento. Grandes obras de integração nacional foram realizadas sob essa égide (a Presidente Dutra; a Rio-Bahia; a Belém-Brasília; a Transamazônica), contando com ampla aprovação popular.

No caso da Amazônia Ocidental, a rodovia seria o meio de transformar a região em fronteira de expansão econômica. A BR-364, materialização desse projeto, possibilitou a ocupação de Rondônia, alterando o relacionamento desse estado com outras regiões do país e acelerando o processo de ocupação e exploração da região, além de ter consolidado e povoado suas fronteiras. Era o que se

² Francisco R. S. Castro e Maria E. Santos, 1992, p. 12 e p. 42-44; cf. também AQUIRI, mar./1997, p. 47 ss.

³ Na década de 1970 a expansão da atividade agropecuária teve fortes repercussões sobre a estrutura agrária da região, acarretando, ao mesmo tempo, sérios problemas ambientais. Cf. IBGE/IPEA, 1990, p. 64.

⁴ AQUIRI, *op. cit.*, p. 46 ss.; IBGE/IPEA, *op. cit.*; Mesquita, *op. cit.*, p. 15 ss.

⁵ Cf. IBGE/IPEA, *op. cit.*

⁶ Costa, Alonso e Tomioka, *op. cit.*

visava também para o Acre. O projeto, porém, não chegou a se efetivar⁷.

O projeto do governo federal para a Amazônia Ocidental sofreu profunda inflexão na segunda metade dos anos 1980. A antiga “fronteira de recursos” transforma-se em área de interesse ambiental. Como o Acre tinha grande parte de sua cobertura vegetal intocada, os conflitos entre expansão econômica e preservação ambiental ficaram explícitos ali. O governo federal, desde o final dos anos 1980, propusera vários projetos ambientais para a região. O principal deles, o Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMACI I)⁸, já era produto da reação do movimento ambientalista internacional à pavimentação da BR-364 na região de Rondônia, que denunciava os impactos sociais e ambientais decorrentes. O Banco Mundial fora responsabilizado por ambientalistas de ser o financiador da devastação da Amazônia⁹. O BID exigiu, por isso, garantias de minimização

dos impactos ambientais como condição do financiamento da pavimentação do trecho Porto Velho–Rio Branco¹⁰.

O PMACI I apresentava um cenário explosivo: a pavimentação da rodovia causaria impactos ambientais, sociais e econômicos. O governo federal deveria alterar os parâmetros usados até então para o investimento na região, de modo a compatibilizar desenvolvimento, defesa do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da população.

Em consonância, o governo federal redefiniu suas metas para a região: em vez de apostar na capacidade de produção agropecuária do estado, enfatizou a importância da preservação ambiental¹¹.

O PMACI I expôs, portanto, o compromisso do governo federal de regular e limitar a pressão econômica sobre o ambiente natural do estado¹². Razões geopolíticas e econômicas motivaram

⁷ Cf. IBGE/IPEA, *op. cit.*

⁸ O PMACI I se refere ao entorno da BR-364, no trecho entre Porto Velho e Rio Branco. Posteriormente, foi feito o PMACI II, seguindo a mesma perspectiva, para o outro trecho da mesma rodovia, entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul (que até 1999 ainda não estava totalmente asfaltada). Cabe destacar também o amplo projeto do BNDES para a reserva extrativista do Alto Juruá e para o desenvolvimento comunitário das áreas indígenas circunvizinhas, em 1989 (AQUIRI, *op. cit.*, p. 40-41). Nem o PMACI II nem o projeto do BNDES serão analisados aqui.

⁹ A pavimentação do trecho Cuiabá–Porto Velho da BR-364 era a principal obra do Projeto de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (Polonoeste), que fora financiado pelo Banco Mundial e tinha o intuito de suprir as demandas por infra-estrutura na região de Rondônia e de induzir o desenvolvimento da região. A esse respeito ver John Redwood III, 1993.

¹⁰ Cf. AQUIRI, *op. cit.*, p. 41, e IBGE/IPEA, *op. cit.*

¹¹ Cf. IBGE/IPEA, *op. cit.*

¹² O projeto respondia “às preocupações nacionais e externas quanto à necessidade de um plano para orientar a ocupação da área de influência direta e indireta da rodovia BR-364, tendo em vista controlar ou minorar os impactos decorrentes do seu asfaltamento, previsto para o trecho Porto Velho–Rio Branco (IBGE/IPEA, *op. cit.*, p. 15).

essa nova posição federal em relação à construção da rodovia: o meio ambiente tornara-se uma preocupação internacional e o governo brasileiro ajustava-se a esse cenário. A adoção de medidas ambientais passava a ser imperativa para a obtenção de financiamento externo para quaisquer projetos de infra-estrutura.

A Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) evidencia o cruzamento de duas condicionantes que explicam a alteração no projeto federal: as mudanças advindas do processo de democratização do país

e a entrada na agenda nacional da pauta ambiental já consolidada internacionalmente. O número de ONGs ambientalistas brasileiras cresce exponencialmente às vésperas da conferência¹³. Em paralelo, a pauta ambiental se institucionaliza; surgem instrumentos jurídicos e políticos que limitam as ações ambientalmente danosas¹⁴. Essa conjunção de fatores gerou, no início da década de 1990, ao mesmo tempo a valorização das potencialidades ambientais do Acre e o abandono do projeto rodoviarista do governo federal para o estado.

A construção da identidade socioambiental

O movimento ambientalista se configurou no Acre como um socioambientalismo, isto é, a partir da re-significação dos movimentos sociais locais de defesa dos seringueiros, que passaram a ser chamados "povos da floresta". Sua reivindicação primordial era o direito de posse e exploração (restrita) das florestas pelas comunidades da região. No início, segundo os próprios ambientalistas, não se tratava de ecologia, mas de sobrevivência. "O desmatamento das grandes áreas para a instalação da pecuária representava uma ameaça direta à vida

de milhares de famílias no interior da floresta"¹⁵. Derrubar florestas para fazer pastagens significaria expulsar o seringueiro, o índio, enfim, os "povos da floresta", de sua terra e do seu modo de vida, coagindo-os a ir para as periferias das cidades¹⁶.

A identidade socioambientalista só pôde se constituir porque as comunidades extrativistas que viviam nas florestas foram definidas como intrinsecamente preservacionistas. Esse significado está no próprio termo "povos da floresta",

¹³ A esse respeito ver Leilah Landim, 1993.

¹⁴ De que são exemplos o EIA-Rima e as audiências públicas.

¹⁵ Marina Silva, 1997.

¹⁶ É possível aferir essa posição a partir das entrevistas que realizamos com diferentes setores e tendências do movimento ambientalista local (Costa, Alonso e Tomioka, *op. cit.*). Ver, também, a esse respeito, IBGE/IPEA, *op. cit.*

que apresentava os seringueiros como os fiéis depositários da preservação do meio ambiente. A atividade econômica dessas comunidades era considerada de "baixo impacto ambiental". A partir disso e da suposição de que essas populações teriam um saber tradicional sobre a floresta, argumentava-se que a melhor maneira de mantê-la preservada seria generalizar essa organização social. A redemocratização do país e a entrada em pauta de temas ambientais favoreceram essa sobreposição de sentidos e interesses sociais e ambientais. O próprio processo de elaboração e implementação do PMACI I constituiu um desses momentos de afirmação política da identidade socioambientalista¹⁷.

O PMACI I expressa o ponto de vista "socioambientalista", reconhecendo o caráter social e ambientalmente problemático do projeto de expansão da fronteira econômica do governo federal para a região entre 1970 e 1980. Propunha-se um modelo que transformasse as

populações tradicionais em responsáveis naturais pela preservação ambiental do Acre¹⁸. Nesse sentido, o projeto marca a emergência do socioambientalismo.

A maneira encontrada para garantir ao seringueiro a posse da terra foi a defesa da preservação da floresta. Essa estratégia funda o movimento socioambientalista local. A união do movimento pela posse da terra a setores ambientalistas capazes de articular-se com organizações e instituições ambientalistas nacionais e internacionais permitiu criar um modelo de ocupação territorial que preenchesse os requisitos de preservar a floresta e oferecer condições mínimas de sobrevivência às comunidades que ali viviam.

A principal realização desse modelo foram as reservas extrativistas (Resex), grandes áreas sem demarcação de lotes¹⁹ habitadas por um número definido de famílias que tirariam da extração o seu sustento e, pretendia-se, algum exce-

¹⁷ Do PMACI I, coordenado pelo Ipea/Iplan, participaram diversos órgãos federais e estaduais – Secretaria Especial do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (na época Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O projeto também constituiu um grupo de trabalho executivo com representantes da sociedade civil (GT-PMACI), como Cimi (Conselho Indigenista e Missionário), CPI-Acre (Comissão Pró-Índio), CTA (Centro dos Trabalhadores da Amazônia), CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros) e representantes de órgãos federais e dos Estados de Rondônia, do Acre e do Amazonas (IBGE/IPEA, *op. cit.*, p. 15). Sobre propostas apresentadas pelo CNS e pela UNI (União das Nações Indígenas), incorporadas ao projeto, ver IBGE/IPEA, *op. cit.*, p. 109 ss.

¹⁸ "Ainda hoje a exploração da seringueira nativa permanece estreitamente vinculada à qualidade e às características ambientais (...). Representa não apenas a fonte de sobrevivência mas a expressão cultural da população, expressão que se caracteriza pelas relações que ela mantém com o ambiente [...]. Algumas características da exploração seringueira, como a rarefação da população em virtude da dispersão das espécies e da necessidade de grandes áreas para cada extrator, foram fatores primordiais para o aspecto conservacionista da atividade." (IBGE/IPEA, *op. cit.*, p. 85-86)

¹⁹ Cf. IBGE/IPEA, *op. cit.*

dente. Nessas áreas desenvolver-se-ia “uma economia florestal que fosse moderna, mas que levasse em conta o saber e a cultura das populações locais da Amazônia”²⁰. As reservas extrativistas foram criadas em consonância com as reivindicações do movimento de trabalhadores extrativistas e primeiro instituídas em 1990. Implicavam a desapropriação de grandes áreas de seringais, conferindo aos seringueiros/castanheiros a concessão de uso²¹ dessa terra, de sorte a assegurar a permanência desses produtores “em seu hábitat” e garantir a preservação da floresta²². A forma dessa união entre interesses sociais e ambientais é representada pela figura do habitante da floresta. O discurso ambiental abriu a seringueiros e sindicalistas a possibilidade de mobilização de recursos financeiros e organizacionais antes inexistentes ou inacessíveis. Em pouco tempo já se falava em um “novo modelo de desenvolvimento e [em] buscar aliados, dentro e fora do Brasil”²³.

Dessa superposição originária entre demandas sociais e ambientais, entretanto, também derivam muitas de suas dificuldades posteriores. As fissuras estruturais desse projeto se evidenciam quando a imagem idealizada dos “povos da floresta” como intrinsecamente defensores do meio ambiente se choca com os interesses efetivos desses habitantes. Essa mudança é resumida com precisão por um membro do movimen-

to ambientalista acreano: “A gente dizia que a floresta não podia ser tocada (...). E até hoje dizemos isso. A sociedade civil, o governo federal, o Estado, de um modo geral, estão cobrando isso: ‘Vocês não pediram reserva extrativista?’ Os pecuaristas, as empresas, estão cobrando: ‘Não queriam essas áreas de um milhão de hectares para Chico Mendes? O seringueiro está saindo do mesmo jeito, e vocês diziam que era a pecuária que estava expulsando! E o seringueiro está saindo dali para a periferia das cidades. E aí?’ Nós temos que dar um retorno, uma resposta” (membro da ONG ambientalista A, entrevista).

O próprio funcionamento das reservas extrativistas criaram novas necessidades e reivindicações por parte dos “povos da floresta”. Já tendo assegurado o direito à terra, passaram a exigir melhorias na qualidade de sua vida. Até a segunda metade dos anos 1990, a latente contradição entre a busca por qualidade de vida e preservação ambiental não estava formulada, pois qualidade de vida restringia-se à posse da terra e qualidade ambiental significava atividade de baixo impacto ambiental. A ambigüidade do socioambientalismo apenas se explicita quando o projeto socioambientalista é confrontado com projetos desenvolvimentistas para a região, exatamente o que ocorre nos conflitos em torno das BRs 364 e 317.

²⁰ Silva, *op. cit.*, p. 5.

²¹ IBGE/IPEA, *op. cit.*, p. 112.

²² ELI (Environmental Law Institute), 1995, p. 22 ss.; o PMACI I também sugere a criação de várias reservas extrativistas no Acre (mais de vinte projetos em Rio Branco, Xapuri, Brasília e Assis Brasil). (IBGE/IPEA, *op. cit.*, p. 112).

²³ Silva, *op. cit.*

O projeto local rodoviarista

Nos anos 90, o governo do Acre formulou, juntamente com o empresariado local e os diferentes partidos políticos que o sustentavam, um projeto rodoviarista para o estado. Esse projeto, que aparece explicitamente nos documentos e ações dos órgãos oficiais e da burocracia vinculada ao setor de transportes do estado, visava reaquecer a economia local e promover o escoamento da produção local por meio de uma ligação viária com as demais regiões do país. Reativava-se, assim, a política federal da década de 1970 para o estado, que então objetivava a incorporação de novos territórios à economia nacional, só que agora destituída de seu intuito geoestratégico, de garantia da segurança nacional e de povoamento da região. O projeto de integração rodoviária do estado passava a ser formulado em termos da modernização do Acre, como única possibilidade de desenvolvimento econômico local.

O projeto rodoviarista acreano tinha como fundamento a idéia de que a implantação de um sistema viário eficiente no Acre bastaria para gerar ali desenvolvimento econômico, tirando o Acre da estagnação econômica mediante o incentivo à produção agropecuária. O modelo era Rondônia, que aparecia como prova do vínculo entre rodovia e progresso: "Hoje você vê o nível de economia de Rondônia, que se desenvolve

e já foi até indicado como 'celeiro brasileiro'. Deixa abrir estradas para ter área produtiva capaz de sustentar o estado." (representante dos produtores agrícolas locais, entrevista)

O processo de difusão do rodoviarismo no Acre dos anos 1990 cria um paralelo com o antigo projeto rodoviarista nacional. Através de seminários, de enduros e do estímulo a movimentos e entidades civis rodoviaristas procurava-se sensibilizar as instâncias federais e a população do estado para a necessidade da pavimentação das BRs²⁴. Tão comuns nos anos 1920, nos primórdios do rodoviarismo brasileiro, essas ações tinham por fim a promoção e a legitimação do projeto rodoviarista também no Acre dos anos 1990. Mas, com a democratização do país, os rodoviaristas passaram a enfatizar os aspectos sociais positivos da construção rodoviária, ênfase antes inexistente, pois os argumentos principais em favor da ligação viária aventados eram sempre econômicos. É recorrente a partir do começo da década de 1990 o destaque conferido à melhoria de qualidade de vida da população, argumento claramente marginal nos projetos do regime militar, pelo qual o projeto rodoviarista local se moldou. As preocupações com as conseqüências políticas são claras. Fica evidente que a opção rodoviária, antes "natural", passava a necessitar de justificação pública.

²⁴ Cf. *A Gazeta*, Rio Branco, 07/06/1991.

A configuração do conflito em torno das BRs

A pavimentação das BRs 364 e 317 permite observar como as diferentes perspectivas se enfrentam praticamente.

Concluída a ligação com Rondônia, a extensão da BR-364 e a conclusão da BR-317 passaram a ser alardeadas como alavanca na modernização do Acre. A BR-364 integraria duas regiões do estado, o Vale do Acre, mais ao sul, onde se situa Rio Branco, e o Vale do Purus, mais ao norte, onde está Cruzeiro do Sul. A estrada aqueceria a economia local e acabaria com o isolamento do vale do Purus, integrando as diversas regiões do estado. A BR-317, por sua vez, ganhou importância como possibilidade de interligação do estado com os países andinos e com o Pacífico, através do porto de Ilo, no Peru. A produção acreana seria escoada por esse porto, alcançando novos mercados e propiciando o desenvolvimento econômico do Acre (Mapa 1).

A primeira contestação efetiva à expansão viária então em curso é feita pelo movimento ambientalista nacional, por meio de sua representação no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Em dezembro de 1990 é aprovada no Conama moção contrária à pavimentação das BRs 364 e 317. A moção, “conforme proposição da conselheira representante das entidades ambientalistas da região Sudeste”, propunha que o Conama elaborasse “indicativos de

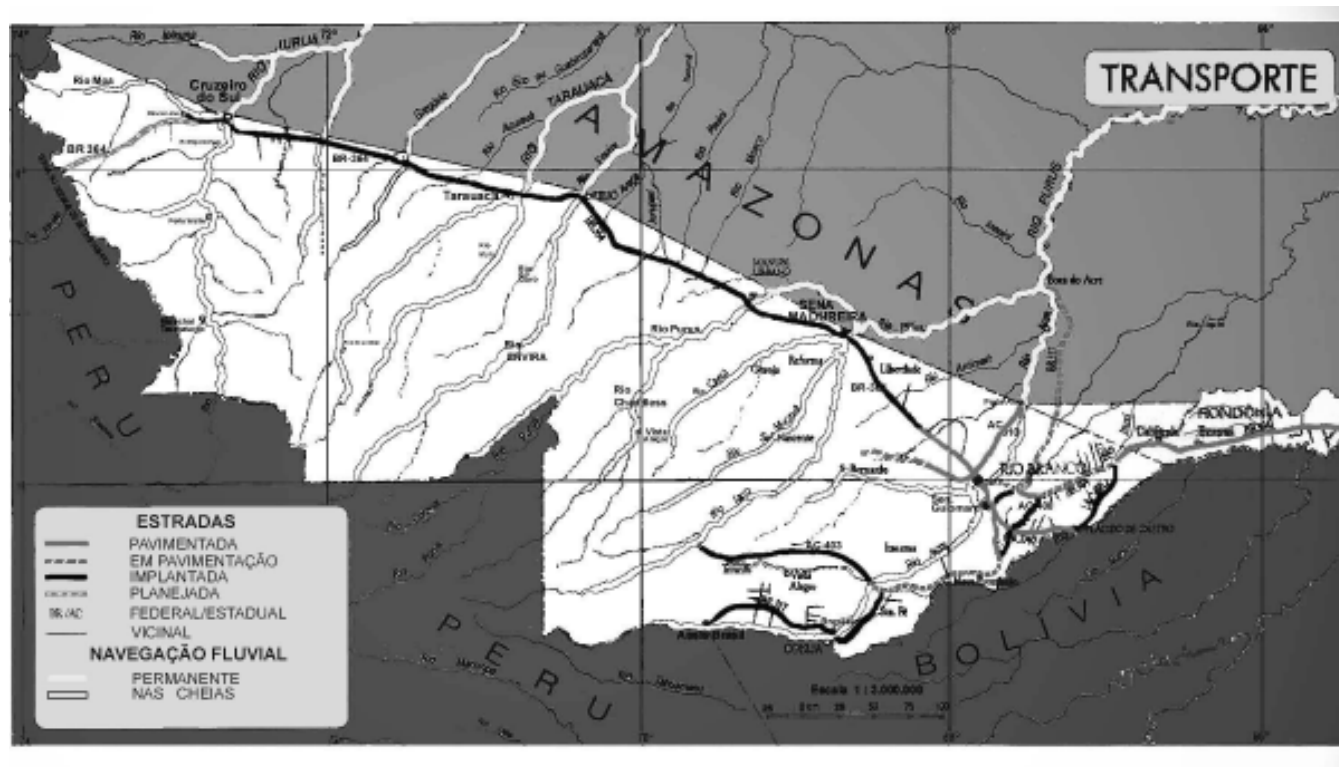
cuidados a serem tomados na escolha e na execução deste caminho em direção ao Pacífico”²⁵.

O movimento ambientalista nacional mostrava-se pouco sensível aos argumentos sociais e desinformado até mesmo sobre a situação geográfica do Acre. A moção pretende, por exemplo, saídas viárias ideais, como a construção de ferrovias ou o uso de hidrovias em uma região onde os rios correm todos quase paralelamente, em direção ao Amazonas (ver Mapa 1). Apesar de não ter força de lei (a menos que fosse transformada em resolução), a moção gerou protestos veementes no Acre por parte de jornais, políticos e até mesmo de agências de proteção ao meio ambiente, como o Instituto do Meio Ambiente do Acre (Imac) e a Superintendência do Ibama no estado.

As reações da sociedade acreana à moção evidenciam o significado das rodovias para a população do estado. As notícias e os editoriais veiculados nos principais jornais do estado recorreram a termos bastante duros. O presidente da Federação das Indústrias do Acre desqualificou “a proposta do Conama, seja para as hidrovias quanto as ferrovias, por serem ridículas; [a estrada] não visa apenas o escoamento de produtos do Centro-Oeste e nem destruirá terras virgens, pois seu percurso já está em sua maioria ocupado ou demarcado como

²⁵ CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), *Moção nº 20*, de 6 de dezembro de 1990.

Mapa 1 - Infra-estrutura de transportes do Estado do Acre



Sérgio Costa, Angela Alonso e Sérgio Tomioka

Fonte: Atlas geográfico ambiental do Estado do Acre, Governo do Estado do Acre - Imac, Rio Branco, 1991

reservas extrativistas e indígenas”²⁶. Além de empresários, também políticos e outros setores sociais manifestaram-se prontamente contra a moção²⁷.

A reação local se configurou consensualmente como antagonismo ao movimento ambientalista, considerado responsável pela aprovação da moção. Houve até mesmo a acusação de um possível complô ambientalista²⁸, que pretendia trocar o desenvolvimento pela preservação da floresta. O meio ambiente seria um limite ao progresso e à ligação do estado com a economia nacional e internacional. A moção do Conama gerou um intenso debate local e, ao contrário do que propunha (parar a construção das BRs no Acre), teve como resultado a disseminação de uma posição favorável à construção das rodovias.

Os defensores desse projeto rodoviarista local mostraram grande capacidade organizacional e peso político nesse episódio. Utilizando-se de todos os recursos disponíveis (imprensa, tribunas parlamentares etc.), constrangeram e limitaram as ações dos críticos ao seu projeto, a tal ponto que o representante do Acre no Conama (presidente do Imac) viu-se obrigado à retratação pública, em sessão especial da Assembléia

Legislativa e em jornais locais, em face das críticas veementes²⁹.

Diversas instâncias do governo do estado, empresários, agricultores e até o governo de Rondônia entraram em cena defendendo um projeto de desenvolvimento de cunho rodoviarista. No início da década de 1990 o governo estadual passara a ser o responsável pela administração dos recursos federais na contratação dos serviços para a construção e gestão das BRs no estado, o que permitiu ao rodoviarismo local efetivar-se. Isso ofereceu aos defensores do projeto grande capacidade de intervenção pública, tanto no debate quanto nas ações. O único problema a ser solucionado era o da liberação dos recursos federais no orçamento da União, e assim, com esse objetivo, políticos locais articularam-se e pressionaram o congresso e o governo federal. Todos visavam associar-se ao empreendimento de pavimentação das rodovias. O projeto rodoviarista tornou-se de tal modo hegemônico que não cuidou de se justificar diante de constrangimentos ambientais.

O questionamento dos efeitos ambientais da pavimentação das BRs, no entanto, modificaram os termos do debate local. O debate público tornou-se mais permeável aos argumentos am-

²⁶ *A Gazeta*, 02/02/1991.

²⁷ Por exemplo, o Conselho Regional de Medicina do Acre publica matéria paga em um jornal local (*A Gazeta*, 03/02/1991) contra a moção e favorável à construção das rodovias, e o próprio jornal *A Gazeta* (02/02/1991) publica editorial nos mesmos termos.

²⁸ *A Gazeta*, 02/02/1991.

²⁹ O representante declara publicamente não ter participado da sessão do Conama na qual a moção contrária à estrada foi aprovada, apesar de seu nome constar da ata da sessão. Cf. CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente): *Ata da 26ª reunião ordinária*, 1990.

bientalistas. Nesse novo contexto político ocorreu o embargo do Ibama à continuação da construção das rodovias.

Em junho de 1996, depois de um longo processo, que passou por diversas instâncias da Procuradoria da República e do governo federal, o Ibama embargou todas as obras de pavimentação das rodovias BR-364 e BR-317, por descumprimento da lei ambiental que previa a elaboração de EIA-Rima para obras daquele porte e sob a alegação de riscos ao meio ambiente e às comunidades locais. O Departamento de Estradas de Rodagem do Acre (DER-AC) e o Imac tinham elaborado anteriormente apenas um Relatório de Ausência de Impacto Ambiental Significativo (Raias), sob o argumento de que as estradas já existiam e que sua pavimentação não acarretaria impactos ambientais graves³⁰. O Ibama entrou em cena ao receber ofício do Ministério Público pedindo a suspensão administrativa imediata das obras de pavimentação das BRs, por descumprimento da legislação ambiental³¹.

Em face da não apresentação do EIA-Rima, em 25 de junho de 1996 o Ibama notificou o DNER, o DER-AC e as empreiteiras acerca do embargo e da suspensão temporária das obras nas duas rodovias federais no Acre. O Ibama

procurava firmar um termo de compromisso envolvendo as partes que tivesse validade legal, enquanto o governo estadual procurava a liberação mais rápida possível das obras. Uma Comissão de Vistoria para a região de influência da estrada já tinha sido constituída, com a presença de representantes do Imac, Ibama, DER-AC, Ministérios Públicos federal e estadual e Funai³², cuja finalidade era encontrar uma solução negociada para o embargo das obras das BRs. A comissão lançou mão, inclusive, de consulta à comunidade afetada, medida usualmente requerida pelo movimento ambientalista. A intervenção do Ibama levou ao estreitamento da relação entre o governo federal e o movimento ambientalista, tornando explícita a oposição entre o projeto federal, que tentava vincular a vocação do Acre a metas de sustentabilidade ambiental, e o projeto rodoviarista local.

Essa aliança entre o governo federal e o movimento ambientalista local³³ ficou evidente na exigência para liberar as obras em um trecho da BR³⁴. A comissão prescreveu a destinação de recursos para a implantação de reserva extrativista e a criação de um programa de desenvolvimento e proteção ao meio ambiente e às populações tradicionais do vale do Juruá, similar ao PMACI I,

³⁰ *O Rio Branco*, 03/04/1996; cf. também Imac, *Processo n° 0044/95*, 1995; e Imac, *Processo n° 0071/95*, 1995; ainda sobre o tema, DER-AC (Departamento de Estradas de Rodagem do Acre), 1995.

³¹ *A Gazeta*, 04/04/1996, 13/04/1996 e 06/06/1996.

³² Imac, 1996; Comissão de Vistoria, ago. 1996.

³³ A aliança possibilitaria a implantação de outras medidas mitigadoras dos impactos ambientais ou às comunidades locais (Imac, *op. cit.*, 1996).

³⁴ Do km 32, em Rodrigues Alves, ao km 15, em Tarauacá (Imac, *op. cit.*, 1996).

para o novo trecho. O acordo firmado entre o governo acreano e o Ibama, de fato, apresentava medidas de minimização dos impactos ambiental e social como condição da continuidade das obras³⁵.

O embargo, além da simples paralisação das obras, teve como consequências imediatas o aprofundamento de discussões acerca da avaliação técnica sobre impactos ambientais na região, a explicitação local da posição dos órgãos ambientais federais e locais, a efetivação da legislação ambiental no Acre e a ampliação do debate público sobre modelos de desenvolvimento e a necessidade de proteção ambiental no estado.

Nesse processo, ficou evidente a erosão da legitimidade até então incontestada do projeto rodoviarista. Os melhores exemplos são a inflexão dos editoriais dos jornais locais, dos discursos públicos de políticos anteriormente contrários ao embargo e da fala de técnicos de vários níveis de governo. O PMDB, convictamente rodoviarista, ao mesmo tempo que exortava: "Pelo fim imediato do embargo decretado pelo Ibama! Pelo fiel cumprimento da Constituição e das leis! Pela pavimentação das BRs 364 e 317!",

pedia um prazo ao governo federal para que o governo do estado desse "cumprimento às exigências legais com relação à apresentação de um relatório de impacto ambiental"³⁶. Nota-se uma mudança significativa na forma de defesa ostensiva da construção de rodovias no início e no final do processo. O Imac, responsável pelo Raias, que era taxativo quanto ao caráter político do embargo, passou, no final de 1996, a uma postura conciliatória, ressaltando "que se buscava, democraticamente, uma solução conjunta"³⁷, que contemplasse o desejo de construção das rodovias e as demandas socioambientais³⁸.

Os constrangimentos legais e a publicidade do debate afetaram os agentes contrários ao embargo, obrigando-os a cumprir a legislação ambiental e a negociar com o movimento ambientalista e o governo federal medidas de minimização dos impactos ambientais para conseguir o desembargo das BRs. De outro lado, também o movimento ambientalista local³⁹ teve que alterar sua posição ao longo do processo. Se no começo defendia a preservação ambiental e a das populações tradicionais, ao final admitia publicamente a importância da estrada para a população do Acre⁴⁰.

³⁵ Imac, *op. cit.*, 1996; Imac, 17/02/1997; DER-AC, 10/04/1997.

³⁶ *A Gazeta*, 28/06/1996.

³⁷ *A Gazeta*, 12/11/1996.

³⁸ Dizia então o Imac: "Todo o estudo elaborado será apresentado durante a audiência pública, com os impactos positivos e negativos. Vamos também estar abertos ao questionamento e depois de tudo isso iremos analisar para poder então conceder o licenciamento (...) [as audiências] são reuniões abertas, onde qualquer pessoa, desde que previamente inscrita, pode apresentar questionamentos ao processo" (*A Gazeta*, 12/11/1996).

³⁹ Cf. Imac, *op. cit.*, 1996.

⁴⁰ Cf. Imac, *op. cit.*, 1996.

Um documento assinado pela senadora Marina Silva, pelo então prefeito de Rio Branco (hoje governador do estado), por lideranças socioambientalistas locais, por ONGs ligadas aos índios, por seringueiros e trabalhadores rurais, e até mesmo por uma ONG conservacionista acreana, enviado ao presidente da República⁴¹, revela como também a defesa do meio ambiente precisou ser feita em novos termos. Nesse documento, ao lado de tradicionais propostas ambientalistas, propugnava-se a continuidade, tão rápido quanto possível, das obras nos termos da lei, ou seja, com o devido EIA-Rima.

Do ponto de vista político, então, o embargo fez com que a oposição entre

socioambientalistas e rodoviaristas se transformasse em um acordo público tanto a respeito da necessidade das rodovias, para a melhoria da qualidade de vida da população local e para a viabilidade econômica do estado, quanto da necessidade de mitigar as consequências ambientalmente perversas geradas pelas rodovias e de encontrar limites ambientais claros para o processo de modernização do Acre. Os institutos ambientais, o arcabouço jurídico e a opinião pública acabaram por constranger os projetos iniciais⁴². O resultado foi a retomada das obras de pavimentação após a elaboração do EIA-Rima para os diversos trechos e a consulta pública aos diversos setores afetados pela obra.

Conclusões

O conflito configurado em torno do embargo das rodovias no Acre tem um duplo eixo explicativo: as mudanças institucionais no Brasil e o debate público local.

De um lado, o caso apresenta características comuns a outros conflitos entre expansão viária e defesa do meio ambiente, conforme demonstramos

para o conflito acerca das hidrovias do plano Brasil em Ação⁴³: a incorporação local da nova agenda nacional, a efetividade de novos instrumentos legais e públicos de controle das obras estatais (maior poder do Ministério Público, ações civis etc.) e a constituição de um espaço público de discussão das questões ambientais (como as audiências públicas e o Conama).

⁴¹ Marina Silva, 03/07/1996, p. 4.

⁴² Isso fica claro, por exemplo, na consulta às comunidades afetadas pela estrada. A Comissão de Vistoria deparou-se com grupos indígenas que aceitavam a liberação da rodovia desde que fossem atendidas necessidades imediatas como compra de alevinos para um açude, reposição de um rádio amador etc., o que indicava a existência de um *trade-off* entre a defesa do meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades. Cf. Comissão de Vistoria, *op. cit.*

⁴³ Sérgio Costa, Angela Alonso e Sérgio Tomioka, 1999, p. 157-175.

De outro lado, o caso guarda peculiaridades. O debate público local evidencia, nos casos das BRs 364 e 317, o conflito entre defesa do meio ambiente e da expansão viária, cujo núcleo principal é o choque entre a posição do governo federal para o Acre e o projeto de desenvolvimento local carreado pelo governo estadual. No primeiro momento, da moção do Conama em 1991, o governo federal crê inviável a ligação do país ao Pacífico através do Acre, por motivos tanto econômicos quanto ambientais, enquanto o governo estadual julga necessário o seu vínculo econômico com o país e com os outros países da região através das BRs. No segundo momento, o do embargo das BRs 364 e 317, o governo federal julga mais importante a preservação ambiental do Acre do que sua integração na economia nacional, enquanto o governo estadual mantém intocada sua posição favorável à construção das rodovias, apesar dos efeitos ambientais deletérios que ela teria. Enquanto o governo do Acre, em diferentes mandatos, pensa em desenvolvimento a todo custo, seguindo a lógica rodoviarista, o governo federal passa a ter um projeto multimodal com ênfase nas vocações regionais, incluindo constrangimentos ambientais e construindo uma nova perspectiva de modernização do país⁴⁴.

Entre os dois conflitos, o debate deslizou do caso específico das rodovias para a discussão da importância, em

geral, da expansão viária e da necessidade de instituição de limites socioambientais. Esse deslizamento expressa a importância das mudanças institucionais ocorridas no país na década de 1990. Os canais de participação pública foram ampliados. No caso do embargo, por exemplo, além dos órgãos dos governos estaduais e federal, interveio o movimento socioambientalista local. A “ambientalização” e ampliação do debate só ocorreram graças à ação do Ministério Público, que aplicou a lei, conduziu o processo de embargo e gestou o acordo de desembargo das obras das BRs.⁴⁵

Outro fator institucional determinante foram as audiências públicas realizadas pela Comissão de Vistoria. A partir de sua realização, com os compromissos firmados publicamente, desapareceram as posições “principistas” iniciais. O movimento socioambientalista, por exemplo, passa a apoiar melhorias sociais apesar de possíveis impactos ambientais⁴⁶. Também são formulados e reconhecidos publicamente, durante o embargo, limites ambientais ao modelo rodoviarista de desenvolvimento para o Estado do Acre.

À diferença do cenário de 1991, quando a moção do Conama visava apenas impedir o asfaltamento da ligação com o Pacífico, em 1996, o acordo gerado pelo embargo não era apenas rodoviário, mas tinha em vista a melho-

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁵ Imac, *op. cit.*, 1996.

⁴⁶ Imac, *op. cit.*, 1996.

ria das condições da população local, a modernização do Acre e também a limitação dos impactos ambientais negociados, em nome da população local e do valor ambiental da floresta.

Em torno da moção do Conama de 1991 configurou-se um conflito "ou/ou", no qual não havia possibilidade de conciliação entre posições de princípio antagônicas. Essa situação evoluiu, em 1996, quando ocorreu o embargo do Ibama, para uma negociação entre todos os agentes envolvidos. Nesse segundo momento, temos um conflito "mais/menos", no qual o eixo principal do discurso e das ações sobre a relação entre meio ambiente, desenvolvimento e rede viária deixa de ser a convicção e o universo de valores de cada agente e passa a ser a responsabilidade compartilhada⁴⁷. O acordo não nasce de uma convergência espontânea, mas pelos constrangimentos impostos por um espaço público democrático a projetos em conflito.

O resultado do processo é a complexificação do debate público sobre meio ambiente e desenvolvimento no estado, no qual tanto as peculiaridades do Acre quanto os cerceamentos institucionais incidem. Do papel de simples área a ser integrada ao país e civilizada pelo governo federal, o Acre passa, ao longo dos anos 1990, a gerar seu próprio debate

acerca de benefícios e efeitos perversos da modernização, alterando, assim, suas conexões com os debates nacional e internacional.

As restrições morais se entranharam no contexto acreano. Depois do conflito, o que resta do rodoviarismo aparece contaminado de alguma concessão ambiental e vice-versa; mesmo o preservacionista mais radical não é capaz de negar publicamente a inevitabilidade da construção das BRs. O debate gera projetos locais alternativos ao do governo federal para a região e revitaliza o interesse internacional sobre o meio ambiente acreano.

As posições de princípio que se confrontaram em um primeiro momento representavam uma re-significação simples de tradições: o projeto desenvolvimentista local incorporava a tradição moderna do rodoviarismo enquanto o socioambientalismo atribuía qualidades sustentabilistas ao modo de vida extrativista.

A conflagração do conflito, o consequente debate em torno da relação entre desenvolvimento e meio ambiente e o desenlace negociado, mostram como os constrangimentos morais e jurídico-políticos reconfiguram projetos e linhas de ação de todos os agentes, gerando a regulação pública de conflitos antes aparentemente insolúveis.

⁴⁷ Ver Albert O. Hirschman, 1995.

Referências bibliográficas

- A GAZETA (Jornal diário). Rio Branco, Acre.
- AQUIRI. "Os desafios das organizações não governamentais do Acre". *Revista Aquiri*. Rio Branco, março/1997.
- CASTRO, FRANCISCO R. S., SANTOS, Maria E. *Acre: o asfalto chegando*. Rio Branco: Universidade Federal do Acre - Departamento de História, 1992. Mimeo.
- CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). *Moção n. 20*, 6 dez. 1990.
- _____. *Ata da 26ª reunião ordinária*, 1990.
- COSTA, Sérgio, ALONSO, Angela, TOMIOKA, Sérgio. "Negociando Riscos: Expansão Viária e Conflitos Ambientais no Brasil". *Novos Estudos*, n. 55, nov. 1999, p. 157-175.
- _____. *Modernização Negociada: expansão viária e riscos ambientais no Brasil*. São Paulo/Brasília: Cebrap/Ibama, 1999 (no prelo).
- DER-AC (Departamento de Estradas de Rodagem do Acre). *OF/DG n° 290*, Rio Branco, 1995.
- _____. *Carta à presidente do Imac (OF/DG n° 102)*, Rio Branco, 10 abr. 1997.
- ELI (Environmental Law Institute). *Brazil's extractive reserves: fundamental aspects of their implementation*. Washington, D. C.: Environmental Law Institute, 1995, p. 22 ss.).
- HIRSCHMAN, Albert O. "Conflitos sociais como pilares da sociedade de mercado democrática". *Novos Estudos*, n. 42, 1995.
- IBGE/IPEA. *Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI I)*. Rio de Janeiro, 1990.
- IMAC (Instituto do Meio Ambiente do Acre). *Processo n° 0044/95, v. I, Of/DG/n° 287*, Rio Branco, 1995 e *IMAC. Processo n° 0071/95, Of/DG/n° 313/95*, Rio Branco, 1995.
- _____. *Ata da terceira audiência pública, convocada pela presidenta do Imac*, Tarauacá, 1996; COMISSÃO DE VISTORIA (Comissão para Acompanhamento, Supervisão e Orientação Técnica da Execução das Obras das BRs 317 e 364). *Relatório circunstanciado de vistoria da BR-364 – trechos Rodrigues Alves–rio Liberdade e Tarauacá–rio Acuraua*. Rio Branco, ago. 1996.
- _____. Diretoria de Controle Ambiental. *Carta à Asjur*, Rio Branco, 17 fev. 1997.

LANDIM, Leilah. A invenção das ONGs. Do serviço invisível à profissão sem nome. Rio de Janeiro, 1993. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFRJ.

MESQUITA, Geraldo. *Acre – Integração e desenvolvimento – II Plano Estadual de Desenvolvimento (1975/79)*. Rio Branco: Senado Federal, 1975.

O RIO BRANCO (Jornal diário). Rio Branco, Acre, intermitente.

REDWOOD III, John. *World Bank approaches to the environment in Brazil. A review of selected projects*. Washington: OED/World Bank, 1993.

SILVA, Marina. "O sonho sustentável". *Artigos*, Brasília: Senado Federal, 1997.

_____. *Ofício GSMS nº 157 (Carta a Sua Excelência Sr. Fernando Henrique Cardoso, Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil)*. Brasília, 03 jul. 1996.

(Recebido para publicação em novembro de 1999)

Sérgio Costa é doutor em sociologia pela Universidade Livre de Berlim, professor da UFSC e pesquisador do Cebrap

Angela Alonso é doutoranda em sociologia na FFLCH-USP e pesquisadora do Cebrap

Sérgio Tomioka é mestrando em filosofia no IFCH-Unicamp e pesquisador do Cebrap

Estratégias de Localização Residencial e Dinâmica Imobiliária na Cidade do Rio de Janeiro

Teresa Cristina Faria

Introdução

O trabalho pretende analisar as tendências migratórias intra-urbanas na Cidade do Rio de Janeiro, a partir das suas relações com a estruturação da cidade no que se refere às mudanças no padrão de ocupação do solo. Interpretamos a estrutura residencial como produto da dinâmica de valorização/desvalorização intra-urbana, propiciada pelos investimentos imobiliários, que regulam o mercado imobiliário e modificam o estoque residencial. Desse modo, as estratégias locacionais do capital imobiliário incidem em mudanças nas características das áreas da cidade, produzindo efeitos atrativos e repulsivos, deslocando a demanda. Nosso interesse é contribuir para um maior entendimento das relações entre o mercado imobiliário e a estruturação intra-urbana, via análise da mobilidade residencial. Os dados analisados

são resultado de pesquisa realizada na Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, com os indivíduos que compareciam ao balcão do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) *intervivos*. Além dessa fonte, foram utilizados dados do arquivo ITBI/IPTU/IPPUR, que contém informações das guias de recolhimento do referido imposto.

A identificação das estratégias locacionais dos agentes nos parece relevante, na medida em que permite um maior entendimento da dinâmica do mercado imobiliário na Cidade do Rio de Janeiro, *vis-à-vis* dos impasses correntes na literatura sobre o tema em relação a quem comanda o processo de estruturação intra-urbana – a oferta ou a demanda? Ou seja, ou os capitais imobiliários se

deslocam para áreas onde existe forte pressão da demanda sobre o mercado de usados, ou a demanda é atraída pelos novos empreendimentos sob o efeito do poder de arrasto dos empreendedores imobiliários (Smolka, 1992). Chegamos agora na outra ponta do complexo nexo de relações existentes na dinâmica do mercado imobiliário – a demanda.

A extensa literatura sobre o tema vem revelando, empiricamente, a preferência dos capitalistas imobiliários pela produção de imóveis para as famílias de mais alta renda (demanda solvável), atraindo-as para áreas onde seu lucro é garantido pela transformação de seu uso. Por outro lado, o estoque habitacional proporcionado pelo deslocamento dessas famílias é utilizado por aquelas de renda inferior. Em ambos os casos, o migrante intra-urbano está continuamente avaliando como a nova residência poderá satisfazer suas necessidades e aspirações, modificadas por mudanças nas suas próprias características e nas de seu ambiente. A procura dos indivíduos/famílias é controlada pela avaliação do “estoque habitacional” e pela informação e percepção sobre esse estoque.

No entanto, para que as famílias mudem de residência é preciso também que certas condições individuais/estruturais¹ sejam suficientemente determinantes para a mudança. Assim, muitos

estudos sobre o tema se dedicam a explicar a mobilidade residencial através de sua relação com as alterações no ciclo de vida familiar² ou no *status* socioeconômico³ e com o grau de satisfação/insatisfação dos indivíduos em relação a sua localização residencial; neste último caso, o objetivo dessa mobilidade resultaria num aumento na utilidade locacional (*Place Utility*). A direção do fluxo intra-urbano seria, então, determinada pelo grau de satisfação/insatisfação com o lugar de origem, no que diz respeito às alterações urbanas ligadas ao processo de valorização/desvalorização do estoque, que incide também na estrutura social da vizinhança.

Desse modo, as relações entre a mobilidade residencial e a estruturação do espaço intra-urbano dependem do tipo de famílias que se deslocam e das características do lugar de origem e do lugar para onde se deslocam. Apresentamos na primeira parte deste trabalho a descrição do perfil do migrante intra-urbano e dos fluxos de deslocamento residencial, relacionando-os na segunda parte com a dinâmica imobiliária na cidade e com as transformações ocorridas na estrutura intra-urbana, através dos dados das transações imobiliárias com apartamentos entre 1975 e 1995, para finalmente analisarmos as diferentes dimensões das estratégias de localização residencial dos indivíduos e/ou famílias.

¹ As condições individuais são as relacionadas às hipóteses do ciclo de vida familiar ou as relacionadas à mobilidade social do indivíduo. Por outro lado, essas condições estarão dependentes dos fatores exógenos (condições estruturais), como a relação renda/emprego e disponibilidade de crédito imobiliário.

² Ver o trabalho de Rossi (1980).

³ Ver o trabalho de Simmons (1970).

Perfil do migrante intra-urbano

A intensidade da mobilidade residencial está diretamente relacionada às características econômicas e demográficas dos migrantes. As exigências/preferências por localização e/ou imóvel das diferentes classes de renda, em diferentes fases do ciclo de vida, determinam certos modelos de deslocamento. A classe de

idade modal para a mobilidade residencial intra-urbana tende a coincidir com a considerada mais produtiva, ou a de estabilidade profissional, isto é, a situada na faixa de 35 a 44 anos, em que se observa maior número de adquirentes, resultado obtido também por Smolka (1994), como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Composição percentual etária dos migrantes intra-urbanos na Cidade do Rio de Janeiro

Faixa de idade	Pesquisa / 94	Pesquisa / 95	Censo 1991
De 20 a 24	4,2	3,4	16,6
De 25 a 34	28,2	25,6	27,3
De 35 a 44	33,7	38,0	19,6
De 45 a 64	30,3	29,0	27,4
Mais de 65	3,6	4,0	9,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Faria (1997).

Conforme esperado, as faixas de baixa idade e de idosos são menos representadas na distribuição dos adquirentes do que as intermediárias. Os indivíduos mais jovens, talvez por ainda não haverem se estabelecido plenamente no mercado de trabalho e/ou constituído família, e os mais idosos, por estarem em geral se desfazendo do patrimônio para assegurar sua subsistência ou por já estarem estabilizados e serem mais resistentes a mudanças.

Quanto à distribuição de renda, considerando que a renda média do carioca está na faixa de 5,8 SM e que não se conhecem as transmissões ilegais de imóveis (favelas, loteamentos ilegais), a amostra sobre-representa os extratos de maior renda e indica uma maior mobilidade desse segmento, o que é confirmado se compararmos a representatividade da amostra com a distribuição dos diferentes extratos na cidade (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição da renda domiciliar dos adquirentes por faixa de renda (%)

Classe de Renda	Pesquisa / 95	Anuário Estatístico do Rio de Janeiro 93/94
1-5 SM	11,8	66,8
5-10 SM	27,9	17,4
>10 SM	60,3	15,8
Total	100,0	100,0

Fonte: Faria (1997).

O número de domicílios transacionados varia diretamente com as classes de renda. Para a população como um todo essa relação é inversa, indicando uma rotatividade maior dos extratos de renda mais elevada no mercado e, portanto, uma taxa de mobilidade que varia diretamente com o nível de renda. Essa conclusão é em parte explicada por ser esse segmento o que possui melhores/menores informações sobre o mercado e disponibilidade de recursos⁴.

Os capitais imobiliários, para não correrem riscos de fracasso em seus investimentos devido a fatores exógenos ao circuito imobiliário⁵, procuram atuar em determinadas faixas do mercado que constituem demanda solvável. Para isso, reproduzem na nova área de atuação as características da área de origem das famílias que desejam atrair/deslocar, ou introduzem novas formas de morar, com atributos diferenciadores que contribuem para a mudança na "qualidade" do imóvel, implicando em sua valoriza-

ção monetária pelas mudanças quer nas características da residência em si quer na configuração de externalidades de vizinhança.

A condição de ocupação no imóvel também afeta diretamente a mobilidade residencial. Os proprietários permanecem mais tempo em sua residência do que os inquilinos: 12,7 e 9,5 anos, respectivamente. No entanto, 42,5% dos entrevistados estavam adquirindo a primeira casa própria (novos proprietários), enquanto 40,3% já eram proprietários.

Temos aqui um paradoxo. Mencionamos que a taxa da mobilidade varia diretamente com a renda do migrante. Quanto maior a renda de um(a) indivíduo/família, maior será a probabilidade de ele(a) trocar de residência com mais frequência. Esse resultado é demonstrado em outros estudos de mobilidade residencial (Rossi, 1980, e Smolka, 1994), assim como se evidencia que há maior mobilidade entre os indivíduos/famílias

⁴ Com a crise do SFH houve uma redução da demanda, que impôs novas formas de financiamento dirigidas a determinado segmento do mercado, evidenciando mudanças também nas características dos imóveis.

⁵ Sobre este aspecto, ver Abramo (1988), p. 151-152.

que ocupam imóveis alugados. O fato de já ser proprietário, *ceteris paribus*, reduz a probabilidade de mudança (Rossi, 1980). Para os economistas, o motivo está nos altos custos do movimento (estimado em torno de 10% do valor do imóvel), que inclui os de transação (escritura, ITBI etc.) e os decorrentes da mudança em si. Outro aspecto, no entanto, poderia explicar a baixa mobilidade dos proprietários; considerando a hipótese de que a mobilidade residencial estaria associada a uma adaptação da nova residência às necessidades impostas pelas mudanças no ciclo de vida familiar e/ou nas condições socioeconômicas dos migrantes, a propriedade garante à família a possibilidade de modificá-la, adaptando-a às suas novas exigências/preferências. No entanto, os nossos resultados revelam que há um percentual não negligenciável de migrantes já proprietários, ou seja, de indivíduos/famílias que estão trocando suas antigas residências por outras, o que obviamente suscita um maior número de questões sobre os motivos relativos a esses migrantes do que sobre os relativos ao segmento dos novos proprietários.

A resposta a esse fenômeno pode estar na estratégia de inovação/diferenciação da moradia empreendida pelos capitalistas imobiliários no sentido de atrair demanda solvável, no caso, famílias de alta renda. Os capitalistas imobiliários, ao utilizarem esse artifício – a inovação – baseiam-se num certo co-

nhecimento do que significa para as famílias a aquisição de um imóvel. Essa decisão, segundo Abramo (1988), tem duas motivações básicas: acesso aos “serviços de habitação” e posse de um ativo monetário, que no futuro poderá valorizar-se e viabilizar a mudança de residência da família. Dos proprietários pesquisados, 75,4% venderam seus imóveis. Com a inovação, os capitais imobiliários aumentaram a atratividade dos imóveis/localização, modificando as preferências dos indivíduos/famílias.

As mudanças nessas preferências é também resultado da evolução histórica da sociedade. Como formula Taschner (1997), o espaço residencial e a maneira de morar são reflexo das transformações do processo de trabalho, do local onde se trabalha e das mudanças na composição familiar e nas relações entre seus membros. Hoje nos deparamos com o aumento do número de pessoas que moram sós e do número de famílias monoparentais (mulheres chefes de família vivendo com os filhos)⁶, em decorrência, talvez, do aumento do número de separações conjugais. Essa nova configuração da família, contrariando o padrão da família tradicional (pais e filhos), traz importantes implicações para o mercado habitacional, sinalizando novas tendências das necessidades habitacionais das famílias quanto às suas características físicas e locacionais, já que novas situações familiares redefinem os critérios de localização.⁷

⁶ Segundo nossa pesquisa, o percentual de mulheres adquirentes de imóveis é de 39,57%.

⁷ Taschner (1997) cita uma situação típica ao dar o exemplo de pais separados que tendem a se localizar próximo aos parentes como estratégia para recorrer à ajuda deles na criação dos filhos.

O grande número de inquilinos no mercado de imóveis pode também ser interpretado pela elevação no valor dos aluguéis nos últimos tempos, que os leva a pedir auxílio a familiares, a lançar mão de poupanças prévias, para adquirirem casa própria. Além disso, a propriedade garante acesso fácil a crédito bancário e comercial, prestígio, estabilidade de re-

sidência. Isso de certa forma é confirmado pelos percentuais obtidos em relação aos recursos utilizados na compra do imóvel por esse segmento, em que 28,8% utilizaram a poupança; 26,2% venderam bens como carro e telefone; 22,4% sacaram seus FGTS e o restante pediu empréstimo a familiares, SFH, entre outros.

Direção dos fluxos

A mobilidade residencial está diretamente relacionada à área em que se vive. Quanto maior for a expectativa de mudança/reestruturação da área, maior será a mobilidade dos indivíduos/famílias (Rossi, 1980). A percepção sobre as mudanças na área pode ter efeito indesejável para determinadas famílias; pode significar, por exemplo, o enfraquecimento dos laços de amizade, mais um fator importante a ser considerado na escolha da nova residência.

A maior parte dos movimentos é de curta distância. É uma tendência constatada também em outros estudos (Rossi, 1980; Sell, 1983 e Smolka, 1994), cuja hipótese inicial corresponde a uma tentativa de ajustamento da habitação (suas características em relação às necessidades familiares) e sua localização (áreas que correspondem aos desejos de captura de externalidades de vizinhança). Esse resultado também foi verificado por nós: do total dos fluxos analisados, 75,1% são intrazonais, dos quais 59,5% se reali-

zam na própria RA (região administrativa) e 47,6%, no próprio bairro. A nossa hipótese é que essa tendência reafirma a delimitação ou segmentação das diferentes classes de renda, identificando-as com seus respectivos locais de moradia, ratificando, portanto, o padrão de segregação social/residencial existente na Cidade do Rio de Janeiro.⁸

Quando o movimento é mais longo, pode-se tratar de uma reacomodação do mercado; melhor explicando, ricos/pobres saem de áreas desvalorizadas/valorizadas e vão para áreas compatíveis com seu *status* socioeconômico. Nesse aspecto – contrariando os modelos de migração elaborados pelos geógrafos comportamentalistas, que reduzem as decisões de localização dos indivíduos/famílias a simples erros de avaliação da vizinhança/área, afetando sua percepção quanto às características sociais do ambiente –, desempenha importante papel a dinâmica imobiliária na estruturação do espaço, via investimentos capazes de

⁸ Os trabalhos de Smolka (1983, 1989, 1992) também obtiveram o mesmo resultado.

deslocar a demanda e influenciar as decisões.

Os estudos sobre mobilidade residencial, em geral, tentam explicar a tendência para os fluxos de curta distância na cidade, através das seguintes hipóteses, segundo Simmons (1968):

- i- existe um grande número de oportunidades em toda a cidade, que desobriga a família de procurar imóvel em outro lugar;
- ii- é relativamente fácil satisfazer as necessidades/desejos das famílias;
- iii- é perfeitamente factível o ajuste das necessidades habitacionais das famílias (características do imóvel) com a área socialmente compatível com seu *status* socioeconômico. Longos fluxos podem significar mudanças no ambiente social.

Ora, em poucos exemplos, apenas a disponibilidade e o custo isolados irão definir a localização. Importante estudo de Smolka (1992) demonstra que há forte concomitância entre a produção espacial imobiliária (e a conseqüente valorização do seu estoque) e a desconcentração das famílias de alta renda, que dá origem ao processo de "filtragem", com efeitos imediatos para as famílias

de baixa renda. Outros fatores entram em consideração, e as famílias poderão escolher uma residência em local próximo ao da moradia anterior, para manterem familiaridade espacial e contatos sociais; ou seja, a procura por externalidades de vizinhança, tanto físicas, como a aparência estética da vizinhança e o meio ambiente (poluição, barulho), quanto sociais, como a compatibilização socioeconômica e cultural, comandará os processos de decisão e a escolha final de um novo endereço na cidade.

Harvey (1980) apresenta uma questão importante a esse respeito, isto é, em relação ao acesso à habitação e à cidade em geral pelos diferentes grupos de renda. Segundo o autor, tanto pelo aspecto dos valores sociais e culturais como pelo econômico, os ricos tendem a dominar o espaço por possuírem maiores recursos e informações para obterem a melhor residência na melhor localização da cidade, deixando para o pobre o residuo do mercado residencial. Assim, pelas razões apontadas, famílias de maior renda tenderiam a se mudar para mais longe, pois teriam mais condições de avaliar/perceber as transformações de uma área/localização num futuro próximo. Na Tabela 3 temos a confirmação dessa indicação.

Tabela 3 - Percentual da direção dos fluxos por classe de renda na Cidade do Rio de Janeiro, 1995

Fluxos	1-5 SM	5-10 SM	>10 SM
Mesmo bairro	56,4	56,3	44,4
Mesma RA	17,9	12,5	20,0
Outras RA's	25,7	31,2	35,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Faria (1997).

Podemos observar que à medida que a renda aumenta, a proporção de famílias que se mudam para o mesmo bairro decresce. Assim como observamos que há uma relação direta entre a faixa de renda acima de 10 SM e os fluxos mais distantes. Conforme já mencionado, essa faixa do mercado é demanda cativa dos capitalistas imobiliários e a estratégia da inovação/diferenciação

da moradia tem como objetivo deslocar essa demanda para as novas frentes de atuação dos agentes imobiliários.

Para entendermos melhor como ofertantes e demandantes se relacionam dentro da dinâmica de estruturação do espaço intra-urbano, analisaremos a matriz de fluxos de origem e destino dos migrantes entre as zonas urbanas (Tabela 4).

Tabela 4 - Matriz de origem e destino entre zonas urbanas - número absoluto

Zonas urbanas	A	B	C	D	E	F	Total
A-Sul	90	7	17	2	2	3	121
B-Expansão imobiliária	5	39	4	5	1	2	56
C-Norte	6	12	78	3	2	0	101
D-Subúrbio	3	4	16	107	4	8	142
E-Centro	2	1	3	1	27	0	34
F-Oeste	0	5	0	4	0	28	37
Total	106	68	118	122	36	41	491

Fonte: Faria (1997).

Segundo a ordenação da linha (endereço de origem do migrante) e da coluna (endereço da nova residência), verificamos na diagonal principal a concentração dos fluxos intrazonais. As zonas que apresentam maior número de fluxos (origem e destino) são as zonas A - Sul, C - Norte e D - Subúrbio. As zonas que mais "expulsaram" moradores foram as A - Sul e D - Subúrbio e as que mais "atraíram" moradores foram as D - Subúrbio e C - Norte. Assim, elas serão objeto de nossas análises, em que se destaca a importância das RA's 4, 5, 6, 8, 9, 13, 16 e 24, que correspondem

a 93,7% do total de transações referentes a mudança de residência.

Pela Tabela 5, esse resultado não poderia estar isolado do fato de que existe uma forte relação entre a dinâmica imobiliária, a estruturação intra-urbana e a mobilidade residencial das famílias.

As RA's mais importantes contêm 93,68% do total de transações de compra e venda de imóveis para fins de residência, ou seja, que foram adquiridos para moradia, levantados na pesquisa

em 1995. E são essas mesmas RA's que possuem as maiores taxas de transações com apartamentos, em relação à cidade, por duas décadas!

Diante de tais evidências quanto às estreitas relações entre o fenômeno da

mobilidade residencial e os processos de estruturação da cidade, realizaremos um recorte na análise da direção dos fluxos, destacando o fenômeno da segregação residencial, e avaliaremos a ligação deste com os deslocamentos de curta distância.

Tabela 5 - Distribuição percentual dos fluxos intra-urbanos em 1995 e das transações com apartamentos na cidade em 1975/1985/1995 por RA

Região Administrativa	Total de Fluxos*		Distribuição (Percentual de Transações)		
	Nº absoluto	Nº relativo	1975	1985	1995
4-Botafogo	87	17,71	13,46	9,73	12,20
5-Copacabana	49	9,97	17,52	10,13	11,33
6-Lagoa	29	5,90	10,07	7,40	9,94
8-Tijuca	85	17,31	6,54	5,17	6,05
9-Vila Isabel	61	12,42	5,75	7,40	8,52
13-Méier	63	12,83	7,32	8,92	9,40
16-Jacarepaguá	50	10,18	9,54	7,19	5,36
24-Barra da Tijuca	36	7,33	1,18	6,79	10,68
Total	460	93,68	71,38	62,73	73,48

*Total de fluxos na cidade = 491.

Fonte: Faria (1997).

O impacto da mobilidade residencial sobre a segregação socioespacial

O padrão segregacionista do espaço residencial é produzido pela maior ou menor capacidade que os indivíduos/famílias de diferentes rendimentos têm de se apropriar das externalidades do espaço urbano.

Do ponto de vista dos neoclássicos, as externalidades (positivas) de uma lo-

calização são obtidas seguindo a doutrina do "melhor e maior uso", que leva os indivíduos a uma maximização das suas funções utilidades, ou seja, ter acesso às melhores terras em termos de acessibilidade. Só obterá a melhor localização (a demanda por terra na teoria neoclássica é uma demanda por habitação) quem oferecer o maior valor ao proprietário

da terra, como num leilão. Assim, os ricos, por oferecerem lances mais altos, terão acesso às áreas cujos atributos sociais e físicos (externalidades) lhes sejam mais relevantes.

A segregação será associada às diferenças entre as rendas dos indivíduos e às elasticidades-renda da demanda por terra, densidade, vizinhança etc. Segundo Smolka (1983):

“ A existência de áreas onde predominam habitações deterioradas, bem como a localização periférica ou central de comunidades de baixa ou alta renda, ou qualquer outro padrão, são todos interpretados (ou descritos) como resultantes da interação de preferências parametrizadas pela renda, num contexto de dada escassez de terrenos urbanos e outros pressupostos usuais da análise neoclássica. Assim, para um dado nível de renda ou grupos sócio-econômicos, a determinação de seu modo de vida urbano é reduzido em última análise a uma confrontação de utilidades no mercado. Neste modo o pensamento é verdadeiramente imbatível! ”

No entanto, o argumento neoclássico, baseado na perfeita informação, no mercado livre, nos produtos homogêneos, desconsidera que a terra, por ser uma “mercadoria” escassa, é objeto de

competição, uma competição monopolista, em que se pressupõe a oferta de produtos diferenciados, com preços e acesso diferenciados.

Como descrito anteriormente, a inovação/diferenciação da moradia é a estratégia usada pelo capitalista imobiliário em busca de valorização de seus capitais. Essa inovação não apenas se refere aos atributos do imóvel em si, mas também altera o padrão de ocupação de toda uma área, valorizando-a em relação às outras áreas da cidade.

Essas estratégias se traduzem em externalidades, que são incorporadas ao valor dos imóveis. Nesse caso, a segregação é definida pelo acesso diferenciado das famílias com diferentes rendimentos às externalidades “criadas” pelos capitalistas imobiliários, ajudados pelo Estado, que provê a infra-estrutura e os equipamentos coletivos, aumentando assim os ganhos de incorporação.

Cabe agora analisarmos a Tabela 6, que indica o percentual de entrada, de saída e de permanência das faixas de renda nas principais RA's, no sentido de identificarmos alterações no perfil socioeconômico de seus moradores e tentarmos relacionar essas alterações com o ciclo de vida dessas áreas. Para tal, vamos fazer uma análise por RA e verificar as articulações existentes entre a dinâmica imobiliária e a mobilidade residencial intra-urbana.

Tabela 6 - Percentual dos fluxos de entrada, de saída e de permanência das classes de renda pelas RA's

RA	Expulsão			Atração			Permanência		
	1-5 SM	5-10 SM	>10 SM	1-5 SM	5-10 SM	>10 SM	1-5 SM	5-10 SM	>10 SM
4	5,9	17,6	76,5	0,0	30,7	69,3	0,0	24,0	76,0
5	0,0	11,8	88,2	0,0	0,0	100,0	9,1	9,1	81,8
8	0,0	33,3	66,7	9,1	9,1	81,8	15,0	5,0	80,0
9	8,3	8,3	83,3	0,0	20,0	80,0	7,7	53,8	38,5
13	60,0	20,0	20,0	25,0	25,0	50,0	27,8	5,5	66,7
16	9,1	27,2	63,6	7,7	23,1	69,2	16,7	38,9	64,4
24	50,0	50,0	0,0	0,0	5,4	84,6	12,5	0,0	87,5

Fonte: Faria (1997).

RA 4 - BOTAFOGO

Embora tenha ocorrido um certo equilíbrio entre os que ficaram e os que saíram da RA na faixa > 10 SM, o percentual dos que foram "expulsos" é maior do que o dos que se dirigiram para a RA, no período analisado. De certo modo, confirma-se a tendência de degradação da RA, principalmente em relação ao bairro de Botafogo, que vem apresentando alterações de uso dos imóveis residenciais, que passam a ser ocupados por microempresas e serviços⁹, alterando a composição social da área. A tendência à degradação é reafirmada pela possibilidade de atração de famílias na faixa de renda de 5 a 10 SM, abaixo da média de rendimentos dos chefes de família da RA, em torno de 12,2 SM.

Como mostra a Tabela 6, o percentual de famílias que entraram na RA na faixa de 5-10 SM é superior ao das que saíram da RA nessa mesma faixa. Apesar disso, a RA ainda mantém suas características de área da zona sul, expulsando o segmento na faixa até 5 SM.

RA 5 - COPACABANA

A RA se manteve estável quanto à alteração no perfil socioeconômico das famílias. No entanto, há que ressaltar a estagnação no ciclo de vida da área. Assim como na RA de Botafogo, a taxa de crescimento geométrico de domicílios entre 1980/91 é muito baixa. Na RA de Copacabana ela é negativa (- 1,4%), na de Botafogo ficou em 0,9%.¹⁰ Além

⁹ Esse aspecto é evidenciado pelo aumento da participação de imóveis comerciais na RA de Botafogo nas transações imobiliárias na cidade, passando de 2,56%, no início dos anos 70, para 3,53%, no início dos anos 80. Em 1990 esse percentual atingiu 6,68% das transações com imóveis comerciais na cidade.

¹⁰ Dados do Censo do IBGE/91.

disso, o bairro de Copacabana é o mais "democrático" da cidade. Graças à diversidade de tipologias habitacionais, onde coberturas duplex de até 800 m² convivem com 31.133 conjugados e famílias de classe de renda baixa convivem com famílias de renda alta. Não deixa de ser interessante, também, o fato de que 62,0% das famílias que permaneceram no bairro de Copacabana moravam em imóveis alugados ou cedidos.

RA 8 - TIJUCA e RA 9 - VILA ISABEL

A renda média do chefe de família residente na RA 8 é de 10 SM, e estão nessa faixa de renda as famílias que para lá se dirigiram, mantendo um equilíbrio nos fluxos de fora e nos intra-RA. Essas duas RA's vêm reafirmando sua condição de receptoras da classe média alta, demonstrada pela alta participação nas transações imobiliárias das faixas de renda acima de 10 SM. Destaca-se a alta porcentagem das famílias na faixa de 5 a 10 SM que foram "expulsas" da RA 8 em relação à das que foram atraídas nessa mesma faixa de renda. A RA 9, no entanto, vem sendo objeto de investimentos do capital imobiliário, no sentido de atrair uma população de maior renda.

RA 13 - MÉIER

O perfil dos moradores dessa RA vem se alterando devido às mudanças na estrutura urbana. Como mostram os dados, das famílias que saíram da RA, 60,0% estavam na faixa de 1 a 5 SM de

rendimento, e das que nela entraram, 50,0% tinham rendimento acima de 10 SM. Podemos assim observar uma certa elitização da área, principalmente no bairro do Méier, de mais alta renda da RA (8 SM), que responde por 57,0% das transações ocorridas na RA, no período pesquisado. Pode-se dizer que a RA 13, apesar de ser heterogênea quanto ao perfil socioeconômico de seus moradores, vem apresentando um processo de segregação bastante significativo, com a elitização dos bairros do Engenho de Dentro, do Lins e especialmente do Méier.

RA 16 - JACAREPAGUÁ

A RA 16 e a RA 13 – Méier, apesar de se diferenciarem quanto aos aspectos físicos naturais, apresentam semelhanças hoje em dia: ambas estão em processo de transição do ciclo de vida, sendo objeto de investimentos imobiliários que vêm alterando a composição de seu estoque residencial. Na RA 16 essa alteração é mais recente.

No final da década de 60, o percentual de transações com apartamentos na RA 13 era de 60,7% e o de casas, de 39,3%. Na RA 16, no mesmo período, esses percentuais eram de 19,2% e 80,8% respectivamente. No início da década de 90, a RA 16 superou a RA 13 nas transações com apartamentos: enquanto nesta o percentual desse tipo de transação é de aproximadamente 89,9% e o de transação com casas, de 10,9%, naquela são de 91,0% e de 9,0% respectivamente. Esse processo de

crescimento nos investimentos e, por conseguinte, a alteração do ciclo de vida da RA de Jacarepaguá devem ser creditados à grande quantidade de terras disponíveis ainda existentes e à sua contigüidade com a Barra da Tijuca. Como os investimentos estão concentrados em alguns bairros, como o da Freguesia e o da Pechincha, a RA 16, do mesmo modo que a RA 13 - Méier, vem apresentando diferenças intra-RA quanto ao perfil de seu estoque residencial e ao perfil socioeconômico de seus moradores. Isso evidentemente demonstra que o ciclo de vida da área ainda não se completou. No entanto, já se observa um processo de segregação residencial em curso, constatado pelo aumento da renda média do chefe de família dos bairros da Pechincha (7,1 SM), da Freguesia (8,2 SM) e de Gardênia Azul, em relação à renda média da RA, em torno de 5,2 SM.

RA 24 - BARRA DA TIJUCA

A RA 24, embora também seja uma área de expansão imobiliária por excelência, como a RA 16 - Jacarepaguá, apresenta diferenças em relação a esta quanto ao tipo de investimento imobiliário. Na RA 16, apesar da ocupação recente, já predominava uma população de renda média baixa, o que de certa forma orientou os capitalistas imobiliários no sentido de uma alteração gradual do padrão de ocupação. Assim, eles atuaram de forma diferenciada em determinadas áreas, reproduzindo em algumas delas o mesmo padrão consolidado na zona sul e lançando em outras

os condomínios fechados similares aos da Barra. A RA 24 não alterou nenhum padrão de uso do solo pretérito, pois era um conjunto de glebas e grandes terrenos urbanos. De fato, ela foi objeto da dinâmica da produção imobiliária empreendida pelos capitalistas em busca de um "mark-up" urbano, que utilizaram o *marketing* do "Venha morar onde você gostaria de passar suas férias", com o objetivo de atrair famílias de renda alta.

Os condomínios fechados da Barra da Tijuca tornaram-se uma opção alternativa para as classes mais abastadas, que "compraram" a idéia de lugar ideal, aprazível e seguro. Os resultados apresentados na Tabela 6 são esclarecedores, ao revelarem a expressiva expulsão de famílias com renda até 10 SM (das que saíram da RA, 50,0% estão na faixa de 1 a 5 SM e 50,0%, na de 5 a 10 SM), em contraposição à concentração de famílias com renda acima de 10 SM que se mudaram para a RA (84,6%) e à de famílias que nela permaneceram (87,5%).

Os resultados analisados parecem indicar uma estreita relação entre as transformações ocorridas ou em processo, em determinadas áreas da cidade, e a ratificação e/ou produção da segregação residencial. A produção da segregação é creditada à capacidade que indivíduos/famílias de diferentes faixas de renda têm de competir pelo(a) melhor imóvel/localização no mercado imobiliário residencial, que, por sua vez, se tornam mais ou menos acessíveis para as famílias devido à valorização "orquestrada" pelas estratégias capitalistas. Mostramos na Tabela 7 os movimentos de

“reacomodação” das diferentes classes de renda no espaço, a partir da análise da direção dos fluxos: se esses foram para áreas melhores/piores/iguais a suas áreas de origem, em relação ao tipo (renda) da vizinhança.

Tabela 7 - Percentual de fluxos ascendentes, descendentes e similares em relação ao bairro anterior, por classe de renda

Renda	Fluxo ascendente	Fluxo descendente	Fluxo p/ área similar	Total
1-5 SM	5,5	22,2	72,2	100,0
5-10 SM	17,6	14,1	68,3	100,0
> 10 SM	27,2	14,1	58,7	100,0

Fonte: Faria (1997).

Os dados apontam para uma segmentação espacial em termos de classe de renda, revelada pela predominância dos fluxos para áreas cuja renda média do chefe de domicílio é compatível com a do migrante.

Em relação aos fluxos ascendentes ou descendentes, a classe de renda até 5 SM apresenta um maior percentual de fluxos descendentes do que as classes de renda mais alta. Nesse aspecto, a classe de renda > 10 SM tem percentual superior nos fluxos ascendentes. Esse fato poderá ser comparado aos resultados da análise da Tabela 6, em que avaliamos o processo da segregação residencial através dos fluxos das diferentes classes de renda pelas RA's mais importantes.

O percentual dos fluxos para outras RA's de famílias com renda até 5 SM é superior ao percentual de famílias que se dirigiram para essas RA's, ou seja, al-

gumas RA's expulsaram mais famílias com renda até 5 SM do que atraíram. Isso demonstra um movimento gradual de segregação residencial, considerando que o fenômeno é evidenciado nas RA's que estão em processo de mudança do ciclo de vida da área (RA's 9, 13, 16 e 24) e estão sendo valorizadas pelos investimentos do capital imobiliário, que para elas atraem uma população de maior renda.

Nas classes de renda de 5-10 SM e > 10 SM, predominam os fluxos ascendentes, ou seja, que se dirigem para áreas mais valorizadas do que as de origem desses migrantes. De modo geral, conforme a Tabela 7, a predominância dos fluxos para área similar serve para reafirmar a segmentação social e ratificar a segregação residencial na cidade.

Observe-se que a relação atração/expulsão/permanência, para todas as faixas de renda, mas principalmente

para a de renda superior a 10 SM, é proporcional ao estágio do ciclo de vida das áreas analisadas. Áreas que vêm alterando o seu ciclo de vida valorizam-se e atraem uma população de renda superior à de seus moradores originais. Áreas estagnadas e/ou desvalorizadas em relação às novas frentes de atuação do capital imobiliário apresentam altas taxas de expulsão das classes de renda mais alta.

Por outro lado, essa visão do indivíduo que age dentro de uma racionalidade econômica deve ser atenuada, já que as necessidades e desejos dos indivíduos/famílias também estão associados a seus "estilos de vida", hábitos e costumes. Nesse aspecto, a vizinhança é valorizada na escolha de localização residencial das famílias.

Como observa Castells (1974), o apego ao bairro parece estar mais relacionado às relações sociais com os vizinhos e à existência de forte identidade cultural. A identidade cultural se expressa no conjunto de comportamentos com respeito à vida social de cada bairro ou área, particularmente as relações com vizinhos, parentes e amigos, que se estabelecem ao nível da ajuda mútua, e a participação em associações e atividades comunitárias. Essas relações, no entanto, variam de intensidade segundo "as dimensões e normas culturais interiorizadas por diferentes grupos sociais"

(Castells, *op. cit.*, p. 119). A existência da vizinhança segmentada socialmente implicará numa divisão do espaço em relação à capacidade de percepção dos indivíduos. Áreas menos sujeitas a transformações, mais estáveis, tendem a se caracterizar pelo crescimento das relações interpessoais, pois possuem maior homogeneidade interna (renda dos moradores). Essas relações se dão ao nível da extensão da integração existente entre os moradores, em que percebem ser semelhantes ou diferentes de seus vizinhos. Procuramos avaliar a percepção dos moradores em relação aos seus antigos e novos vizinhos, e o resultado indica que a maioria considera a sua renda compatível com a de seus antigos (52,4%) e novos (56,7%) vizinhos¹¹.

A tendência observada em várias correntes de pensamento sobre localização residencial é que os indivíduos procuram localizar-se em áreas onde vivem seus "iguais" (indivíduos com mesma renda, raça, cultura). Essa tendência pode ter enfoques diferentes, mas o resultado é um só: numa cidade segregada, a chegada de uns provoca a saída de outros, como nos modelos de segregação de Schelling (1971), de Davies (1984), de Rose-Ackerman (1977), de Hoyt (1939), entre outros¹². No entanto, mais do que tentar encontrar o "seu" lugar no espaço residencial da cidade, os indivíduos/famílias pretendem usufruir esse espaço. Se a escolha da vizi-

¹¹ Para esses dados foram feitas as seguintes perguntas aos migrantes: "Você considera sua renda (1) menor (2) maior ou (3) igual à de sua vizinhança anterior?" e "Você acha que vai para um bairro cuja vizinhança tem renda (1) menor (2) maior ou (3) igual à sua?"

¹² Ver Abramo (1994).

nhança tem um papel preponderante na decisão do migrante residencial intra-urbano, é porque ela se compõe de um conjunto de atributos, como a aparência estética (estado de conservação dos imóveis, qualidade das novas construções); a qualidade de vida do bairro (segurança, ausência de barulho, poluição), a acessibilidade (ao trabalho, ao lazer, ao

comércio, às escolas), que terão maior ou menor importância dependendo do tipo (renda e condição de ocupação do imóvel anterior) de família. Assim, concordamos com Abramo (1994) quando ele diz que será o princípio das externalidades de vizinhança que guiará as escolhas de localização residencial dos indivíduos.

As estratégias de localização residencial

Voltamos agora às hipóteses anteriormente formuladas sobre a tendência dos fluxos de curta distância. De acordo com os resultados encontrados, podemos concluir que, aliada ao aspecto da segregação residencial, a última hipótese parece ser a que se impõe. A satisfação das necessidades/desejos dos indivíduos/famílias está intrinsecamente relacionada às mudanças ocorridas em suas próprias características (renda, posição no ciclo de vida familiar, condição de ocupação do atual imóvel) e/ou nas de seu ambiente (ciclo de vida das áreas). Não ocorrendo mudanças significativas (externalidades de vizinhança) na área de origem que gerem insatisfações com o lugar, as famílias poderão optar por nela permanecer, desde que encontrem imóvel com as características pretendidas/adequadas. De acordo com esse raciocínio, poderíamos supor *a priori* que a mobilidade residencial estivesse associada ao imóvel e não à localização.

De fato, considerando que uma das estratégias dos capitais imobiliários é a inovação do produto moradia, cujo objetivo é diferenciá-lo para atrair uma demanda solvável, os capitalistas imobiliários tomariam suas decisões de investimento confrontando o estoque presente com uma visão virtual sobre as suas características futuras, através da noção de convenção urbana¹³, que traz em seu conceito uma certa proposição de externalidades de vizinhança. As inovações espaciais se traduziriam na reprodução dessas externalidades de um lugar conhecido para outro desconhecido. Assim, ao proporem uma inovação no produto moradia, seja no aumento da área útil construída, seja na introdução de novas práticas habitacionais (varandas nos apartamentos, por ex.), os capitais induzem o deslocamento das famílias de maior renda, alterando assim a composição social da área. Além disso, existe um consenso em vários estudos de que

¹³ Ver Abramo (1994).

a localização da residência é geralmente menos importante do que as características do imóvel em si.¹⁴

No entanto, seria demasiadamente precipitado de nossa parte afirmarmos que fator (a localização ou o imóvel) seria preponderante na preferência do migrante, a ponto de definir sua decisão de localização final. Colaborando para a corroboração de nossas hipóteses iniciais, a direção dos fluxos residenciais intra-urbanos, baseados nas decisões de localização dos indivíduos/famílias, responde a lógicas e critérios distintos, de acordo com a renda do migrante e com a sua condição de ocupação no endereço anterior, ou seja, se morava em imóvel próprio ou alugado.

Simmons (1968) assinala que em geral os aspectos mais importantes relacionados à localização seriam os relativos ao ambiente social (proximidade de parentes e amigos, áreas de lazer, mar, entre outros) e ao acesso a serviços e local de trabalho. A acessibilidade, entretanto, assumiria diferentes graus de importância, dependendo do tipo de família (renda), como propôs Alonso (1964). A Tabela 8 nos ajudará a elucidar essas proposições.

Ela mostra que a mudança dos já proprietários e antigos inquilinos pertencentes às três classes de renda não implicou aumento/redução no gasto com transporte do novo local ao do trabalho.

A análise dos fluxos realizados pelos proprietários revela que 59,4% se dirigem a outras RAs; já os antigos inquilinos realizaram a maior parte de suas mudanças de residência no próprio bairro (53,7%). Esse aspecto, em relação aos ex-inquilinos, pode ser explicado pela predominância dos fluxos de curta distância, que não acarretam grandes alterações no percurso casa-trabalho. Poderíamos, então, concluir que os fluxos de curta distância seriam uma estratégia desse segmento para não alterar seus gastos com transporte?

Para os proprietários, os custos com transporte assumem menor importância. Pressupondo-se que esse segmento possua renda superior à dos novos proprietários¹⁵, as despesas com transporte são um bem inferior, como propôs Alonso (*op. cit.*), portanto é indiferente se elas aumentam ou diminuem. O equilíbrio residencial dos proprietários é obtido quando se dirigem para melhores localizações e/ou melhores/maiores residências. E nesse ponto, o modelo de equilíbrio residencial neoclássico é exemplar, ao afirmar que a quantidade de espaço constitui uma variável importante da configuração do equilíbrio residencial.

¹⁴ Simmons (1968) faz uma revisão dos vários estudos sobre mobilidade residencial, com o objetivo de apontar tendências e padrões nos deslocamentos intra-urbanos. A conclusão acerca da predominância do fator imóvel sobre a localização no processo de decisão dos indivíduos, na maioria dos estudos internacionais, deve-se, a meu ver, à ênfase dada nesses estudos aos acontecimentos demográficos (ciclo de vida familiar) como determinantes da troca de residência.

¹⁵ Dos entrevistados com renda > 10 SM, 43,9% eram proprietários que trocaram de imóvel e 34,7% eram antigos inquilinos.

Tabela 8 - Percentual da relação entre os atributos acabamento, tamanho, localização e gasto com transporte dos imóveis adquirido e anterior, por classe de renda e condição de ocupação

Percentual dos migrantes proprietários do imóvel anterior

Renda 1-5 SM	Acabamento	Tamanho	Localização*	Gasto com transporte
Em branco	12,5	25,0	12,5	12,5
Maior/Melhor	50,0	50,0	37,5	12,5
Pior/Menor	12,5	25,0	25,0	25,0
Igual	25,0	0,0	25,0	50,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Renda 5-10 SM	Acabamento	Tamanho	Localização*	Gasto com transporte
Em branco	5,0	5,0	10,0	5,0
Maior/Melhor	50,0	60,0	50,0	15,0
Pior/Menor	30,0	25,0	0,0	25,0
Igual	15,0	10,0	40,0	55,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Renda > 10 SM	Acabamento	Tamanho	Localização*	Gasto com transporte
Em branco	2,3	1,1	2,3	1,1
Maior/Melhor	50,6	62,1	55,2	18,4
Pior/Menor	18,4	26,4	3,4	13,8
Igual	28,7	10,4	39,1	66,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Percentual dos migrantes inquilinos do imóvel anterior

Renda 1-5 SM	Acabamento	Tamanho	Localização*	Gasto com transporte
Em branco	20,0	20,0	20,0	16,0
Maior/Melhor	24,0	24,0	28,0	16,0
Pior/Menor	20,0	40,0	20,0	20,0
Igual	36,0	16,0	32,0	48,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Renda 5-10 SM	Acabamento	Tamanho	Localização*	Gasto com transporte
Em branco	19,6	27,8	20,9	19,6
Maior/Melhor	32,6	25,0	27,9	15,2
Pior/Menor	17,4	38,9	9,3	10,9
Igual	30,4	8,3	41,9	54,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Renda > 10 SM	Acabamento	Tamanho	Localização*	Gasto com transporte
Em branco	13,0	13,0	14,5	14,5
Maior/Melhor	44,9	43,5	21,7	10,1
Pior/Menor	18,8	20,3	15,9	8,7
Igual	23,2	23,4	47,8	66,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

* A localização se refere ao tipo de vizinhança (renda).

Fontes: Faria (1997); IPPUR/ITBI/UFRJ – 1995.

Poderíamos também concordar com os ecólogos urbanos, quando afirmam que a melhor localização é aquela distante do local de trabalho, onde as amenidades físicas, tais como baixa densidade, ausência de poluição e barulho, prestígio do bairro, ou seja, todos os atributos que definem a qualidade do bairro e que irão influenciar na decisão de localização das famílias. Enfim, a busca de externalidades de vizinhança, ligadas às vantagens e desvantagens de uma localização, será determinante na localização residencial das famílias, como propõe Abramo (1994). Mas essa busca seria objetivo apenas dos proprietários, ou das classes de maior renda?

No primeiro caso, relativo aos proprietários, os resultados indicam que a mudança de residência para esse seg-

mento do mercado possibilitou uma melhora nas características/qualidades do imóvel e de sua localização, observada para as três classes de renda. Dos proprietários que estão trocando suas antigas residências, 50,0% o fazem para imóveis maiores/melhores. Em relação à localização (tipo de vizinhança), comparada à anterior, 37,5% pertencentes à faixa de renda de 1 a 5 SM; 50,0%, à de 5 a 10 SM; e 55,2%, à > 10 SM, sentiram-se favorecidos. Esse resultado é confirmado pela análise dos fluxos por bairro dos proprietários em geral, em que 42,0% dos deslocamentos foram feitos para bairros onde a renda média dos chefes de domicílio é maior do que a similar nos bairros de origem. Os fluxos para bairros de renda média similar à do bairro de origem somam 38,7%, e os fluxos para bairros de renda média

inferior à do bairro de origem, 19,3%. Ou seja, os proprietários tendem a realizar fluxos ascendentes quanto à sua renda.

Abramo (1988) explicita que a decisão das famílias em adquirir um imóvel numa determinada área dependerá dos atrativos do imóvel e os de sua localização, em relação às outras áreas da cidade. Os atrativos de uma residência/localização representa a satisfação das necessidades/desejos dos indivíduos/famílias, que se modificam no tempo, e poderão estar relacionados ao ciclo de vida familiar, à mobilidade social (alterações no nível de emprego/salário) e/ou às alterações na estrutura urbana, principalmente no que tange à valorização/desvalorização de determinadas áreas da cidade. Eles poderão ser “naturais”, inerentes a cada área, ou “produzidos” pela atuação dos empreendedores imobiliários. Essa produção (inovação) é o artifício/estratégia que os capitalistas imobiliários utilizam para deslocar as famílias no espaço residencial urbano e se traduz na oferta de residências com todos os seus atributos intrínsecos (forma, tamanho, conforto etc.) – que implicam em novos modos de morar e em novos serviços de habitação – e extrínsecos (acessibilidades que a localização permite usufruir).

Além do aspecto “utilitário” da residência, que corresponde aos seus valores de uso, a inovação é sinônimo de valorização para o proprietário migrante, que já consegue visualizar as alterações na estrutura interna da cidade e, em

conseqüência, na estrutura de preços imobiliários.

No segundo caso, relativo aos antigos inquilinos, a mudança residencial não proporcionou melhora de localização, o que se confirmou pela predominância de fluxos para o mesmo bairro realizados por esse segmento do mercado e se comentou anteriormente. Esse fato é explicado pela possibilidade de eles estarem abrindo mão de local mais privilegiado para terem acesso à casa própria. Ora, dos fluxos realizados pelos novos proprietários, 56,4% dirigem-se para áreas onde a renda do chefe de domicílio é igual à similar no bairro de origem. Os fluxos descendentes, ou seja, para bairros de renda média inferior à do bairro de origem, somam apenas 26,6%, enquanto os ascendentes – que se dirigem para áreas mais valorizadas – chegam a 16,5%.

A decisão dos proprietários de obter melhores residências/localizações deve-se em grande parte à venda de seus antigos imóveis¹⁶, que se transformaram em fundos para a compra de outro imóvel. Assim, “criaram” a oportunidade esperada pelos outros segmentos do mercado, que se tornaram aptos a adquiri-los, dada a desvalorização monetária do estoque “rejeitado” pela classe de renda alta.

O tamanho do imóvel não é tão importante para os ex-inquilinos mais pobres, que parecem contentar-se com imóvel menor do que o que ocupavam antes, sugerindo de certa forma que

¹⁶ Dos proprietários entrevistados, 75,4% venderam seus antigos imóveis.

assim o fazem seguindo uma estratégia na qual um imóvel é substituído por outro melhor/maior e assim sucessivamente, através de trajetórias residenciais pela cidade. Ou seja, o equilíbrio residencial do ex-inquilino de baixa renda é alcançado por etapas¹⁷. O mais importante seria a propriedade do imóvel. No entanto, para os novos proprietários com renda > 10 SM, o tamanho e a qualidade do imóvel são atributos considerados essenciais, a ponto de justificarem sua aquisição em detrimento de uma melhor localização. A pergunta que se impõe é a seguinte: até onde a rela-

ção ou o "peso" relativo entre a opção pelo imóvel ou pela localização é fruto de uma decisão puramente econômica? Para respondê-la será necessário analisar com mais detalhes o motivo das mudanças de endereço de cada família ou indivíduo.

No momento, podemos apenas reafirmar a forte concomitância entre a dinâmica de deslocamentos residenciais na cidade e a dos investimentos imobiliários, que alteram a estrutura residencial urbana atraindo/expulsando os diferentes segmentos populacionais.

¹⁷ Poderíamos supor que alguns dos proprietários representados na pesquisa estivessem passando por uma dessas etapas. Isto é, já foram inquilinos e através de trajetórias pela cidade mudaram sua condição de ocupação e, conseqüentemente, alteraram seus objetivos.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, P. *A Dinâmica Imobiliária: Elementos para o Entendimento da Espacialidade Urbana*. Rio de Janeiro, 1988. Dissertação (Mestrado) – IPPUR/UFRJ.
- _____. *Le marché, l'ordre-désordre et la coordination spatiale: l'incertitude et la convention urbaine*. Paris, 1994. Thèse (Doctorat) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- _____. *Marché et Ordre Urbain: du Chaos à la Théorie de la Localisation Résidentielle*. L'Harmattan: 1997.
- ALONSO, W. *Location and Land Use*. Cambridge: Harvard, 1964.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 93/94. Iplanrio.
- CASTELLS, M. *La Cuestión Urbana*. Siglo Veintiuno Editores, 1974.
- FARIA, T. C. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: tendências e estratégias de localização dos indivíduos no espaço urbano. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado) – IPPUR/UFRJ.
- HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*. Hucitec, 1980.
- PIERSON, D. *Estudos de Ecologia Humana*, tomo 1, S.P., 1970.
- QUIGLEY, J. et al. "Intra-Urban Residential Mobility: A Review and Synthesis". In: *International Regional Science Review*, v. 2, n. 41-61, 1977.
- ROSSI, P. *Why Families Move?*. 2nd edition. Sage Publications. Bevelly Hills. London, 1980.
- SELL, R. "Analysing Migration Decision: The First Step-whose Decisions?" In: *Demography*, v. 20, n. 3, 1983.
- SMOLKA, M. O. "Estruturas Intra-Urbanas e Segregação Social no Espaço: Elementos para a Discussão da Cidade na Teoria Econômica". PUR/UFRJ/PNPE, 1982.
- _____. "O Espaço no Paradigma Neoclássico: Notas Críticas". *Estudos Econômicos*, 14 (3): 764-784. set./dez., 1984.
- _____. "Expulsando os Pobres e Redistribuindo os Ricos: Dinâmica Imobiliária e Segregação Residencial na Cidade". In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 9, n. 1, p. 3-19, 1992.
- _____. "Mobilidade Intra-Urbana no Rio de Janeiro: da Estratificação Social à Segregação Social no Espaço". In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, 1993.

_____. "Dinâmica Populacional e Estruturação Intra-Urbana: Uma Abordagem Integrada da Mobilidade Através dos Registros de Transações Imobiliárias". Anais do IX Encontro de Estudos Populacionais, Caxambu - MG, 1994.

SIMMONS, J. W. "Changing Residence in the City: A Review of Intra-Urban Mobility". In: *Geography Review*. 58: 622-51, 1968.

TASCHNER, S. P. "Habitação Contemporânea e Dinâmica Populacional no

Brasil: Notas Muito Preliminares", v. 1, Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR. Recife - PE, 1997.

(Recebido para publicação em novembro de 1999)

Teresa Cristina Faria é doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ

Resenhas

Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro

Fania Fridman

Rio de Janeiro: Jorge Zahar / Garamond

1999, 304 p.

Murillo Marx

No próprio subtítulo do novo livro de Fania Fridman, *uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*, já se pode perceber o objetivo da inteligente reunião dos seis textos muito bem encadeados: contribuir para o preenchimento da lacuna na historiografia das cidades – em geral e não apenas as nossas –; o que vem sendo realizado desde muito recentemente. São três décadas, se tanto, que ostentam os esforços mais disseminados para lançar esse novo veio de interpretação sobre a evolução urbana.

A meia dúzia de capítulos, que se articulam com lógica temática, levanta questões de apropriação da terra e de suas correlações, desde os tempos coloniais, com o cotidiano, com a forte presença da Igreja na vida e na paisagem, com os portos de escoamento dos produtos do interior, com as divisões territoriais que se consolidavam e, final-

mente, com a formação do patrimônio público carioca.

Estrategicamente selecionados, os casos de estudo impressionam pelo critério e pelo número de dados arrolados, tanto dos pontos de vista demográfico e econômico quanto do iconográfico. O rol de fontes e de tabelas, e seus cruzamentos, assim como as ilustrações apresentadas já constituem uma grande contribuição ao assunto, tendo em vista a usual pobreza de peças cartográficas ou plantas urbanas entre nós e a conhecida restrição editorial quanto às reproduções.

O encadeamento dos capítulos na descrição, na análise e na interpretação dos casos em estudo é sensível à mudança da sociedade, à transformação de seu meio, à História. Acompanha, delinea e esclarece a constituição dos âmbitos

privado e público de domínio sobre a terra no campo e na cidade, especialmente na passagem do campo para a cidade. A questão fundiária no Rio de Janeiro apresenta-se muito bem abalizada em seus diferentes momentos e nos respectivos recortes escolhidos.

O fato fundiário atinge decisivamente a paisagem, sobretudo a urbana. E o faz pelo seu rebatimento direto sobre o quadro físico, que é o parcelamento do solo, a definição das esferas comunais ou públicas, particulares ou privadas, a distinção entre parcelas menos ou mais privilegiadas no tecido citadino. Apesar disso, o parcelamento do solo tem sido menosprezado tanto nas propostas de intervenção como nas investigações acadêmicas.

O evoluir dessa partilha do solo costuma ser lento, dotado de tremenda força inercial. Essa partilha, pela forte presença e pela resistência à mudança, constitui uma das mais usuais “rugosidades” do lugar, na expressão de Milton Santos. De fato, o retalhamento do

chão, para o bem ou para o mal, de maneira menos ou mais explícita, terá um caráter indutor, se não condutor, da evolução posterior de determinada ocupação e uso do solo.

Assim, a economista Fania Fridman – além e antes da judiciosa escolha das fontes e dados, do rigor metodológico, da propriedade de suas análises e da profundidade de suas interpretações –, por meio da valorização do espaço e da percepção de uma sua condicionante primordial, dá sua contribuição à geografia, e por meio de seus questionamentos da realidade, com os olhos conscientes de seu tempo, à história. É essa sensibilidade interdisciplinar que a autora revela de sobejo em seu *Os donos do Rio em nome do rei*.

Murillo Marx é professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

As cidades na economia mundial

Saskia Sassen

São Paulo: Studio Nobel

1998, 190 p.

(trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura)

Rose Compans

No debate atual sobre o novo papel das cidades em face da globalização financeira e da reestruturação produtiva, Saskia Sassen tornou-se uma referência fundamental com *The Global City* (1991), obra em que procurou demonstrar como a dispersão geográfica da atividade econômica ocorrida nos anos 80 – sobretudo a expansão e a internacionalização da indústria financeira, com o crescimento de um grande número de mercados financeiros secundários – requereu a centralização das decisões em alguns “sítios de controle específicos”, as chamadas “cidades globais”. Embora considere que apenas três cidades apresentam a capacidade de controle global e de produção de *inputs* especializados dos quais dependem as instituições financeiras que dominam os mercados mundiais, a autora sugere que a tendência à desconcentração da produção manufatureira e de serviços, aliada à

extensão das funções centrais como consequência da necessidade de gerenciar as unidades descentralizadas, contribui para favorecer a criação de centros regionais secundários, “versões reduzidas e nacionais do que New York, Londres e Tóquio asseguram em escala mundial”.

Este é o argumento central de *As Cidades na Economia Mundial*, a partir do qual Sassen busca aprofundar a análise sobre o impacto da globalização na formação de um novo regime econômico nas grandes cidades, não mais circunscrevendo o fenômeno às cidades globais. Além de incorporar dados mais atualizados sobre a evolução do IED (investimento estrangeiro direto) mundial – o que lhe permite inclusive observar que a privatização foi, desde 1991, um elemento crucial para o crescimento do IED na América Latina –, sobre as transfor-

mações na estrutura do emprego em diversos países da OCDE, Japão e Oceania, e alguns estudos de caso sobre cidades tidas como “secundárias” na hierarquia da rede urbana global, Sassen apresenta outras alternativas para a integração econômica de cidades e regiões aos fluxos do capital mundializado: as zonas de processamento de exportação, os centros bancários *offshore* e os centros de turismo internacional.

Nas zonas de processamento de exportação as empresas produzem e/ou reúnem componentes trazidos de outros países para exportar e, em geral, situam-se em países onde os salários são baixos, onde há isenção de impostos e regulamentações pouco exigentes quanto às condições dos locais de trabalho (p. 34). Os centros bancários *offshore* são os chamados “paraísos fiscais” que oferecem certos tipos de flexibilidade adicional com relação aos principais centros financeiros internacionais: sigilo, abertura para operações de depósito e transferência não permitidas na maioria dos mercados, ainda que desregulamentados, e minimização da taxa para as corporações multinacionais (p. 42). Os portos e os distritos industriais cuja produção se destine à exportação, assim como os centros de turismo internacional, também podem, segundo a autora, constituir-se em lugares estratégicos na economia global juntamente com as cidades globais.

Fora desses “lugares estratégicos”, existiria um vasto território com cidades de pequeno e grande porte, juntamente com aldeias, “cada vez mais desligadas

desta nova dinâmica de crescimento internacional” (p. 56). Essa constatação conduz Sassen a formular a hipótese de que a globalização estaria contribuindo para aumentar as desigualdades entre as cidades e entre os setores existentes nas cidades que se articulam com a economia global e os setores em que isso não ocorre. Ela procura sustentar essa hipótese analisando particularmente o impacto dos processos de internacionalização sobre a rede urbana na América Latina – que já se caracteriza por uma forte concentração interurbana – e na Europa, onde os sistemas urbanos são mais equilibrados.

É interessante notar entretanto que, em relação à América Latina, Sassen não dispõe da mesma base de dados quantitativos que lhe proporcionou a análise profunda da dinâmica dos mercados financeiros presente em *The Global City* e que em grande parte recupera neste livro. Isso não a impede de se utilizar dos exemplos latino-americanos para dar “cientificidade” às suas assertivas, fundando-se mais em determinadas “evidências” que caracterizariam a emergência de um novo regime econômico nas cidades. Ela lembra, por exemplo, como aumentou a importância econômica de grandes centros comerciais como São Paulo, Cidade do México e Buenos Aires com a ampliação do IED, via privatização de empresas estatais, associado à desregulamentação dos mercados financeiros e das instituições econômicas fundamentais que se concentram nessas cidades. “Vemos nessas cidades o surgimento de condições que reúnem padrões evidentes nas grandes cidades ocidentais: mer-

cados financeiros altamente dinâmicos e setores de serviços especializados; supervalorização do produto, das empresas e dos trabalhadores desses setores; e desvalorização do resto do sistema econômico." (p. 56)

Uma conseqüência da intensificação das relações entre as cidades centrais (incluindo São Paulo) através dos mercados financeiros, dos investimentos e dos fluxos de serviços, seria a configuração de um novo núcleo econômico urbano composto por atividades bancárias e por aquelas ligadas à prestação de serviços, refletindo a formação de uma "nova economia urbana". Em que pese o fato de esse setor responder por apenas uma fração da economia de uma cidade, Sassen considera que ele se impõe à economia mais ampla por sua alta lucratividade, o que tem o efeito de desvalorizar as manufaturas, uma vez que elas não podem gerar aqueles imensos lucros que caracterizam boa parte da atividade financeira (p. 76).

Tais tendências também se verificariam, em uma diferente ordem de magnitude, em escalas geográficas menores e em graus menos elevados de complexidade, pois, a exemplo do que ocorre com as grandes empresas transnacionais, as empresas que operam regionalmente, embora não se vejam às voltas com as dificuldades alfandegárias e com as distintas regulamentações dos países, ainda assim se vêem diante de uma rede de operações dispersa, que também requer controles e prestação de serviços centralizados. A observância da reprodução dessa dinâmica na organização

produtiva em diferentes escalas conduz Sassen a uma afirmação, aparentemente paradoxal à hipótese dos "lugares estratégicos" fora dos quais não haveria grandes perspectivas de crescimento econômico, uma vez "desligados" dos fluxos globais do capital. Com efeito, ela afirma que nos diferentes níveis do sistema urbano de uma nação se observa o crescimento dos serviços à produção nas cidades e que, portanto, "algumas dessas cidades atendem a mercados regionais ou subnacionais, outras se voltam para os mercados nacionais e outras satisfazem os mercados globais." (p. 76)

Essa nova economia urbana estaria transformando radicalmente a estrutura social das próprias cidades, alterando a organização do trabalho, a distribuição dos ganhos e a estrutura do consumo. Infelizmente, apesar de novamente reconhecer que tais tendências também se fizeram evidentes em inúmeras grandes cidades do mundo "em desenvolvimento" que se integraram aos mercados mundiais, Sassen apresenta como estudos de caso que comprovam a emergência dessa "nova economia urbana" apenas as cidades de Miami, Toronto e Sidney. Nelas, a autora identifica alguns elementos que caracterizariam o desenvolvimento de funções globais na cidade, tais como concentração de escritórios de bancos estrangeiros e sedes de empresas multinacionais, grande crescimento de serviços financeiros e especializados em negócios internacionais, infra-estrutura de telecomunicações, eixo de sistemas de transportes, como portos e aeroportos, adensamento do centro financeiro etc. (Cap. V).

A emergência desse novo regime econômico nas cidades, fundado no setor de finanças e serviços altamente especializados, contudo, também se repercutiria no acirramento das desigualdades sociais e na tendência à informalidade crescente na economia nas cidades. Uma combinação de fatores explicaria tal fenômeno, entre os quais o menor prazo de duração dos empregos nesses setores e, conseqüentemente, um elevado grau de rotatividade, que, combinado à oferta abundante de trabalhadores qualificados nas cidades, pressiona os salários para baixo; a participação crescente das mulheres e dos imigrantes, muitos dos quais clandestinamente, nas tarefas rotineiras, pouco qualificadas e sub-remuneradas; a instabilidade e a vulnerabilidade próprias desses setores. Sassen fundamenta tais considerações em pesquisas realizadas nos EUA, na Europa e no Japão, que revelam enormes disparidades salariais e precarização nas relações de trabalho no setor de serviços (Cap. VI).

Em suma, poderíamos dizer que *As Cidades na Economia Mundial*, ao mesmo tempo que oferece ao leitor um panorama mais abrangente das transformações econômicas que se configuram atualmente nas grandes cidades sob o impacto da globalização do que o apresentado em *The Global City* – pelo fato de ampliar o universo da análise no esforço de teorização –, remete a uma

visão apocalíptica, “fetichizada” da globalização, como um fenômeno que se impõe inexoravelmente a tudo e a todos, alterando comportamentos, racionalidades e instituições. Desprezando as especificidades históricas e culturais das sociedades reais e não-imaginárias, no mundo desenhado por Sassen não existem resistências, porque não existem atores sociais portadores de interesses difusos e contraditórios, o que lhe facilita operar as simplificações analíticas que conduzem à universalização das tendências verificadas nas grandes metrópoles dos países centrais. Por outro lado, neste livro, embora reforce a tese lançada em *The Global City* quanto à tendência irreversível de internacionalização das economias urbanas à medida que o processo de desconcentração industrial, de “financeirização” da economia e de expansão do comércio internacional de serviços avança, a autora relativiza as interpretações que se sucederam a essa obra, segundo as quais o único e inexorável futuro reservado às cidades seria o de ascender à categoria de “cidade global”¹, desmistificando, assim, o próprio paradigma que ajudou a criar.

Rose Compans é doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR / UFRJ

¹ Interpretação alimentada pela própria autora em várias passagens da referida obra, como a que afirma explicitamente que, “em princípio, toda cidade deveria considerar o desenvolvimento das telecomunicações como uma prioridade e se esforçar em ter a sua disposição todas as funções hoje concentradas nas grandes metrópoles, na prática.” (Sassen, 1991, p. 453)

e u r e

REVISTA LATINOAMERICA DE
ESTUDIOS URBANO REGIONALES
<http://www.scielo.cl>

Vol. XXV/ N°76/Diciembre 1999

Artículos

Globalización y dualización en la región metropolitana de Buenos Aires. Grandes inversiones y reestructuración socioterritorial en los años noventa.

Pablo Ciccolella

Santiago de Chile, globalización y expansión metropolitana: lo que existía sigue existiendo

Carlos de Mattos

Los frutos amargos de la globalización: expansión y reestructuración metropolitana de la ciudad de México

Daniel Hiernaux-Nicolás

Quão grande é exagerado? Dinâmica populacional, eficiência econômica e qualidade de vida na cidade de São Paulo

Carlos Roberto Azzoni

Tendências da Segregação Social em Metrôpoles Globais e Desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80

Edmond Preteceille

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Gestión de servicios y calidad urbana en la ciudad de Buenos Aires

Pedro Pirez

e u r e

REVISTA LATINOAMERICA DE
ESTUDIOS URBANO REGIONALES
<http://www.scielo.cl>

Vol. XXV/ N°77/Mayo 2000

Artículos

Las telecomunicaciones y el futuro de las ciudades: derribando mitos

Stephen Graham

Reconversión industrial, gran empresa y efectos territoriales. El caso del sector automotriz en México

José A. Vieyra

Reforma de los Mercados de Suelo en Santiago, Chile: efectos sobre los precios de la tierra y la segregación espacial

Francisco Sabatini

Chile: la vocación regionalista del gobierno militar

Sergio Boisier

Producción del transporte público en la metrópolis de Buenos Aires. La movilidad ciudadana hacia el nuevo milenio

Andrea Gutiérrez

Correspondencia, suscripciones y canje:

Revista **eure**, El Comendador 1916, Casilla 16002, Correo 9, Santiago, Chile.

Código Postal Campus Lo Contador 6640064,

Tel.: (56-2) 686 5511, Fax: (56-2) 232 8805,

E-mail: eure@puc.cl

Instruções aos colaboradores sobre o envio de artigos para publicação em CADERNOS IPPUR

1. Os artigos devem ser apresentados em no máximo 25 (vinte e cinco) laudas de 20 (vinte) linhas de 70 (setenta) toques; os textos devem ser enviados em disquete de 3,5" ou CD-ROM de computador padrão IBM PC ou compatível, utilizando um dos programas de edição de textos disponíveis para esses equipamentos. As figuras deverão ter extensão EPS, TIF, WMF, CDR ou XLS (gráficos em excel), ser elaboradas em P&B e ter o tamanho máximo de 17 cm x 12 cm. As tabelas deverão ser feitas no Word.

2. As referências bibliográficas devem ser incluídas em notas de rodapé e assim redigidas:

a) *livro* - último Sobrenome, Prenome e demais sobrenomes do(s) autor(es). *Título (em itálico)*: subtítulo. Número da edição, a partir da segunda. Local de publicação: Editora, ano de publicação. Número total de páginas ou, quando mais de um, número de volumes. (Coleção ou Série).

Ex.: Maciel, Alba Costa. *Planejamento de bibliotecas: o diagnóstico*. 13. ed. Niterói: EdUFF, 1993, 91 p.

b) *artigo* - último Sobrenome, prenome e demais sobrenomes do(s) autor(es); título do artigo: subtítulo; *Título do periódico (em itálico)*, local de publicação, nº do volume, do fascículo, da página inicial-página final do artigo, mês e ano de publicação.

Ex.: Targino, Maria das Graças. Citações bibliográficas e notas de rodapé. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 38, n. 12, p. 704-780, dez. 1986.

3. Devem ser enviados um resumo, com cerca de 10 (dez) linhas, e uma relação de palavras-chave para efeito de classificação bibliográfica.

4. O autor deve enviar referências profissionais.

5. O autor de artigo publicado em CADERNOS IPPUR receberá três exemplares da respectiva revista.

6. Os artigos devem ser enviados ao IPPUR.

IPPUR / UFRJ

Prédio da Reitoria, Sala 543
Cidade Universitária / Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 598-1676
Fax: (21) 564-4046



ASSINATURA

O CADERNOS IPPUR é um periódico semestral, editado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ.

Para fazer uma assinatura ou obter os exemplares avulsos, preencha esta ficha e a envie ao **IPPUR** juntamente com um cheque cruzado e nominal à **FUJB**, no valor correspondente ao seu pedido.

Assinatura anual: R\$ 18,00

Assinatura bianual: R\$ 34,00

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Nome _____

Instituição _____

Endereço _____

Cidade _____

Estado ____ CEP _____

País _____

Tel. () _____

Fax: () _____

E-mail: _____

Desejo fazer uma assinatura anual

Desejo fazer uma assinatura de 2 (dois) anos

Desejo obter os seguintes exemplares avulsos: (mês e ano dos exemplares)

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____